



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

LUIS FERNANDO DOS SANTOS SOUZA

**DESARMANDO O PUZZLE CÉTICO: UMA DEFESA DA EPISTEMOLOGIA
CONTRASTIVISTA**

FORTALEZA-CE
2016

LUIS FERNANDO DOS SANTOS SOUZA

**DESARMANDO O PUZZLE CÉTICO: UMA DEFESA DA EPISTEMOLOGIA
CONTRASTIVISTA**

Tese apresentada à Coordenação da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará como pré-requisito para a obtenção do título de doutor em Filosofia. Área de concentração: Teoria do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. André Leclerc

FORTALEZA-CE
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S236d Santos Souza, Luis Fernando dos.
DESARMANDO O PUZZLE CÉTICO : Uma Defesa da Epistemologia Contrastivista / Luis
Fernando dos Santos Souza. – 2016.
159 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa
de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2016.

Orientação: Prof. Dr. André Leclerc.

1. Epistemologia. 2. Contrastivismo. 3. Contextualismo. 4. Alternativas Relevantes. 5.
Ceticismo. I. Título.

CDD 100

LUIS FERNANDO DOS SANTOS SOUZA

**DESARMANDO O PUZZLE CÉTICO: UMA DEFESA DA EPISTEMOLOGIA
CONTRASTIVISTA**

Tese apresentada à Coordenação da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará como pré-requisito para a obtenção do título de doutor em Filosofia. Área de concentração: Teoria do Conhecimento

Aprovada em: 16/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Leclerc (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luís Filipe Estevinha Lourenço Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Cícero Antônio Cavalcante Barroso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Aos meus amigos, Baiano e John (Em memória).

AGRADECIMENTOS

- ✓ À minha família pelo amor e apoio incondicional. Em especial à minha esposa Lauana Caroline, pelo incentivo nos momentos difíceis.
- ✓ Ao Instituto Federal do Piauí – IFPI, pela concessão da licença que me permitiu realizar esta pesquisa com total tranquilidade.
- ✓ Ao casal Isabel e Maurisan, pelo apoio e amizade.
- ✓ A todos os amigos do IFPI, pela torcida.
- ✓ Ao meu orientador prof. Dr. André Leclerc.
- ✓ À banca da qualificação pelas sugestões valiosas.

“O preço a ser pago por levar o ceticismo tão longe quanto logicamente possível, é o suicídio intelectual”. (SANTAYANA)

RESUMO

Esta tese tem por objetivo enfrentar um tipo clássico de argumento cético a partir da teoria contrastivista do conhecimento. O problema que abordaremos surge quando aceitamos o princípio de lógica epistêmica chamado princípio de fechamento. O princípio afirma que o conhecimento é fechado sob implicação e parece regular o modo como expandimos nosso conhecimento ordinário. Basicamente o fechamento afirma que para todo sujeito epistêmico S, proposição alvo p e contrária lógica q, se S sabe que p e S sabe que p implica logicamente q, então S sabe que q. O problema surge quando a contrária lógica é uma hipótese cética, uma hipótese que não podemos conhecer. Operando um *modus tollens* no princípio de fechamento o cético conclui logicamente que não podemos conhecer qualquer coisa. Para contextualizar a solução contrastivista do problema cético que faz uso do fechamento apresentaremos o tratamento de duas teorias que nos servirão de preliminares. A primeira é a Teoria das Alternativas Relevantes de Fred Dretske e a segunda é o Contextualismo de David Lewis. Dretske reconheceu que aceitar o fechamento significa se render ao ceticismo, por esta razão tentou resolver o problema rejeitando a validade do fechamento. A rejeição do fechamento por Dretske, entretanto, foi considerada *ad hoc* e, por isso, incapaz de resolver o problema. A solução contextualista de David Lewis, entretanto, aceita a validade do princípio do fechamento e busca resolver o problema acusando o cético de equivocar-se quanto à semântica do termo conhecer. Para Lewis o “conhecimento” é um termo indexical e, como tal, sofre variações (semânticas e epistêmicas) contextuais. Compreender adequadamente a indexicalidade do conhecimento, para o contextualista, mostrará que o paradoxo é apenas aparente. Mostraremos as vantagens da teoria de Lewis, mas mostraremos também que ela é insatisfatória para resolver o problema do ceticismo. Defenderemos, por fim, que a teoria que melhor acomoda o conhecimento ordinário frente aos argumentos céticos é o Contrastivismo de Jonathan Schaffer. A teoria contrastivista buscará esquivar-se do problema apelando para um revisionismo epistêmico. Para Schaffer, a relação de conhecimento é essencialmente ternária e quando olharmos para o puzzle cético pelo viés contrastivista perceberemos que o problema é mitigado, ou seja, é enfraquecido de um modo mais intuitivo do que as teorias de Dretske e Lewis. A teoria contrastivista defenderá, de maneira inovadora, que o conhecimento ordinário é compatível com a dúvida cética.

Palavras Chave: Epistemologia; Contrastivismo; Contextualismo; Alternativas Relevantes; Ceticismo.

ABSTRACT

This thesis aims at facing the skeptical argument classic type from the contrastivist knowledge theory. The problem we will approach is when we accept the epistemic logic principle called closing principle. The principle states that knowledge is closed under implication and seems to regulate the way we expand our ordinary knowledge. Basically the closure affirms that for every epistemic subject S, target proposition p and logic Contrary q, If S knows that p and S knows that p logically implies q, so S knows that q. The problem arises when the contrary logic is a skeptical hypothesis, a hypothesis we can't know. Operating a modus tollens in the beginning closure a skeptic concludes logically that we can't know anything. To contextualize the skeptical problem contrastive solution problem that makes uses of closing we will show two theories treatment that will serve as preliminaries. The first is Fred Dretske's Relevant Alternatives Theory and the second is David Lewis' Contextualism. Dretske acknowledged accepting closure means surrendering to skepticism, for this reason tried to solve the problem rejecting the closing validity. The Closure rejection by Dretske, however, was considered ad hoc, therefore, unable to solve the problem. David Lewis contextualist solution, however, accepts the closure principle validity and seeks problem resolution by accusing the skeptic of misunderstand as to semantic term know. For Lewis, "knowledge" is an indexical term and, as such, undergoes contextual (semantic and epistemic) variations. Understand adequately the knowledge indexicality, for the contextualist, will show the paradox is only apparent. We will show Lewis theory advantages, but we will also show that it is unsatisfactory to solve skepticism problem. We will defend, finally, that the theory that best accommodates ordinary knowledge against skeptical arguments is Jonathan Schaffer's Contrastivism. The contrastivist theory will look to dodge the problem appealing to an epistemic revisionism. For Schaffer, the knowledge relation is essentially ternary and when we look at the skeptic puzzle by contrastivist bias we will perceive the problem is mitigated, that is, it is weakened in a most intuitive way than Dretske and Lewis theories. The contrastivist theory will defend, in an innovative way, that ordinary knowledge is compatible with skeptical doubt.

Keywords: Epistemology; Contrastivism; Contextualism; Relevant Alternatives; Skepticism.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DO CETICISMO.....	14
2.1.	O Problema do Mundo Externo	15
2.2.	Ceticismo e Linguagem Ordinária.....	21
2.2.1.	Avaliando a Teoria.....	25
2.3.	Ceticismo e Senso Comum.....	27
2.3.1.	O Senso Comum de Moore.....	29
2.3.2.	A Prova de Moore: A Refutação do Ceticismo.....	31
2.3.3.	Avaliando a Prova de Moore.....	34
2.4.	O Ceticismo Linguístico de Peter Unger.....	37
2.4.1.	Termos Absolutos e Linguagem Ordinária	39
2.4.2.	Conhecimento Absoluto e Ceticismo.....	41
2.4.3.	Avaliando a Teoria.....	42
3.	CAPÍTULO II - FRED DRETSKE: ALTERNATIVAS RELEVANTES e CETICISMO	44
3.1.	O que é o Fechamento e por que temê-lo?	48
3.2.	Operadores Epistêmicos, Ceticismo e Fechamento	51
3.3.	Operadores Epistêmicos e a Negação do Fechamento	52
3.4.	Consequências de Contraste.....	56
3.5.	A Dimensão Pragmática da Relevância.....	63
3.5.1.	O Critério Pragmático da Relevância e Conhecimento Absoluto	65
3.6.	Conjunto de Contraste e a Eliminação das Alternativas	72
3.7.	Avaliando a Teoria.....	75
4.	CAPÍTULO III - DAVID LEWIS: CONTEXTUALISMO, RELEVÂNCIA e CETICISMO	78
4.1.	Considerações sobre o Contextualismo Epistêmico	79
4.2.	Conhecimento Infalível e o Apelo ao Contexto.....	83
4.2.1.	Contexto-Dependência.....	86
4.3.	Proposta de Análise do Conceito de Conhecimento	89
4.3.1.	Evidência e Eliminação de ‘todas’ as Possibilidades.....	90
4.3.2.	Cláusula <i>Sotto Voce</i> e Alternativas Relevantes.	92
4.4.	Fechamento no Contexto e a Resolução do Puzzle Cético.	99
4.5.	Avaliando a teoria	101
5.	CAPÍTULO IV - O CONTRASTIVISMO EPISTÊMICO: A RESOLUÇÃO DO PUZZLE CÉTICO.....	106
5.1.	O Contrastivismo Epistêmico.....	107
5.1.1.	Conhecimento, Contraste e Resposta	109
5.2.	Conhecimento Contrastivo	113
5.3.	Do Contextualismo ao Contrastivismo	117
5.3.1.	Indexicalidade ou Ternicidade.....	120
5.3.2.	Relevância ou saturação?.....	123
5.3.3.	Equivocacionismo vs compatibilismo.....	124
5.4.	Fechamento Contrastivo.....	125
5.4.1.	Rediscutindo o puzzle do Fechamento.....	128
5.5.	Resolvendo o Puzzle.....	132
5.6.	Críticas ao Contrastivismo de Schaffer	134
5.6.1.	Considerando Algumas críticas adicionais.....	147
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

1. INTRODUÇÃO

Em nosso cotidiano atribuímos a nós mesmos e a outras pessoas uma vasta gama de conhecimentos empíricos. Alegamos saber que há um computador sobre a mesa, que ali está uma árvore, que aqui está uma mão e aqui está outra. Afirmamos saber proposições como essas um sem-número de vezes e parece problemático, a princípio, pensar que alguém que olha para suas próprias mãos não *pudesse* saber que tem mãos. Todavia, quando empreendemos um estudo filosófico e sistemático do conhecimento nos deparamos com um argumento que coloca sob suspeição a possibilidade mesma de se saber instâncias tão prosaicas de conhecimento. Trata-se do argumento cético.

Os argumentos (dúvidas ou desafios) céticos são lançados contra a possibilidade do conhecimento empírico. Nosso objetivo nesta tese será, então, combater esse tipo de argumento e salvaguardar (proteger) nosso conhecimento ordinário das amarras teóricas do cético. Faremos isso utilizando-nos das mais recentes teorias do conhecimento dos últimos 40 anos. Apostaremos, principalmente, numa estratégia que visa atrelar nosso conhecimento empírico com a eliminação de alternativas relevantes para o que se sabe. A ideia básica é que todo o nosso conhecimento deve ser analisado contra um contraste formado por outras proposições que configuram o caso. Assim essa estratégia terá que estipular quais alternativas são relevantes, e devem ser excluídas pela evidência do sujeito, e quais alternativas são irrelevantes, e não necessitam ser excluídos pela evidência do sujeito. Todo o esforço filosófico desta estratégia epistemológica se concentrará em tipificar o ceticismo como irrelevante para as nossas práticas epistêmicas ordinárias. Essa estratégia, entretanto, não pode ser dogmática ou arbitrária. É necessário estabelecer um critério teórico adequado que explique por que as hipóteses céticas seriam irrelevantes, no final das contas.

Apesar do esforço que dispensaremos ao longo desta tese para demonstrar que as alternativas céticas são irrelevantes para as nossas práticas ordinárias, não podemos nos furtar a reconhecer o papel teórico fundamental desempenhado pelo ceticismo. A epistemologia é uma área da filosofia, como tantas outras, movida a desafios e o desafio particularmente mais importante é o desafio cético. Nem toda pauta da teoria do conhecimento é motivada pelo ceticismo, mas é fato que muitos dos avanços teóricos que foram alcançados se devem ao modo como o filósofo

responde ao argumento cético. O epistemólogo Laurence Bonjour, por exemplo, é taxativo acerca da necessidade do ceticismo para a teoria do conhecimento. Disse ele que “se os céticos não existissem [...] o epistemólogo sério deveria inventá-los” (BONJOUR 1985, p. 15). Nessa mesma linha, A. J. Ayer afirmou que ao chamar nossa atenção para os problemas inerentes à nossa concepção de conhecimento “o cético presta seu maior serviço à filosofia” (AYER 1967, p. 36). Considerado por vezes como um problema menor, inútil ou fruto do mau uso da nossa linguagem, o ceticismo filosófico é considerado por Barry Stroud (1990, p. 199) como “um *benfeitor da razão humana* na medida em que nos força a colocar as questões [epistemológicas] em níveis que não teríamos como chegar, nem considerar, sem ele”.

Tomaremos a importância do papel desempenhado pelo ceticismo como ponto de partida desta tese. Por esta razão buscaremos identificá-lo, tipificá-lo adequadamente para lançarmos uma inovadora frente anticética. Nosso primeiro passo aqui será o de mostrar que o enfrentamento tradicional ao ceticismo, que consistia em buscar refutá-lo, não logrou êxito. Os argumentos céticos, de um modo geral, parecem logicamente impecáveis. Por esta razão, adotaremos a estratégia de tentar miná-lo, dissolvê-lo ou mesmo, como sugeriu Stroud, desarmá-lo.

Nosso problema nesta tese será o seguinte: uma vez que não podemos refutar o ceticismo, como desarmá-lo ou dissolvê-lo a fim de que possamos assegurar a possibilidade do conhecimento empírico? Para resolvermos esse problema apostaremos na teoria de Jonathan Schaffer denominada Contrastivismo Epistêmico. Com efeito, para compreendermos bem essa teoria recente em epistemologia se fará necessário discutir outras duas teorias coevas que defendem, cada uma a seu modo, a ideia de que o argumento cético não alcança nosso conhecimento empírico por causa da sua irrelevância, trata-se da Teoria das Alternativas Relevantes de Fred Dretske e a teoria Contextualista de David Lewis.

Para cumprirmos o objetivo de resolvermos nosso problema teórico seguiremos o seguinte roteiro. No primeiro capítulo trataremos da importância do ceticismo para a epistemologia. Tipificaremos o argumento cético a que estamos nos dirigindo e o exemplificaremos a partir de Descartes e Hilary Putnam. Após delimitarmos o ceticismo que nos servirá de adversário apresentaremos a tentativa de dois importantes filósofos do século XX que buscaram derrotá-lo, a saber, J. L. Austin e G. E. Moore. Após elencarmos algumas considerações sobre ambos

encerraremos nosso primeiro capítulo com a apresentação de um novo modelo de ceticismo defendido por Peter Unger.

No segundo capítulo buscaremos enfrentar o argumento cético nos valendo da teoria de Fred Dretske. Segundo Dretske o ceticismo é irrelevante e não afeta nosso conhecimento ordinário. A abordagem deste filósofo é inovadora, porém, controversa, já que possui como tese fundamental a recusa do princípio epistêmico denominado princípio de fechamento. Suas principais ideias anticéticas foram publicadas em dois artigos seminais, a saber, *Operadores Epistêmicos* de 1970 e *A Dimensão Pragmática do Conhecimento* de 1981. Apresentaremos, ao final do capítulo, um balanço com as vantagens teóricas e as principais limitações desta teoria para dar conta do ceticismo.

No terceiro capítulo abordaremos o argumento cético pelo viés contextualista de David Lewis. A tese defendida por Lewis fará uso de um revisionismo semântico para o termo "conhecer". Segundo este filósofo, as proposições que denotam conhecimento possuem suas condições de verdade, e de significado, atreladas ao contexto de proferimento. Diferentes contextos evocam diferentes padrões de avaliação. Desse modo, é possível tanto ao cético quanto ao dogmático de senso comum estarem corretos em suas atribuições de conhecimento ou ignorância relativos ao contexto a partir do qual asserem suas proposições. A estratégia de Lewis para desgarrar o ceticismo do conhecimento ordinário será apartá-los em contextos diferentes e denunciar o cético quando este, por equívoco, atribuir ignorância às crenças do senso comum sem levar em considerações o caráter indexical do conhecimento. A teoria de Lewis, como veremos, além de explorar o caráter indexical do conhecimento trará um elemento novo para explicar *como* o conhecimento ordinário é protegido do ceticismo. Ele o fará através do estabelecimento de sete regras de relevância. Essas regras pretendem estabelecer como o ceticismo é irrelevante. Apesar da excelente teoria Lewis ficará exposto a alguns ataques, como mostraremos, que comprometem seu tratamento anticético.

No quarto e último capítulo discutiremos a teoria contrastivista de Jonathan Schaffer. Assim como a teoria de Lewis, o contrastivismo de Schaffer enfrentará o ceticismo a partir de um revisionismo semântico-epistêmico. O contrastivista defenderá que o conhecimento é um conceito ternário, isto é, requer três elementos para seu uso correto, quais sejam, um sujeito, uma proposição e um contraste. Defenderemos com Schaffer que a melhor resposta ao ceticismo deve conservar a

modéstia epistêmica e defender o princípio de fechamento. Nossa estratégia será demonstrar como o argumento cético está ancorado em bases semânticas e epistêmicas equivocadas. Se compreendermos adequadamente a relação de conhecimento como ternária estaremos em condições de demonstrar que a dúvida cética e o conhecimento ordinário são compatíveis. Se o argumento contrastivista que defenderemos estiver correto desarmaremos o argumento cético.

2. CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DO CETICISMO

O ceticismo é um tipo peculiar de filosofia que surgiu na antiguidade clássica com Pirro¹. Seu ceticismo, ao contrário da versão moderna (ou cartesiana), possuía uma dimensão prática importante. O que se esperava de uma vida cética era nada menos do que a imperturbabilidade (*ataraxia*) que conduziria a uma vida feliz. O que conhecemos da filosofia pirrônica se deve, principalmente, a Sexto Empírico. Este último é o autor de *Esboços Pirrônicos*, o livro mais importante sobre o tema. O ceticismo pirrônico, contudo, não era a única escola cética da antiguidade. Havia também os Acadêmicos. A distinção entre acadêmicos e pirrônicos, por vezes ignorada², é necessária quando se discute sobre ceticismo na atualidade.

Uma distinção clara e atualizada entre o ceticismo acadêmico e o pirrônico pode ser vista em Peter Klein (2015)³. Klein distingue duas formas básicas de ceticismo filosófico em que cada tipo reflete um tipo particular de atitude proposicional (ou doxástica) do agente epistêmico. Tomemos uma proposição candidata a conhecimento P. Vamos supor que P é uma proposição mundana tal como “há uma árvore diante de mim”, “Fortaleza é a capital do estado do Ceará” ou “aqui está uma mão”⁴. Diante de P o agente epistêmico pode tomar três atitudes proposicionais (ou doxásticas): (i) asserir (ou crer) que P (ii) asserir (ou crer) que $\sim P$ ou (iii) suspender o assentimento (ou a crença) com relação a P ou $\sim P$.

Aquele que toma o caminho (i) é chamado de epistemista (ou dogmático) já que afirma não apenas que podemos conhecer proposições do tipo P, mas que temos uma ampla variedade daqueles conhecimentos. Os que defendem (ii) são chamados, desde Sexto Empírico, de Acadêmicos. Sexto Empírico fez questão de destacar que os céticos legítimos jamais afirmariam a impossibilidade do

¹ É possível ver alguns elementos do ceticismo em filósofos pré-socráticos como Heráclito e Demócrito, assim como em Platão e Sócrates, mas parece consensual entre historiadores que foi Pirro quem fez do ceticismo um tipo particular de filosofia. Sobre questões históricas envolvendo o surgimento do ceticismo ver Vogt, Katja, "Ancient Scepticism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2015 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2015/entries/HCepticism-ancient/>>.

² Segundo Burnyeat (1998) “Infelizmente, os Pirrônicos falharam em persuadir o mundo a observar a distinção entre eles e os Acadêmicos. Os Acadêmicos viriam a ser chamados, retrospectivamente, de *Sceptikos* e *ephektikoi* porque a distinção era polêmica ou ignorada”. (p. 316, nota 7).

³ A distinção clássica, porém, se deve a Sexto Empírico no Livro I, i (§ 1-4) do seu *Outlines*.

⁴ Klein chama esse tipo de proposição de ‘proposições interessantes’ em contraste com proposições muito complexas ou afirmações sobre o futuro, tal como ‘vai chover em Aracaju, no bairro 13 de Julho durante 11min e 16 segundos precisamente às 17hs e 29min do dia 29 de janeiro de 2019’. Esse último tipo de proposição não é do tipo que comumente alegamos saber.

conhecimento, uma vez que isso os tornaria tão dogmáticos quanto o epistemista. O acadêmico, na visão pirrônica, não passa de um dogmático negativo. O cético pirrônico defende que (iii) é o caminho correto a ser seguido, uma vez que não haja evidência decisiva⁵ para decidir entre (i) e (ii).

Embora o ceticismo pirrônico seja historicamente importante e alguns filósofos⁶ recentemente tenham se empenhado em rediscuti-lo, parece consensual entre epistemólogos contemporâneos⁷ que ao discutir o ceticismo na atualidade estamos tratando de um ceticismo do tipo acadêmico de inspiração cartesiana⁸. Mais especificamente nos interessará o ceticismo acerca do mundo externo. Barry Stroud afirma que “o problema do mundo externo, de modo geral, se originou em Descartes” (STROUD 1990, p. 15). Tal ceticismo, como diz Michael Williams “é uma visão geral sobre o conhecimento humano [que] sustenta, ou ao menos acha irrefutável, a ideia de que o conhecimento é impossível” (WILLIAMS, 2012 p. 66). Doravante quando falarmos de ceticismo estaremos nos referindo explicitamente a esse tipo de ceticismo.

2.1. O Problema do Mundo Externo

O problema cético acerca do mundo externo surge quando buscamos uma resposta para a pergunta: como podemos [se é que podemos] conhecer o mundo que nos rodeia? Existe muita coisa sobre o mundo externo que não apenas cremos, mas alegamos saber. Sei, por exemplo, que nesse momento estou em minha mesa digitando esse texto no meu computador. Que argumento poderia colocar em dúvida essa instância de conhecimento?

Os argumentos céticos mais persuasivos são estabelecidos através de hipóteses céticas. Trata-se de hipóteses logicamente possíveis e compatíveis com a

⁵ O argumento que conduz a essa conclusão é nomeado por Sexto Empírico como Os Cinco Modos (Livro I, XV (§ 164 -177)). Também é conhecido como os tropos de Agrippa.

⁶ Como, por exemplo: FOGELIN, Robert J. *Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification*. New York: Oxford University Press, 1994. E CHISHOLM, Roderick. *The Problem of The Criterion*. In, *The Foundations of Knowing* (Sussex: Harvester Press, 1982).

⁷ Ver por exemplo: KLEIN (2002;2004); GRECO (2000); STROUD (1984); UNGER (1975); WILLIAMS (1996); DRETSKE (1970,1981).

⁸ Peter Klein sugere uma razão adicional para que o pêndulo epistemológico tenha se deslocado para o lado dos acadêmicos desde Descartes. Trata-se da força do argumento e da conclusão cartesiana de que não podemos ter conhecimento do mundo externo. Klein alega que “the Pyrrhonians did not claim that they had a compelling argument whose conclusion was that withholding assent to non-evident propositions was the appropriate epistemic attitude to have.” (KLEIN 2015 p.3).

experiência real do sujeito. Algumas delas são altamente *extravagantes*. O rótulo de extravagante, contudo, não é razão para descartá-las ou refutá-las facilmente. Há uma incompatibilidade lógica entre o modo como percebemos o mundo e as hipóteses céticas, de tal modo que a verdade das hipóteses céticas implica a falsidade do conhecimento de proposições empíricas. As hipóteses céticas mais conhecidas foram estabelecidas por Descartes na primeira das suas *Meditações Metafísicas* e por Hilary Putnam em *Razão, Verdade e História*. No que segue apresentarei a hipótese do sonho de Descartes e a hipótese dos cérebros numa cuba, de Putnam.

Descartes na primeira das suas seis *Meditações* buscou encontrar o fundamento seguro e indubitável do conhecimento. Sua proposta era, então, se livrar de todas as crenças (opiniões) incertas, sujeitas a dúvidas. Como é impossível analisar todas as crenças individualmente Descartes examina o fundamento sobre o qual a maioria das suas crenças estivera alicerçada⁹. O conhecimento que temos do mundo externo vem, prioritariamente, da nossa experiência sensível. Desse modo, basta mostrar que os sentidos não são uma fonte segura e confiável para que todo o conhecimento empírico seja posto em suspeição.

Os nossos sentidos às vezes nos enganam. Uma vara reta enfiada na água, por exemplo, parece quebrada de certa perspectiva. Uma dúvida como essa, todavia, pode ser dirimida e não depõe a favor da falibilidade absoluta dos sentidos, já que uma inspeção mais acurada (retirar a vara d'água) é suficiente para resolver a questão. A dúvida cética, todavia, não pode ser resolvida desse modo, como veremos. Ao refletir sobre a confiabilidade dos sentidos Descartes reconhece que há situações (que envolvem distância, iluminação e olhos saudáveis, por exemplo) em que podemos nos enganar, mas dificilmente nos enganaríamos em outras situações mais favoráveis. Estando diante de uma lareira, segurando um papel e vestido em um chambre parece não haver dúvidas de que ele *sabe* que está segurando um papel diante da lareira. Todavia, diz Descartes,

Quantas vezes ocorreu-me sonhar, durante a noite, que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro do meu leito? Parece-me agora que não é com os olhos adormecidos que contemplo esse papel; que

⁹ Se quisermos demolir um edifício é mais eficiente colocar dinamites em seu alicerce, pois o prédio ruirá de uma só vez, do que quebrá-lo pavimento por pavimento, de cima para baixo (Para utilizarmos a famosa metáfora do edifício cartesiana).

essa cabeça que eu mexo não está dormente; que é com desígnio e propósito deliberado que estendo a mão e a sinto: o que ocorre no sono não parece ser tão claro nem tão distinto quanto tudo isso. Mas, pensando cuidadosamente nisso, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. E, detendo-me neste pensamento, vejo tão manifestamente que não há quaisquer indícios concludentes, nem marcas assaz certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono, que me sinto inteiramente pasmado: e meu pasmo é tal que é capaz de me persuadir de que estou dormindo. (DESCARTES 1973 p. 94)

Para avaliar os sentidos, como fonte do conhecimento, Descartes não pegou um caso qualquer em que diríamos que tal fonte é inconfiável, antes analisou uma situação 'ótima' em que diríamos que os sentidos são, naquela situação, confiáveis. Isto é, Descartes analisou um caso paradigmático de conhecimento empírico. Como diz Stroud (1990, p. 21) "Ele se coloca na melhor posição na qual qualquer um de nós poderia alguma vez estar para conhecer as coisas do mundo que nos rodeia com base nos sentidos". Stroud insiste ainda que "um caso verdadeiramente representativo pode fundamentar, de maneira legítima, uma conclusão geral". Portanto, um veredicto negativo no melhor caso de alegação de conhecimento empírico possível sustentaria um veredicto negativo em todos os demais casos. Dada a situação epistêmica privilegiada em que Descartes se encontra, a poucos metros da lareira e segurando o papel com suas próprias mãos, parecerá uma esquizofrenia duvidar que ele não *pode* saber disso. Todavia, em sonhos verídicos, ou filosóficos,¹⁰ é possível (assumamos pelo bem do argumento) ter as mesmas vívidas sensações sem que exista, contudo, o fato gerador da sensação. Os sentidos, dessa forma, são incapazes de decidir a questão de se estou em vigília ou dormindo nesse momento.

A hipótese cética do sonho traz uma condição muito exigente para se ter conhecimento do mundo que nos rodeia. Ela diz que para se conhecer alguma proposição ordinária como "há um copo sobre a mesa", por exemplo, esse alguém deve ser capaz de eliminar a possibilidade de que está sonhando que "há um copo sobre a mesa". Se ele não sabe que não está sonhando, então ele não sabe qualquer coisa sobre o mundo externo. A questão posta por Descartes coloca todo o

¹⁰ Esse refinamento é dado por Sosa (2013 p. 236) para evitar que se desvirtue o argumento apelando para sonhos incoerentes e desconexos.

conhecimento em dúvida de uma única vez. Esse é o poder das hipóteses céticas¹¹. Como vimos, a hipótese do sonho é articulada para solapar a confiabilidade dos sentidos de tal modo que não há como recorrer a outras experiências sensíveis para justificar minha crença de que “há um copo sobre a mesa”.

Outra hipótese cética é a de que somos cérebros numa cuba imersos em um líquido nutriente e ligados a um poderoso computador manipulado por um cientista perverso¹². Tal cientista, através de fios e eletrodos, envia inputs elétricos que são decodificados pelo cérebro e interpretados como informação vinda do mundo externo. Diz Putnam:

Imaginemos que um ser humano [...] foi sujeito a uma operação por um cientista perverso. O cérebro da pessoa foi removido do corpo e colocado numa cuba de nutrientes que o mantém vivo. Os terminais nervosos foram ligados a um supercomputador científico que faz com que a pessoa de quem é o cérebro tenha a ilusão de que tudo está perfeitamente normal. Parece haver pessoas, objetos, o céu etc.; mas realmente tudo o que a pessoa está experienciando é o resultado de impulsos eletrônicos deslocando-se do computador para os terminais nervosos. (PUTNAM, 2004 P. 5-6)

Se a hipótese de que somos cérebros numa cuba (BIV¹³ doravante) for correta então todo conhecimento do mundo externo que alegamos ter está comprometido. A hipótese BIV anula não apenas o princípio através do qual obtemos conhecimento sobre o mundo externo, como também, elimina a referência (o próprio mundo) que seria objeto do conhecimento. Se a hipótese BIV for verdadeira a árvore que pensamos ver no jardim não passa de um input do supercomputador. Não podemos ver árvore alguma, pois não temos olhos, nem corpo, nem mãos. Também não há árvore, grama nem cadeiras. Todas as nossas sensações não passam de uma resposta do supercomputador. Se penso estar saboreando um Merlot essa sensação não passa de uma ilusão do cientista maluco. Não há qualquer vinho, taça ou mãos. Realmente é uma situação deplorável. Segundo a hipótese do BIV tudo que afirmo sobre o mundo exterior é falso.

¹¹ Curiosamente as hipóteses céticas colocam todas as alegações de conhecimento ordinário como ‘culpadas’ até prova absoluta em contrário. Alguns autores como Austin (1946) e Wittgenstein (1962) vão argumentar, precisamente, o oposto.

¹² Como bem observou Peter Unger (1975) essa hipótese é uma releitura contemporânea da hipótese cartesiana do gênio maligno.

¹³ A sigla é referente ao inglês *Brain In a Vat* (BIV).

As duas hipóteses céticas que citamos compartilham a mesma estrutura argumentativa. Ambas sustentam que para saber que “há uma árvore no jardim” é preciso saber que não se está sonhando ou que não se é um cérebro numa cuba induzido por um supercomputador a crer que “há uma árvore no jardim”. Você sabe que não está sonhando ou que não é um cérebro numa cuba? O cético alega que não temos como saber que suas hipóteses são falsas, dada as nossas evidências, e conclui que não sabemos que “há uma árvore no jardim”.

Os argumentos céticos que operam através de hipóteses céticas (HC doravante), possuem em sua estrutura um princípio epistêmico chamado Princípio de Fechamento (PF). Tal princípio está na tese ‘i’ do argumento abaixo.

- i – Se S sabe que P e S sabe que P implica \sim HC, então S sabe que \sim HC
- ii – S não sabe \sim HC
- iii – S não sabe que P

O cético sustenta que S não sabe \sim HC porque a evidência disponível para crer que P é compatível com HC. Vejamos um exemplo. S sabe que P, “há um copo sobre a mesa”. Dentre as possibilidades que concorrem com P está HC, S é um BIV (esta hipótese foi explorada no filme Matrix) ou está sonhando e crê que “há um copo sobre a mesa”, quando não há copo ou mesa, mas apenas uma ilusão perceptual idêntica à percepção de um copo real sobre a mesa. Há uma grande insistência do cético em defender que se S não excluir HC então não sabe que P. Essa exigência, instanciada pelo PF, foi nomeada por Klein (2002, p. 340) como “princípio de eliminação de toda dúvida”. Saber que P, segundo o fechamento, implica estar em condições de saber *tudo* que é implicado por P. Exige que seres humanos falíveis, temporais e limitados cognitivamente sejam omniscientes¹⁴. Se conhecimento é uma questão de tudo ou nada, como defendeu Peter Unger (1975), então temos que nos resignar ao duro fardo da ignorância total. Parece uma exigência absurda e está longe de ser óbvio que o conhecimento ordinário exija algo como isso.

¹⁴ A omnisciência lógica, derivada da aceitação do fechamento, foi um tema amplamente debatido em lógica epistêmica por Jaakko Hintikka em seu influente livro de (1962). HINTIKKA, Jaakko. **Knowledge and Belief**: an introduction to the logic of the two notions. New York: Cornell University press, 1962. Se em lógica epistêmica o problema da aceitação do fechamento é a omnisciência, em epistemologia, como veremos no próximo capítulo, a principal preocupação é ceticismo.

Chegamos a uma situação perturbadora já que, se o argumento acima estiver correto, então o conhecimento sobre o mundo externo é impossível. Nada mais contraintuitivo do que isso pode ser afirmado em epistemologia. Parece falsa e absurda tal conclusão. Mas, simplesmente dizer que ela é absurda não significa refutá-la ou encontrar algum erro no argumento. Barry Stroud resume bem o dilema ao dizer que “ou bem nunca podemos saber que estamos sonhando [ou que não somos BIVs] ou bem o que Descartes diz que é uma condição para saber algo acerca do mundo em geral, de fato, não é uma condição para saber algo acerca do mundo” (STROUD 1990, p 28).

O argumento cético que faz uso do princípio de fechamento¹⁵, como exposto acima, possui premissas individualmente plausíveis para uma conclusão desastrosa. O cético propõe um jogo no qual não podemos vencer. Eles testam nosso conhecimento empírico nos privando do recurso ao fundamento mesmo de tal conhecimento. É como uma cláusula de sabotagem que assumimos quando enfrentamos o cético nos termos dele. Stroud alega corretamente que “não podemos aceitar os termos do desafio [cético] e ter a esperança de vencê-lo” (*Idem*, p 29).

Apesar de o argumento cético ser, aparentemente, poderoso, intuitivo e irrefutável ele falha em gerar convicção. Ele parece tão forte teoricamente quanto irrelevante para as nossas práticas epistêmicas ordinárias. Qual a importância desse ceticismo então? Ayer disse que “os problemas céticos são insolúveis por serem fictícios” (1967, p. 68). Para Hume, embora teoricamente irrefutável, o ceticismo total não passa de uma “seita imaginária” (2009 p. 216). No mesmo espírito, Thomas Nagel afirma que “o ceticismo é um meio de reconhecer nossa situação [epistêmica], mas ele não nos coibirá de continuar a perseguir algo como o conhecimento” (2004, p. 121). O rechaço mais eloquente do ceticismo radical talvez venha de George Santayana. Ele nos alerta que “o preço a ser pago por levar o ceticismo tão longe quanto logicamente possível, é o suicídio intelectual” (SANTAYANA, 2002 p. 25).

Se, de fato, a conclusão cética é absurda e inaceitável devemos explicar por que isso é o caso. No enfrentamento filosófico, isto é, teórico, não podemos simplesmente rechaçar arbitrariamente o problema e pensar que triunfamos sobre

¹⁵ A validade do princípio de fechamento tem sido alvo de grande controvérsia na epistemologia contemporânea. Alguns filósofos, como Fred Dretske e Robert Nozick buscam enfrentar o argumento cético negando a validade do fechamento. Entretanto, eles são minoria. Grande parte dos teóricos aceita a validade do princípio, de modo particular, os contextualistas David Lewis, Keith DeRose, Stewart Cohen, Gail Stine, John Hawthorne e Michael Williams.

ele. Um modo de enfrentar o problema do ceticismo que se tornou influente em meados do século vinte se deve à acusação de que o cético viola o uso comum (ou normal) da nossa linguagem. Williams afirma, e nós estamos de acordo, que “a tentativa clássica de rejeitar o ceticismo chamando nossa atenção para o uso ordinário dos conceitos epistêmicos é encontrada no trabalho de J. L. Austin” (WILLIAMS, 1996, p. 139).

Austin afirmara que “ninguém abusa impunemente da linguagem ordinária” (AUSTIN, 2004 p. 16). A punição pela transgressão linguística do cético seria a ininteligibilidade ou a irrelevância. Simplesmente as dúvidas céticas parecem não fazer sentido quando as colocamos em um contexto prático. Veremos abaixo o tratamento dado por Austin ao problema do ceticismo e avaliaremos a eficácia da sua estratégia.

2.2. Ceticismo e Linguagem Ordinária

Austin acentua, de saída, um traço da análise epistemológica que parece ignorada pelas hipóteses céticas tradicionais, a saber, que o conhecimento em disputa é o conhecimento humano atribuído a pessoas cognitivamente limitadas e falíveis. Tais pessoas são propensas ao erro e, por isso mesmo, não são capazes de eliminar *todas* as dúvidas, ou *todas* as possibilidades de erro implicadas por um possível caso de conhecimento ordinário¹⁶. Uma teoria do conhecimento que ignore esse fato estaria, como disse Hume, “lutando sem adversários”, uma vez que não estão lançando dúvidas que afetam seres humanos reais em suas práticas epistêmicas comuns.

Outro traço distintivo da teoria de Austin que a separa da tradição é que para ele conhecimento não é apenas um conceito atemporal e estático, antes é fruto de um tipo de atividade. O estado de conhecimento está vinculado a um tipo de prática que implica a habilidade de discriminar¹⁷ perceptualmente a proposição/crença alvo de alternativas contextualmente relevantes para o caso concreto. Segundo Austin os

¹⁶ Como salienta (WILLIAMS, 2012 P. 111) “Práticas avaliativas, incluindo as epistêmicas, são construções humanas, designadas a servir aos propósitos humanos. Portanto, estamos livres para modificá-los diante de problemas inesperados”.

¹⁷ Essa ideia será muito bem explorada por Alvin Goldman em um artigo muito influente sobre conhecimento e alternativas relevantes de 1976, intitulado *Discrimination and Perceptual Knowledge*. Embora não haja qualquer menção no artigo de 1976 a influência de Austin sobre Goldman não pode ser desconsiderada.

argumentos céticos de tipo cartesiano utilizam termos da linguagem comum de modo distorcido e equivocado. O modo como isso é feito, entretanto, é sutil e não há um argumento simples que possa refutá-lo. O que temos, segundo ele, é “uma massa de falácias sedutoras (verbais, na maior parte), e é preciso desenredá-las uma a uma” (AUSTIN, 2004 p. 5).

Para ilustrar o ponto tomemos um exemplo oferecido por Barry Stroud sobre os médicos de New York.

Suponha que alguém dá uma notícia sumamente surpreendente sobre a inexistência de um único médico sequer na cidade de Nova Iorque. Parece que isso vai de encontro ao que todos consideramos verdadeiro. Seria realmente assombroso se não houvesse nenhum médico em uma cidade desse tamanho. Quando nós perguntamos como se fez esta extraordinária descoberta, e por quanto tempo durou essa situação, suponha que o portador desta surpreendente notícia diga que ela é verdadeira pois, segundo ele explica, o que ele entende por “médico” é uma pessoa que tem um grau (diploma) de medicina e pode curar qualquer enfermidade concebível em menos de dois minutos. (STROUD, 1990 p. 40)

A manipulação do termo comum “médico” pode tornar impossível sua aplicação a qualquer caso particular. Se o cético se utiliza dessa manobra será fácil enfrentá-lo, já que, claramente, ele estaria violando nossas práticas ordinárias. Será que o argumento cético consiste em impor uma condição pouco razoável e extravagante, para em seguida concluir que nunca pode ser satisfeita? Segundo Stroud “do mesmo modo que ninguém deixa de ser médico porque deixou muitos pacientes sem cura”, assim também “o conhecimento ordinário não será menos conhecimento mesmo quando não cumprimos a extravagante condição de que devemos saber que não estamos sonhando” (STROUD, 1990, p. 43).

A tese subjacente aqui é a de que o argumento cético não afeta nossas práticas epistêmicas ordinárias e isso se dá, talvez, por que o filósofo não presta atenção suficiente no “tipo de coisa que na realidade acontece quando se pergunta às pessoas comuns: como sabe disso?”. Austin acredita que perguntas do tipo ‘como você sabe?’ “apenas podem ser feitas por uma curiosidade respeitosa, por motivo de um genuíno desejo de aprender” (AUSTIN 1980, p. 88). Se as dúvidas céticas são estéreis e extravagantes elas, simplesmente, erram o alvo e não precisam ser respondidas. É por esta razão que o argumento, apesar de logicamente rigoroso, não produz qualquer efeito em nossas práticas epistêmicas.

Não é qualquer dúvida, segundo Austin, que é capaz de solapar o conhecimento ordinário¹⁸. Se o interlocutor, engajado no mesmo contexto conversacional, lança uma dúvida para a qual ele próprio nunca estará satisfeito com as possíveis respostas, então sua dúvida não é razoável, e por consequência é irrelevante para o uso ordinário do conceito. É sempre necessário partirmos de algum lugar. Não posso atacar a legitimidade dos sentidos por que eles às vezes falham. A confiabilidade dos sentidos, por exemplo, deve ser assegurada “exceto no caso em que haja *alguma* razão concreta para a desconfiança”¹⁹ (AUSTIN, 1980 p. 91).

O exemplo de Austin é o seguinte. Imagine que você está com um colega no jardim e apontando para uma árvore afirme “aquele pássaro ali é um pintassilgo”. O seu colega pode lhe perguntar: como você *sabe* que é um pintassilgo? Você pode responder, simplesmente, que *sabe* como esses pássaros se comportam; que reconhece a cor da plumagem (e até mesmo o canto desse tipo de pássaro); que a cabeça deles é vermelha e assim por diante. Essa explicação de *como* você sabe, segundo Austin, é regulado pelo contexto que, por assim dizer, dita as regras do que é que está em jogo quando alguém afirma que *sabe*. O que se espera é que S possua a habilidade de discriminar p de alternativas que se afiguram como relevantes para aquela situação concreta. Essas alternativas contextualmente relevantes formam o contraste contra o qual a afirmação de que S sabe faz sentido. Se mudarmos o contexto arbitrariamente, e por consequência o contraste, a afirmação de conhecimento inicial perde o sentido. Se você não fosse capaz de discriminar um pintassilgo de um pica-pau, por exemplo, então você não sabe que é um pintassilgo. Entretanto, naquele contexto a hipótese do sonho ou cérebro numa cuba está fora de questão.

Nas dúvidas lançadas há a pressuposição de que o interlocutor tenha uma ideia prévia do que seria suficiente para saber o que é um pintassilgo. O suficiente para saber que é um pintassilgo deve ser compreendido dentro dos limites razoáveis e para os fins e propósitos atuais. Não é suficiente para mostrar que não é um pássaro empalhado, holograma, alucinação ou sonho. Essas possibilidades estão

¹⁸ Segundo Rasmussen (1984 p. 53) “Doubt must be shown, not just asserted”

¹⁹ Aqui está acentuada a diferença metodológica crucial entre Descartes e Austin. Enquanto Descartes desconfia dos sentidos até encontrar algo absolutamente certo e indubitável, Austin confia nos sentidos até que haja uma ‘razão concreta’ em contrário.

fora do contexto original de atribuição de conhecimento²⁰. Se o contexto envolvesse uma loja de equipamentos de alta tecnologia a hipótese do holograma seria relevante. A ideia de que a atribuição de conhecimento ordinário só faz sentido quando afirmado contra um contraste formado por alternativas relevantes contextualmente determinadas é uma ideia que ocupará grande parte da agenda epistemológica a partir dos anos de 1970.

Um detalhe importante sobre a teoria de Austin é que se alguém não está familiarizado com certo objeto e, portanto, não sabe nomeá-lo adequadamente, então esse sujeito não poderá lançar dúvidas razoáveis sobre alguém que alega saber algo sobre esse mesmo objeto. Em uma frase curta numa nota de rodapé Austin enfatiza que “saber o que uma coisa é é, em parte, saber como nomeá-la, e como nomeá-la corretamente” (1980 p. 92). Isso quer dizer que alguém que esteja em outro contexto conversacional não poderá lançar qualquer dúvida razoável. É por isso que Austin rejeita as dúvidas céticas, pois parece claramente que ao utilizar termos como “conhecimento”, e outros termos epistêmicos relacionados, o cético altera as regras do jogo no meio da partida. Suas dúvidas, por não poderem ser satisfeitas, simplesmente não fazem sentido nem alteram nosso uso ordinário dos termos epistêmicos. Desse modo, a dúvida cética seria inútil ou irrelevante. Se em uma situação comum, sob boa luz, curta distância e aparato cognitivo funcionando bem, alguém afirma “isto é uma cadeira”, lançar uma dúvida radical sobre esse conhecimento ordinário seria visto pelo homem comum “não como uma dúvida desmedida, excessivamente sofisticada ou pouco prática, mas como um *absurdo* manifesto” (AUSTIN 2004, p. 11).

Para Austin, portanto, a exigência cética de que para que S saiba que “isto é uma cadeira”, ele deve saber que não está sonhando ou não é um cérebro numa cuba fere essencialmente nossas práticas epistêmicas mais comuns²¹. Embora Austin não tenha desenvolvido esse ponto vemos claramente que sua estratégia

²⁰ Uma ressalva importante a ser feita aqui é que as hipóteses (ou cenários) céticas são inseridas no argumento como possibilidades lógicas. Há uma confusão na literatura quando se tenta dar a tais hipóteses um peso ontológico que elas não possuem. A mera pronúncia de uma hipótese cética não altera a ontologia do contexto atual de atribuição de conhecimento. De outro modo deveríamos encerrar o enfrentamento cético com a clássica disputa metafísica entre realistas e idealistas.

²¹ Oportunamente Oswaldo Porchat nos lembra que “o estranho e curioso paradoxo do ceticismo está em que ele instala decididamente a filosofia no seio da vida comum. Se me permitem a expressão, ele a infesta de filosofia, para fazer a filosofia triunfar sobre ela e reduzi-la.” E conclui dizendo que “tentando convencer-nos de que os homens comuns fazem filosofia sem saber, o ceticismo rejeita toda pretensão humana ao saber, ao conhecimento, à verdade.” (PORCHAT, 2007 P. 87)

nega que o fechamento seja um princípio geral sobre o conhecimento ordinário. O alcance do fechamento seria, desse modo, limitado a algumas possibilidades contextualmente relevantes. Desenvolveremos esse ponto no capítulo seguinte com o filósofo Fred Dretske. Como vimos, a estratégia teórica da linguagem ordinária não buscou refutar o ceticismo, mas desarmá-lo, como sugeriu Stroud. O que se tentou mostrar foi que ao analisarmos a linguagem que o cético utiliza em seus argumentos observa-se que são falaciosos e infringem a linguagem ordinária, de tal modo que não há ameaça ao conhecimento comum, pois o ceticismo, simplesmente, não faz sentido. Diz Stroud que para Austin a distorção real e a irracionalidade residem precisamente na insistência desta condição geral tão estrita para o conhecimento. Em situações ordinárias a alternativa cética é ridícula e irrelevante. Ela não afeta o conhecimento ordinário.

2.2.1. Avaliando a Teoria

A teoria de Austin não tem como objetivo refutar o ceticismo. O argumento cético permanece intacto logicamente, mas uma das suas premissas foi colocada em suspeição. A premissa que faz uso do princípio de fechamento, ou a condição de Descartes como nomeou Barry Stroud, é a chave da disputa. Sem a aceitação do fechamento, ou seja, “Sem a condição de Descartes para o conhecimento, o ceticismo filosófico estará completamente desarmado” (STROUD 1990 p. 49).

A insistência de Austin nesse ponto tem um apelo intuitivo muito forte. Imaginemos um tribunal em que o réu está prestes a ser condenado por assassinato. Uma testemunha ocular diz em juízo que viu o réu cometer o crime a poucos metros de onde ela estava; que conhecia o histórico de violência entre o réu e a vítima e que, inclusive, gravou o homicídio. O advogado de defesa como último recurso (a cartada final) lhe inquirir com altivez ‘como você sabe que não é um cérebro numa cuba tendo apenas a ilusão de ter visto um assassinato?’. Como levar a sério tal questionamento? Certamente parecerá a todos que o desespero pela derrota iminente fez com que o advogado perdesse a razão.

Realmente as hipóteses céticas, dada a sua extravagância, podem ser ignoradas até mesmo em um ambiente de alto padrão como um tribunal. Mesmo em um contexto tão exigente elas ainda parecem inadequadas. Se não há qualquer razão especial para se conceber a hipótese de que a testemunha possa ser um

cérebro numa cuba, então “esta suposta possibilidade não está em discussão, de tal sorte que a possibilidade aludida por ela [...] não seria nenhum obstáculo para o conhecimento [...] nesses casos” (STROUD 1990 p. 53).

Embora a teoria de Austin seja promissora e intuitiva há alguns problemas com ela. Faltou uma explicação adicional sobre o que torna a hipótese cética absurda ou inconveniente. A irrelevância da hipótese cética para fins práticos não implica que ela é falsa. Temos que separar a discussão sobre o que é adequado, razoável, garantido ou justificado daquilo que é verdadeiro ou falso. É aceitável conceder, como o faz Stroud (1990 p. 55) que “normalmente, as condições para a alegação racional/razoável coincidem com as condições de verdade”. Mas isso está longe de ser óbvio ou decisivo. Uma proposição altamente improvável e absurda pode se revelar verdadeira, ao passo que uma afirmação razoável e justificada pode se revelar falsa.

Como dissemos acima, nem toda possibilidade extravagante ou improvável é falsa. Imaginemos que Ralf faltou à aula de filosofia e o professor perguntou a João, um dos amigos do Ralf, se ele sabia o motivo da ausência. Para dar uma resposta descontraída João afirmou que Ralf havia ganhado um grande prêmio na loteria e se mudara do país. De tão improvável, a hipótese inventada na hora pelo João foi ignorada, mas sem que qualquer um soubesse o Ralf, de fato, havia ganhado na loteria e se mudado do país. A hipótese de Ralf ter ganhado o prêmio da loteria não seria tão improvável ou absurda quanto a hipótese do sonho ou do cérebro numa cuba? No final das contas essas hipóteses podem, mesmo que remotamente, ser verdadeiras. A nosso ver é justamente aí que reside a força do argumento cético, na impossibilidade de mostrar que ele é falso.

Desse modo cremos que Austin estava a discutir as condições de justificação (assertabilidade garantida) ou crença apropriada, não conhecimento (que implica verdade). Outra crítica endereçada ao tratamento que Austin deu ao ceticismo é a de que não se fez uma separação clara entre a dimensão prática e teórica do conhecimento. Ou seja, entre o que é apropriado e necessário para a ação e o que é apropriado e necessário para o conhecimento (e a verdade). A sugestão de Stroud é a de que os adeptos da “vida comum” estão mais interessados em argumentar pela racionalidade das práticas comuns. A prática é regulada por vários fatores e talvez a verdade não seja o mais importante. As circunstâncias mudam e é difícil estabelecer um critério geral para a ação.

O desafio cético, tal como expusemos anteriormente, impõe a condição de que sejam eliminadas/excluídas todas as possibilidades 'lógicas' para que "S saiba que P" e não todas as possibilidades práticas, ou razoáveis de situações específicas. Do fato de que podemos ignorar as hipóteses céticas em nossas práticas epistêmicas ordinárias não se segue que elas não *precisem* ser eliminadas para o conhecimento do mundo externo.

É crucial para Austin a constatação de que o cético manipula o sentido comum de termos epistêmicos, com efeito, essa tese é problemática. É fundamental para a solidez do argumento que o significado dos termos em disputa permaneça inalterado²². Se o termo conhecimento possui um significado na vida comum e outro significado na filosofia, então não há disputa legítima, mas um grande equívoco de ambas as partes. Segundo Peter Unger (1975) o cético compartilha conosco a mesma concepção de conhecimento, todavia, nós a relaxamos apenas para fins práticos (pragmáticos). Segundo Stroud (1990 p. 65) "há apenas uma concepção de conhecimento [...] porém, esta concepção opera na vida cotidiana sob os imperativos da prática social e as exigências da ação, da cooperação e da comunicação".

Quando se diz que, para efeitos práticos, 'S sabe' o que se quer dizer, provavelmente, é que ele está fazendo tudo o que é apropriado para aquele contexto, apesar de o que ele diz, analiticamente falando, possa ser considerado não como conhecimento, mas ignorância justificada. Essa abordagem linguística do problema do mundo externo nos dá uma visão alternativa, mas parece-nos limitada contra o ceticismo. A seguir vamos experimentar outra resposta ao ceticismo. Passemos agora à filosofia de senso comum de G. E. Moore.

2.3. Ceticismo e Senso Comum

Tradicionalmente, senso comum e filosofia sempre apareceram em lados opostos. Descartes, como vimos, começa suas *Meditações* impondo sucessivos questionamentos às crenças do senso comum, já que as considerava incertas e

²² A tese de que os termos epistêmicos não variam de significado de um contexto para o outro foi batizada como *Invariantismo* em oposição ao *contextualismo*. Um dos primeiros a defender explicitamente a tese de que 'conhecimento' possui dois sentidos, um fraco e um forte, foi o discípulo de Wittgenstein Norman Malcolm em seu *Knowledge and Belief* (1952).

inseguras. Kant foi além e disse que o senso comum não passa de “uma referência ao juízo da multidão” de cuja “aprovação corará o filósofo” (KANT, 1982 p. 16).

Diferente do quadro pintado por Kant, não se pode confundir senso comum com a opinião da maioria. Um esboço mais interessante do senso comum pode ser visto na introdução de *Individuals* de Peter Strawson. Segundo ele “há categorias e conceitos que, em seu caráter mais geral, não sofrem mudança alguma. [...] Eles são os *lugares comum* do pensamento menos refinado; e, entretanto, são o núcleo indispensável do equipamento conceitual dos seres humanos mais sofisticados” (1990 p. 10)²³. É no mínimo duvidoso se o senso comum é tão imune a mudanças, mas sem dúvida essas categorias e conceitos formam o que Landesman (2006 p. 146) chamou de um “esquema conceitual” que incluiu também uma ontologia, já que a utilização de tal ‘esquema’ pressupõe a instanciação (existência) de tais conceitos. George Santayana (2002) alega que o senso comum é caracterizado pela crença inabalável, ou uma fé animal, em certos pressupostos do conhecimento empírico. Tais pressupostos não estão sujeitos a qualquer questionamento. Que exista um mundo e que possamos conhecê-lo, por exemplo, é algo a que denominou “dogma gratuito”.

O recurso ao senso comum quase sempre foi visto com reservas na argumentação filosófica por que ele parece errar o alvo. Diógenes o Cínico, segundo nos conta Diógenes Laércio, buscou refutar (ou ao menos ridicularizar) a tese imobilista levantando e andando. Samuel Jhonson quase quebrou o pé chutando com bastante força uma enorme pedra para refutar o idealismo de Berkeley. Esse tipo de resposta de senso comum não parece tocar o argumento filosófico em absoluto. Um movimento diferente aparece em Hume. Em sua famosa parte quarta, seções I e II do livro I do *Tratado* Hume afirma que embora teoricamente irrefutável o ceticismo não gera qualquer convicção, pois é ‘supérfluo’ ou seja, irrelevante na prática. A natureza, diz Hume, “por uma necessidade absoluta e incontrolável, determinou-nos a julgar, assim como a respirar e sentir” (2009 p. 216) e, antecipando a defesa de Moore do senso comum afirma que,

O cético continua a raciocinar e a crer [...]. E, pela mesma regra, deve dar seu assentimento ao princípio concernente à existência dos

²³ O contexto do qual essa citação foi extraída é uma discussão sobre metafísica e não sobre senso comum ou ceticismo. Todavia, a citação captura, precisamente, certa concepção de senso comum, mesmo que não tenha sido essa a intenção do autor.

corpos, embora não possa ter a pretensão de *sustentar sua veracidade por meio de argumentos filosóficos*. A natureza não deixou isso à sua escolha; sem dúvida, avaliou que se tratava de uma questão demasiadamente importante para ser confiada aos nossos raciocínios e especulações incertos. (HUME, 2009 p. 220; sem itálico no original).

O recurso ao senso comum de Moore busca, assim como Hume, mostrar que é contraditório algum filósofo defender, na prática, o ceticismo radical. Mas diferente de Hume, Moore acredita que o senso comum é capaz de enfrentar a tese cética. Na linha de Diógenes o Cínico, Moore defende uma postura particularista²⁴, que consiste em apresentar um caso concreto da aplicação de um conceito que o cético alega ser impossível de ser satisfeito. Para que seja legítimo, com efeito, este procedimento não pode ser dogmático. O dogmatismo, como sugeriu Kant, deve ser testado pelo fogo do ceticismo. Não há como uma afirmação dogmática sair incólume²⁵ do enfrentamento com o cético. Como afirma Landesman (2006 p. 147) “depois de Kant, qualquer recurso legítimo ao senso comum precisa refletir a superação do dogmatismo”.

2.3.1. O Senso Comum de Moore

Moore afirma peremptoriamente em *Uma Defesa do Senso Comum* de 1925 que é um filósofo para quem ““a visão do Senso Comum” é, em certas características fundamentais, *totalmente verdadeira*” (MOORE 1974, p. 319). Ele começa seu texto listando uma série de proposições que, segundo ele, são truísmos tão óbvios que sequer merecem ser mencionados. Tais truísmos são conhecidos com certeza não apenas pelo próprio Moore, mas também por muitíssimos outros seres humanos. Na lista constam proposições como,

Existe presentemente um corpo humano vivo, que é o *meu* corpo. Esse corpo nasceu há algum tempo no passado, e existiu continuamente desde então, embora não sem sofrer mudanças [...]. Desde que nasceu sempre esteve em contato com a terra ou não muito longe dela. [...] A terra existiu também por muitos anos antes

²⁴ O termo aparece em Chisholm (1967). Esse padrão de argumento foi utilizado por Moore desde os seus trabalhos iniciais (1910-11), compilados em 1953 sob o título de *Some Main Problems of Philosophy*, até seus últimos trabalhos durante a 2ª Guerra.

²⁵ Como disse Burnyeat (1998 p. 123) “é como a inocência perdida”. Uma vez que se a perca não se recupera jamais.

que meu corpo nascesse. [...] Sou um ser humano. (MOORE 1974, p. 309-10)

A *Defesa* se afirma contra dois tipos distintos de adversários filosóficos. O primeiro deles defende que nenhuma das proposições listadas acima é verdadeira. A razão para isso é que tais proposições “*num certo sentido, implicam a realidade das coisas materiais e a realidade do Espaço*” (MOORE 1974 p. 314). Esse ataque vem do flanco cético ontológico. O segundo tipo é o que afirma, com relação à lista acima que “nenhum ser humano jamais *soube*, com certeza, que algumas proposições da classe em questão são verdadeiras” (*Ibidem*), este é o cético epistêmico. Segundo Moore qualquer filósofo que defenda, como parte do seu credo filosófico, uma postura cética o faz de modo inconsistente, autocontraditório²⁶.

A acusação de Moore é muito forte e se espera que ele apresente boas razões para sustentá-la. Ele, infelizmente, não oferece razões adicionais e independentes em sua *Defesa* do senso comum. Quando pressionado a responder à questão de como ele realmente *sabe* que as proposições do senso comum listadas (os truísmos) são verdadeiras ele simplesmente responde que pensa “não ter nada melhor do que dizer que *me parece conhecê-las com certeza*” (*Idem*, p. 138). Moore faz um movimento interessante aqui. Ele reconhece que se oferecer a evidência que sustenta sua proposição de senso comum terá que, quando solicitado, oferecer a evidência que sustenta a evidência que sustenta sua proposição de senso comum. Esse movimento iniciaria um regresso ao infinito e faria com que a defesa de Moore sucumbisse facilmente ao ceticismo (pirrônico nesse caso). Diante desse jogo arriscado, como diz Avrum Stroll (1994), ele simplesmente se recusa a jogar.

Conhecimento de senso comum, segundo Moore, não necessita da ‘apresentação’ das evidências (ou credenciais). Isso não quer dizer que todo conhecimento de senso comum é adquirido sem intermédio de evidências, isto é, diretamente. Como seria possível obter diretamente o conhecimento de que a terra já existia antes do meu nascimento?

²⁶ A crítica de Moore se estende até mesmo contra alguns filósofos que defendem parcialmente o senso comum. Ele se insurge contra aqueles de inspiração humeana, para quem as crenças do senso comum são *provavelmente* verdadeiras, embora não seja possível conhecê-las com certeza e, do mesmo modo, contra aqueles que, como Santayana, defendem que o senso comum é apenas objeto de crença, ou fé e não de conhecimento. Tanto Hume quanto Santayana reconhecem a fragilidade do senso comum contra o ceticismo e apresentam alternativas mais modestas que evitem o enfrentamento. Moore, ao contrário, ao afirmar que as crenças do senso comum são verdadeiras e que ele as conhece com certeza, está a um só tempo desafiando as teorias céticas ontológicas e epistêmicas. Como se vê os propósitos de Moore não são nada modestos.

Se, por exemplo, sei que a terra existiu durante muitos anos antes de eu ter nascido, com certeza somente sei isto por que sabia outras coisas no passado que era evidência para ela. E certamente não sei qual era a evidência. Entretanto tudo isso não me parece ser uma boa razão para duvidar de que a sei. Penso que todos nós estamos nesta estranha posição de que *sabemos* muitas coisas, com relação às quais sabemos, além disso, que devemos ter evidência para elas, e, no entanto, não sabemos *como* as sabemos, isto é, não sabemos qual era a evidência. (MOORE 1974, p. 318).

Apesar de Moore não ter explorado melhor essa linha de argumentação, parece correta a alegação de que o conhecimento de senso comum é do tipo básico, fácil ou *prima facie*. Ou seja, do tipo que não requer o conhecimento da evidência. A *Defesa* de Moore, entretanto, apesar de acusar o cético de cometer contradição performativa, já que alega não existir ou não ser possível conhecer certas coisas que, segundo Moore, o cético *sabe* que existe e que as conhece com certeza, não nos ajuda muito a responder a seguinte questão: como o senso comum pode responder ao ceticismo filosófico? A retórica de Moore em sua *Defesa* parece concentrar todo o seu foco em mostrar que o cético é um ser humano real, encarnado. Sua investida *ad hominem* é inócua já que podemos, sem prejuízo, conceber o ceticismo como um método²⁷ ou como um tipo particular de argumento.

A maior fragilidade da *Defesa*, entretanto, é que ela parece ser uma afirmação dogmática em primeira pessoa. Essa áurea de dogmatismo inviabiliza a tese mooreana. Como argumentou Wittgenstein “Moore não pode combater aqueles que dizem que ele realmente não pode saber isso [ali está uma árvore] garantindo que *ele sabe*” (2012, §520) e conclui, portanto, que “o erro de Moore consiste em responder “eu sei isso” à afirmação de que não se pode saber tal coisa” (*Idem*, § 521). Na seção a seguir analisaremos o argumento de Moore em um texto bem mais interessante, o clássico *Prova de um Mundo Externo* de 1939.

2.3.2. A Prova de Moore: A Refutação do Ceticismo

Kant se escandalizara com o fato de que as coisas externas a nós fossem aceitas com base na fé e que ninguém houvesse dado uma prova satisfatória da

²⁷ John Greco, por exemplo, afirma em *Putting Sceptics in Their Place* que “the analysis of Sceptical arguments is philosophically useful and important and should therefore have a central place in the methodology of philosophy, particularly in the methodology of epistemology” (GRECO, 2000, p. 1).

existência de tais coisas. Contra o escândalo de Kant, Moore, simplesmente, ergueu suas mãos e provou a existência do mundo externo. A *Prova* de Moore é clássica, simples e bastante controversa. A eficácia da prova depende do conceito de coisa externa. Uma coisa externa, segundo Moore, é algo que pode ser encontrada no espaço. Ou seja, é algo público e que pode ser observada por várias pessoas. Mais especificamente,

Dizer que “se deve encontrar no espaço” tal coisa em um tempo dado sugere naturalmente que existem condições tais que *qualquer pessoa* que as satisfaça poderia ter “percebido” a “coisa” em questão – poderia tê-la visto se fosse um objeto visível, tê-la sentido se ela fosse tangível. [...] É natural entender de tal modo a expressão “ser encontrada no espaço”, que dizer de alguma coisa que um homem percebeu que se devia encontrá-la no espaço quer dizer que ela deveria ser percebida por *outros* assim como pelo homem em questão. (MOORE. 1974a, p. 347).

Estão excluídas da categoria de coisas externas, por exemplo, imagens residuais, dores corporais, alucinações e imagens oníricas. O conceito mooreano de externalidade abrange uma infinidade de coisas, tais como cadeiras, casas, árvores e mãos, de tal modo que se se conseguir provar a existência de duas cadeiras, por exemplo, ter-se-á *ipso facto* provado a existência de duas coisas externas. Moore assevera, ainda, que uma coisa externa difere de uma coisa interna na medida em que essa última implica uma experiência (atual ou passada) enquanto que coisas externas são independentes, ou seja, existem mesmo sem serem percebidas. Uma vez que apresentamos o conceito de ‘coisa externa’ utilizado por Moore estamos em condições de avaliar sua prova do mundo externo.

A prova de Moore consistiu em erguer suas mãos e dizer “à medida que faço um certo gesto com a mão direita “aqui está uma mão”, e acrescentando, à medida que faço um certo gesto com a esquerda “e aqui está a outra”” (MOORE, 1974a p. 358). Moore concluiu que se há duas mãos (que são as dele) então há dois objetos externos. Com isso, julgou ter provado rigorosamente a existência de coisas externas. É impossível, segundo ponderou, que se desse prova mais conclusiva do que essa. Stroud (1990, p. 76) revelou um sentimento geral acerca da prova de Moore ao afirmar que “uma vez familiarizado com o problema filosófico do nosso mundo externo, creio eu, sentimos imediatamente que a prova de Moore é inadequada”. Strawson, por sua vez, afirma que “ao confiar resolutamente na sua

experiência Moore não “atingiu a questão cética em absoluto”. Moore é dogmático”. (STRAWSON 2008, p. 14)

Uma das razões pela qual a prova de Moore parece inadequada, como disse Stroud, é que ele assume as premissas como verdadeiras de modo, aparentemente, dogmático. Moore afirma como premissa justamente aquilo que ele deveria provar, isto é, comete petição de princípio. Ele alega saber com certeza que as premissas são verdadeiras no momento em que as enunciou e que seria *absurdo* sugerir que ele não conhecia, mas apenas cria que as premissas eram verdadeiras. Moore afirma saber que as premissas são verdadeiras, mas que não tem como provar. Segundo afirmou, podemos saber coisas para as quais não temos prova. O que contaria como prova de que “aqui está uma mão e aqui está outra”? Ele reconhece que para provar que a premissa é verdadeira “precisaria provar primeiro, como Descartes mostrou, que não estou agora sonhando; tenho evidência conclusiva de que estou acordado: mas isso é uma coisa muito diferente de ser capaz de prová-lo” (MOORE 1974a p. 360).

Como podemos notar, Moore assume como verdadeira uma versão do princípio de fechamento. Desse modo para que saiba que tem mãos ele deve antes, saber que não está sonhando. O argumento possui estrutura similar ao do cético, mas, ao contrário do cético, Moore afirma que possui ‘evidência conclusiva’ de que não está sonhando e que, portanto, sabe que tem mãos. Esse padrão de argumento, incluindo a aceitação do princípio de fechamento, aparece desde os trabalhos iniciais de Moore até os seus últimos textos.

No texto *Certainty* de 1941 Moore afirma que o argumento que faz uso do *fechamento* é uma faca de dois gumes [cuts both ways] e alega que,

Eu posso, portanto, também argumentar: uma vez que eu sei que estou de pé, segue-se que eu sei que não estou dormindo; assim como meu oponente pode argumentar: uma vez que você não sabe que não está dormindo, então você não sabe que está de pé. Um argumento é tão bom quanto o outro, a menos que meu oponente possa dar melhores razões para afirmar que eu não sei que não estou dormindo do que eu posso dar para afirmar que sei que estou de pé. (MOORE, 1962 p. 242)

A aceitação desse tipo de argumento já pode ser vista em um texto de 1910 intitulado *Hume's Theory Examined*. Ao discutir o ceticismo humeano Moore escreve:

Eu sei que este lápis existe; mas eu poderia não saber disso se o princípio de Hume fosse verdadeiro; *portanto*, os princípios de Hume, um ou ambos, são falsos. Eu penso que este argumento realmente é tão forte e bom quanto qualquer outro que possa ser usado. E penso que ele é realmente conclusivo. Em outras palavras, eu penso que o fato de que se o princípio de Hume fosse verdadeiro eu não poderia saber da existência desse lápis é uma *reductio ad absurdum* daqueles princípios. Mas, é claro, este é um argumento que não parecerá convincente para aqueles que acreditam que os princípios são verdadeiros, nem, portanto, para aqueles que acreditam que eu realmente não sei que este lápis existe. Parecerá que sofre de circularidade [it seems like begging the question]. (MOORE, 1953 p. 119-120)

Como se vê, as linhas gerais da *Prova* de 1939 já se fazia presente em 1910. Moore assume que seu argumento pode não convencer e que ficará susceptível à acusação de circularidade, mas mantém-se resolutivo em sua afirmação de senso comum de que *sabe* que “este lápis existe”, “que aqui está uma mão” e “que não está sonhando”. A prova de Moore é, realmente, muito simples, como falei anteriormente. H. P. Grice, por exemplo, afirma que a reação mais comum a esse tipo de prova é a de que “não pode ser tão fácil assim, que Moore contrapõe-se a teses filosóficas com o que equivale a uma negação taxativa e que suas refutações falham, portanto, em transmitir convicção²⁸” (GRICE 1989 p. 156-7 *apud* LANDESMAN 2006 p. 167).

2.3.3. Avaliando a Prova de Moore

A prova de Moore é incompatível com a tese cética. Uma afirma precisamente o que a outra nega. As reações à *Prova* são variadas. Segundo Norman Malcolm a prova de Moore, apesar da sua importância filosófica, sofre de petição de princípio e não parece ter valor para “convencer ao filósofo de que o que ele afirma é falso” (*apud* STROUD 1990 p. 77). Para Malcolm, Moore não refuta o ceticismo. Afirmar

²⁸ Outra explicação de por que o senso comum não consegue convencer o filósofo é a de que “quando céticos e filósofos discutem sobre a realidade do mundo, eles não discutem se o que mexo são duas mãos (ou dois pés, ou duas cadeiras), mas se, pare além do que me parece (como sendo duas mãos), existem realmente duas mãos. Nossas crenças comuns não têm essa pretensão de uma objetividade absoluta, não visam uma realidade para além do que nos parece. Entretanto, o filósofo de senso comum atribui a essas crenças um peso metafísico, por assim dizer, que elas não têm. Esse é o seu erro: julgar que as crenças comuns dos homens são metafísicas. Se atribuirmos a elas esse sentido, então não são mais tão seguras quanto gostaria o filósofo do senso comum. Na verdade, *interpretadas metafisicamente, as crenças comuns são controversas* e, por isso mesmo, não ganharam a adesão de quase ninguém” (SMITH, 2004 p. 28).

que sabe X contra um filósofo que nega justamente a possibilidade de se saber X é algo sem sentido²⁹.

Alice Ambrose também pensa que a prova de Moore é insatisfatória. Um cético filosófico não se convenceria que Moore sabe que a premissa é verdadeira uma vez que ela precisa de uma prova independente. De modo acertado, Ambrose afirma que o que o cético põe em dúvida é a possibilidade mesma de se conhecer tais coisas como as 'premissas de Moore'. Como vimos inicialmente com Descartes, o que o cético põe em dúvida é o princípio a partir do qual Moore afirma seu 'pretenso' conhecimento. Esse tipo de ceticismo, apesar de absurdo, não pode ser refutado com uma afirmação dogmática de uma proposição empírica de senso comum.

Apesar de criticarem o alcance da prova, Malcolm e Ambrose acreditam que Moore faz algo distinto do que pensa estar fazendo. Ambos concordam que o argumento cético é invulnerável à refutação empírica, mas defendem que ao tentar, sem sucesso, refutar o ceticismo o que Moore, de fato, fez foi chamar atenção para o uso ordinário (e legítimo) da linguagem. Ou seja, "Moore nos lembra que existe um uso habitual da frase 'saber com certeza' que se aplica aos enunciados empíricos" (*apud* STROUD 1990 p. 79). Já Ambrose acusa o cético de alterar o significado das palavras. Moore, todavia, repudia completamente a interpretação de que o cético manipula o sentido ordinário das palavras e, certamente, não há qualquer menção a isso em seus textos. Para Wittgenstein, não é possível usar o "eu sei" do modo como Moore usou. Segundo pensa, "sei que aqui está uma mão" e "sei que isso é uma árvore" é um uso ininteligível do "eu sei". A razão vem da concepção de linguagem adotada pelo autor de *Da Certeza*. Para ele "o significado de uma palavra é um tipo de uso" (2012, §61). Não há uso significativo sem um propósito legítimo. Segundo Wittgenstein o uso do "eu sei" em nossos jogos de linguagem tem como finalidade remover dúvidas ou oferecer segurança a alguém que possua uma dúvida acerca da verdade da proposição. Em *Da Certeza* Wittgenstein exemplifica da seguinte maneira, "eu sei que aqui jaz um doente? Absurdo! Estou sentado ao lado da sua cama, olho atentamente para o seu rosto. – Então, eu não sei que aqui jaz um doente? Nem a pergunta nem a declaração fazem sentido" (2012 § 10). Discordamos de Wittgenstein nesse ponto. Não nos parece

²⁹ Normam Malcolm e Alice Ambrose antecipam as linhas gerais da crítica de Wittgenstein em *Da Certeza*.

que o “eu sei” tenha um uso tão restrito. Imaginemos alguém que goste de fazer o registro das suas novas descobertas. Ele não precisa dirimir qualquer dúvida, ao contrário pode, como afirmou Landesman (2006), apenas desejar aumentar o seu estoque de conhecimento. Cremos que a ausência de dúvida não torna uma afirmação de conhecimento ininteligível ou falsa. Para o nosso uso legítimo do “eu sei” a verdade da proposição tem que ser acomodada de algum modo. Não se pode descartar uma proposição verdadeira por ser inapropriada, injustificada, pouco razoável ou inconveniente. Uma proposição acima de qualquer dúvida razoável pode ser falsa, no fim das contas. Não é difícil conseguir um exemplo desses na história da astronomia. Um erro recorrente dos críticos de Moore (incluindo Wittgenstein) é o de atrelar significado e asserção apropriada com a verdade. A falsidade literal de uma proposição não a torna sem sentido, como mostraremos adiante com Peter Unger.

É realmente um exercício hercúleo tentar salvar a *Defesa* e a *Prova* de Moore dos ataques a que estão expostos, mas Stroud buscou salvá-las parcialmente, acomodando-as em uma nova categoria filosófica. Segundo Barry Stroud a concepção mooreana deve ser definida como ‘interna’, uma vez que é relativa a certos conhecimentos (ou supostos conhecimentos) internos a uma determinada área. O cético, por sua vez, coloca em dúvida “de um só golpe” a ‘totalidade’ do conhecimento do mundo externo. De acordo com as novas categorias criadas por Stroud as questões céticas demandam uma resposta geral, ou seja, ‘externa’. Ele defende que o traço distintivo da estratégia argumentativa de Moore é que ele nunca usa suas palavras em qualquer sentido “externo” ou “filosófico”. Sempre o faz a partir do senso comum³⁰.

Como dissemos no início desta seção a prova de Moore é clássica, simples e muito controversa. Há os que tenham visto nela, como Thomas Baldwin, “um fracasso total” e há os que, como Ernest Sosa, vê “abaixo da superfície da prova de Moore [problemas] tão sutis e difíceis que ainda estamos nos ocupando deles nas mais recentes edições de periódicos e coleções epistemológicas” (SOSA 2013, p. 29). Há ainda os que, como Burnyeat, reconhecem que Moore levou o ceticismo a

³⁰ A divisão interna e externa é fruto de uma abordagem concessiva e não vemos onde Stroud possa ancorar essa dicotomia nos textos de Moore, mas sem dúvidas é uma interpretação importante que servirá de base, inclusive, para as teorias contextualistas. O próprio Stroud, talvez à revelia, será considerado um contextualista (ver DeRose 1999).

sério e sem qualquer artifício, mas a despeito disso produziu algo “escandalosamente tosco” e acusou Moore de ser “tosco onde Sexto [Empírico] foi somente inocente”. Apesar da dissidência acerca do valor da contribuição de Moore para o enfrentamento com o cético notamos que a epistemologia contemporânea é muito mais mooreana do que gostaria de admitir. No final das contas cremos que Stroud (1990, p. 104) tem razão ao afirmar que “Moore é um fenômeno filosófico extremamente desconcertante”.

As estratégias do senso comum e da linguagem ordinária não conseguiram o êxito esperado no enfrentamento com o cético, mas há alguns pontos positivos. Com a teoria do senso comum refletimos sobre o quão artificiais e absurdas são as hipóteses céticas. Nesse ponto Hume estava correto. As hipóteses céticas não geram convicção e não afetam nossas práticas ordinárias. É difícil perceber o mecanismo através do qual a menção de possibilidades esdrúxulas, tais como cérebros em cubas, gênios malignos e sonhos perpétuos podem nos roubar o conhecimento de que “aqui está uma mão” e ali “está uma árvore”. Austin, como vimos, defende que há um mau uso da linguagem pelo cético que manobra os termos e os retira dos seus contextos a fim de que concluamos erradamente, segundo o filósofo da linguagem ordinária, que não podemos satisfazê-los. Seria possível, então, que um argumento cético acomodasse essas críticas e mostrasse que um ceticismo radical pode surgir da nossa linguagem comum? Como seria tal argumento cético sem hipóteses controversas ou linguagem espúria? É com isso que nos ocuparemos na última seção deste primeiro capítulo.

2.4. O Ceticismo Linguístico de Peter Unger

Peter Unger é uma voz dissonante na epistemologia contemporânea. Talvez tenha sido o único filósofo a defender explicitamente o ceticismo radical. Seu livro *Ignorance: A case for scepticism* de 1975 tem sido, desde o seu lançamento, o fomentador de grandes discussões epistemológicas que culminou no surgimento de novas teorias. Algumas delas serão objeto dos capítulos vindouros, a saber, A Teoria das Alternativas Relevantes de Fred Dretske, o Contextualismo de David Lewis e o Contrastivismo de Jonathan Schaffer.

A tese apresentada por Unger é, no mínimo, controversa já que defende um ceticismo tão radical que afirma não apenas que ninguém sabe qualquer coisa como

também que ninguém está, sequer, justificado ou é racional (nem ele próprio). Segundo pensa os argumentos mais convincentes e profundos da epistemologia são os céticos e defende que as tentativas de refutação sempre erraram o ponto principal do raciocínio cético. Nas seções anteriores vimos que Austin acusa o cético de usar a linguagem de modo falacioso e buscou mostrar que as hipóteses céticas eram irrelevantes. Moore, por sua vez, diz que o cético, ao opor-se ao senso comum, faz algo absurdo. Todavia, para defender sua teoria contra os argumentos do seu algoz cético, Moore não conseguiu fazer algo mais do que reafirmar seu ponto de vista dogmaticamente. Nenhum dos dois, como vimos, consegue êxito em refutar o ceticismo. Unger defende que o ceticismo é uma teoria irrefutável e que talvez a razão do por que é impossível refutá-la seja o fato de ela estar correta. Os argumentos céticos têm uma finalidade teórica importante, eles sempre trazem novas demandas para o nosso pensamento. Contudo, Unger reconhece que os argumentos céticos clássicos gozam de pouco apelo intuitivo e requer do interlocutor uma interpretação caridosa e concessiva.

Na primeira seção deste capítulo ao apresentarmos o argumento cético clássico ficou explícito que necessitavam de uma vívida descrição de casos de contraste exóticos. Se alguém sabe, por exemplo, que “aqui está uma mão”, então ele pode saber, a partir do *fechamento*, a seguinte coisa completamente exótica: não sou um cérebro numa cuba manipulado por um cientista perverso que me induz a crer falsamente que “aqui está uma mão”. Esse raciocínio é endossado por Moore, como vimos na seção anterior.

O argumento cético clássico nega que possamos saber qualquer coisa tal como “aqui está uma mão”. Relembremos como isso é feito.

P (1): Se você *sabe* que ‘aqui está uma mão’, então você *pode saber* que não é um cérebro numa cuba.

P (2): Ninguém *pode* jamais *saber* que não é um cérebro numa cuba.

Conclusão: Você nunca sabe que ‘aqui está uma mão’.

Aplicando esse tipo de argumento para qualquer proposição mundana o cético conclui que ninguém sabe qualquer coisa sobre o mundo externo. O argumento é sólido, mas suas hipóteses extravagantes concorreram para que fosse ignorado abruptamente (afinal são absurdos e irrelevantes). Melhor seria se a força

do argumento cético não fosse derivada de hipóteses tão extravagantes. Unger nos mostrará como isso é possível.

Poucos filósofos levaram a sério as hipóteses céticas, o que é um erro para Unger, pois crê que o ceticismo está a serviço da verdade e deve ser levado a sério permanentemente. Os argumentos tradicionais perderam sua força de convencimento e talvez a grande responsável, como pensa Stroud, fora “a filosofia ‘linguística’ de 1950” que considerava o ceticismo como “uma confusão de falsas analogias, erros definidos, e ainda falácias identificáveis que enfeitiçaram a inteligência dos primeiros filósofos através da atenção insuficiente para as complexidades da linguagem” (STROUD 2000, p. 38). O ceticismo de Unger é inovador, pois usa em seu favor justamente o pilar da trincheira anticética, a linguagem ordinária. A estrutura da linguagem comum³¹, conforme Unger, nos conduz ao ceticismo, já que está repleta de termos que possuem características especiais. Trata-se dos termos absolutos, que demandam condições de verdade, das proposições em que ocorrem, impossivelmente exigentes. Quando os utilizamos, apesar de fazermos-lo com sentido, dizemos coisas falsas. Trataremos abaixo um pouco mais sobre o que são esses termos e por que, em última análise, ele implicará em ceticismo.

2.4.1. Termos Absolutos e Linguagem Ordinária

Os termos absolutos são termos que semanticamente determinam limites absolutos. Se algum X é um termo absoluto, então nada pode ser mais X do que o X em questão. Os termos “plano” e “vazio”, por exemplo, fazem parte desta categoria. Se uma superfície N é plana, então nada pode ser mais plano do que N. Ao usarmos esses termos dificilmente, ou nunca, satisfazemos suas condições de verdade. O resultado é que sempre que os usamos o fazemos falsamente, embora com alguma utilidade para fins práticos. Unger argumentará que a linguagem comum pode nos servir perfeitamente bem para fins práticos mesmo que suas proposições sejam falsas. Para fins práticos é útil dizer que as latas de amendoins no supermercado foram seladas à vácuo, embora isso seja falso. Para fins práticos não é necessário comparar o vácuo em uma lata com o vácuo absoluto. O significado de “vácuo”

³¹ Unger refere-se especificamente ao inglês, mas podemos estender o argumento para o português sem maiores problemas.

permanece o mesmo, mas há mudanças contextuais juntamente com os nossos propósitos. O aspecto pragmático da linguagem, então, não teria qualquer relação com a verdade. O contexto determina o que é ou não dito apropriadamente, não as condições de verdade. Esta tese de Unger, contudo, será confrontada com as teorias contextualista e contrastivista, como mostraremos mais adiante.

Quando se diz de algo que está vazio, então nada há dentro deste algo. Absolutamente nada. Quando se diz que uma superfície é quase plana, ou muito próximo de ser plana, não está sendo dito o quanto ela é plana, antes se diz o quanto ela se aproxima de ser plana. Se algo é *quase* plano então pode se deduzir que não é *de fato* plano. Se uma superfície é mais plana do que outra temos dois quadros possíveis: (i) a primeira superfície não era plana, mas a segunda sim ou (ii) nem a primeira nem a segunda superfícies são planas. Para que uma superfície seja plana ela deve estar totalmente livre de imperfeições, curvaturas e buracos. Qualquer imperfeição, por menor que seja, retira a condição de verdade da sentença em que ocorre o termo “plano”. A réplica dos defensores da linguagem comum pode ser a seguinte: para compreender aqueles termos você deve tê-los aprendido e aprendido o seu significado. Para aprendê-los se deve ter familiaridade, experiência ou de algum modo estar conectado com casos paradigmáticos, ou seja, algumas coisas e situações no mundo a que os termos realmente se aplicam. Unger julga desnecessário apelar para casos paradigmáticos. Eles sequer necessitam existir, por isso mesmo não governam o uso de qualquer termo. Basta que algumas coisas pareçam planas, por exemplo, (apesar de não serem de fato) para que se aprenda a *usar* o termo.

Quando se olha para um bloco de pedra polida, de superfície plana, através de um microscópio se revelam muitas irregularidades. Como uma questão de necessidade lógica se uma superfície é plana então nunca haverá qualquer superfície que seja mais plana, dado que o termo plano denota um limite absoluto, como já dissemos. Se é possível que haja outra superfície mais plana, então a superfície inicial não era *realmente* plana. Quando as pessoas dizem “isto é plano; o outro é mais plano” o que se está dizendo é algo inconsistente. Algo que deve ser sempre falso. Se isso é dito em primeira pessoa então temos uma contradição. Para Unger o termo “saber/conhecer” também é um termo absoluto e está sujeito à mesma condição de uso. Essa tese embasará o novo argumento cético, como

veremos, pois exigirá condições impossíveis de serem satisfeitas no mundo real por agentes cognitivamente limitados.

2.4.2. Conhecimento Absoluto e Ceticismo

Para Unger “conhecimento” é um termo absoluto. Isto quer dizer que sua aplicação demanda condições muito exigentes. Tomando conhecimento como um tipo de crença justificada não acidentalmente verdadeira não é tão fácil inferir o que torna o “conhecimento” um termo absoluto. Para Unger a justificação é o elemento absoluto do conhecimento. Para este filósofo, estar justificado é ter certeza. Conhecer para Unger acarreta um estado extremamente forte de justificação, isto é, implica certeza absoluta. Certeza absoluta é a ausência total de dúvidas. Unger sugere que há uma conexão analítica entre conhecer e ter certeza.

Estar absolutamente certo de alguma coisa, entretanto, devido à característica da certeza pessoal, é ser dogmático³² em relação a essa coisa. Uma vez que se tem certeza absoluta de que p não há qualquer evidência em contrário que possa fazer com que se mude de ideia. Unger acredita que temos uma inconsistência quando se diz que “S está absolutamente *certo* de que há automóveis, mas *sua atitude* é tal que ele *pode* mudar seu pensamento em virtude de certas evidências.” (Unger 1975 p, 110).

Unger considera a atitude de quem tem certeza como segue: “Se S está certo de que p, então segue-se que S não está de modo algum aberto a considerar qualquer nova experiência ou informação como relevante para o seu posicionamento ou pensamento na questão de que p” (1975, p. 116). O problema da atitude de certeza é que ela enseja uma atitude dogmática e “este dogmatismo é intrínseco a toda alegação de certeza e conhecimento” (STROUD 2000, p 47). Dogmáticos são aqueles que sempre desmerecem qualquer evidência contrária como enganadora ou irrelevante. Quanto mais dogmática uma pessoa é menos evidência ela considera como relevante. A atitude de certeza é sempre dogmática. Se estar certo, no sentido forte do termo, é ter uma atitude dogmática de certeza, então Unger conclui que “estar certo é sempre errado” (1975 p. 135). A análise realizada por este filósofo

³² Lembremos que o que caracteriza o dogmático para Unger aqui é a recusa em aceitar qualquer evidência em contrário. A atitude do dogmático é a de quem já atingiu o limiar absoluto do conhecimento. Isso não implica na ausência total de evidências pelo sujeito, mas que de posse de evidências parciais ele se pretende absolutamente justificado.

mostra que conhecimento é uma posição, condição ou estado de justificação absoluta. E uma vez que conhecer é um termo absoluto ele é um conceito inaplicável. Por esta razão todas as vezes que dizemos 's sabe que p' dizemos algo falso. Unger enfatiza que utilizou em todo o seu texto os termos "saber" e "certeza" em seus sentidos ordinários. Não houve qualquer manobra semântica. Se sua tese estiver correta e a própria estrutura da nossa linguagem ensejar, através da semântica dos termos absolutos, um ceticismo tão radical, então devemos concordar que tal ceticismo implica uma ignorância que é tanto necessária e inevitável quanto universal e completa.

O ceticismo de Unger, como vimos, consegue se esquivar parcialmente das acusações de que as hipóteses céticas são absurdas ou que infringem a linguagem comum. Contudo, apesar de defender que o ceticismo é uma teoria correta isso não acarreta, necessariamente, qualquer consequência prática, pois a vitória do ceticismo, reconhece Unger, "é tão sem importância quanto isolada" (Unger 1975 p.151). O ceticismo pode não ter qualquer consequência prática, mas sua importância teórica deve estar sempre presente para aqueles de nós para quem a verdade importa.

2.4.3. Avaliando a Teoria

Uma das vantagens da abordagem cética de Peter Unger é que seu ceticismo não é derivado de qualquer hipótese extravagante, mas da natureza semântica dos nossos termos epistêmicos em seu uso comum. Sua teoria defende, como resumiu Stroud (2000 p. 49) que "nossa prática linguística é perfeitamente compatível com a falsidade literal de toda asserção de conhecimento ou certeza em qualquer circunstância". Conhecimento implica certeza. Certeza implica eliminação de toda dúvida, por mais irrelevante que seja. Por esta razão nunca conseguimos satisfazer as condições de verdade requeridas para o conhecimento³³.

Se nos focarmos apenas na exigência de certeza para o conhecimento e da eliminação de todas as alternativas concorrentes observaremos que o ceticismo de

³³ Contudo, o termo "conhecimento" e todos os demais termos absolutos possuem grande utilidade prática. Quando dizemos que 'S sabe que p' enquanto 'S* não sabe que p', estamos, em realidade, avaliando práticas epistêmicas dentro de um espectro que vai desde a ignorância total, o caso de S*, até patamares próximos ao conhecimento. A falsidade literal do termo conhecimento, contudo, não representa qualquer impedimento para o uso significativo e útil dos mesmos.

Unger é semelhante ao de Descartes. A diferença entre ambos é a motivação. O que motiva o ceticismo de Unger não é a dúvida acerca da confiabilidade das nossas faculdades cognitivas em distinguir o mundo real de hipóteses céticas logicamente possíveis, mas a própria estrutura semântica da nossa linguagem ordinária que é repleta de termos absolutos. O que torna a teoria dos termos absolutos inovadora e poderosa, na realidade, é que o ceticismo que dela emana está vinculado a uma determinada concepção de significado e uso da linguagem e isso diferencia Unger de Descartes. O ceticismo de Unger é parasitário de certa concepção semântica. Concordamos com Stroud quando ele diz que,

Se o significado do que é dito em uma ocasião particular pode ser explicado completamente em termo de condições sob as quais seria verdade, e independentemente da posição epistêmica daqueles que poderiam dizer isso ou compreendê-lo, então parecerá possível sempre para todas as nossas alegações de conhecimento serem falsas, mesmo que algumas delas sejam feitas na melhor posição em que seres humanos pudessem se encontrar. [...] O mérito distintivo do trabalho dele é chamar atenção para uma forte, mas geralmente desconsiderada, pressão para o ceticismo inerente nesta concepção de significado. E deve-se admitir que é uma concepção muito poderosa. (STROUD, 2000 p. 49-50)

Os críticos de Unger buscam atacar sua teoria em dois flancos. No primeiro deles está a tese, já presente em Austin, de que o modo como utilizamos/atribuímos o termo “conhecimento” requer tão somente que nossa evidência exclua/elimine alternativas que se afigurem como relevantes para o caso. Em outro flanco temos uma crítica à concepção semântica invariantista de Unger e tudo o que ela implica. Para essa segunda frente os termos epistêmicos sofrem variação contextual e o significado desses termos respondem a um tipo particular de dialética entre as intenções e propósitos do agente e certa estrutura, padrão, contraste ou regras contextualmente estabelecidas. Desse modo, buscam responder ao ceticismo invariantista apelando para a dimensão pragmática do conhecimento. É o que veremos no capítulo a seguir com a Teoria das Alternativas Relevantes do filósofo Fred Dretske³⁴.

³⁴ Principalmente no texto de 1981.

3. CAPÍTULO II - FRED DRETSKE: ALTERNATIVAS RELEVANTES e CETICISMO

O objetivo do nosso segundo capítulo é enfrentar o argumento cético, como discutido no capítulo anterior, a partir da Teoria das Alternativas Relevantes (TAR) de Fred Dretske. Dretske é, de modo geral, considerado o primeiro filósofo a utilizar-se explicitamente desta estratégia argumentativa (a TAR) em defesa do nosso conhecimento ordinário³⁵. Outra característica fundamental da teoria dretskeana é que seu anticeticismo estará focado na negação do princípio do fechamento, ou princípio do fecho epistêmico, já mencionado no capítulo anterior. Dretske acredita que hipóteses céticas tais como a do gênio maligno e a dos cérebros em cubas não podem ser refutadas, como Moore tentou. A Teoria de Dretske é modesta neste sentido. Contudo, a originalidade deste filósofo reside na defesa de que a impossibilidade de saber que as hipóteses céticas são falsas não afeta nosso conhecimento ordinário por duas razões: (1) as hipóteses céticas são irrelevantes para nossas alegações ordinárias de conhecimento e (2) O princípio do fechamento que o cético utiliza para concluir por nossa ignorância é inválido. Para realizarmos nosso objetivo analisaremos, principalmente, dois artigos de Dretske, a saber, *Operadores Epistêmicos* de 1970 e *A Dimensão Pragmática do Conhecimento* de 1981.

Em 1970 Dretske escreveu o influente artigo *Operadores Epistêmicos* no qual alegou que para que S saiba que p a evidência disponível para S deve excluir apenas alternativas relevantes para p. A evidência que S dispõe, como um sujeito limitado e falível, não consegue eliminar todas as consequências lógicas de p. Como dissemos na primeira seção do capítulo anterior, isso equivaleria à constatação de que o conhecimento empírico estaria restrito a seres omniscientes. A exigência cética de que o sujeito epistêmico exclua, isto é, possua evidência, ou saiba todas as alternativas indiscriminadamente é estribada no princípio do fechamento. O princípio é muito intuitivo e, como discutiremos na seção a seguir, favorece o cético. Lembremos as palavras do Barry Stroud “não podemos aceitar os termos do desafio [cético] e ter a esperança de vencê-lo” (STROUD 1990, p. 29). Um dos termos a que

³⁵ Vimos, contudo, que a ideia já está em John L. Austin. Há ainda os que, como Sosa (2004), tenham visto essa estratégia já em Charles S. Pierce.

se refere Stroud é, precisamente, a aceitação do princípio de fechamento. Stroud insiste que o ceticismo estaria ‘desarmado’ sem essa condição.

A estratégia de Dretske para desarmar o argumento cético difere de Moore e se alinha com a postura de Austin. Reconhecendo que nossa evidência é incapaz de nos possibilitar o conhecimento das hipóteses céticas (ou de responder às dúvidas céticas), Dretske inovará ao recusar a validade do princípio de fechamento. A negação do fecho é a pedra angular do argumento que defenderá, como uma das suas teses centrais, que a evidência E que S dispõe para p não precisa excluir todas as possibilidades lógicas para p. Dretske insistirá que há um determinado grupo de alternativas que contam como relevantes e apenas estas devem ser eliminadas, alternativas irrelevantes mesmo que não sejam eliminadas pela evidência de S não alteram o seu status de conhecedor de que p.

Dretske sugeriu, de maneira ainda introdutória em 1970, que a eliminação de alternativas relevantes é um elemento constitutivo da relação de conhecimento, isto é, da relação entre o sujeito epistêmico S e a proposição p. A relação é expressa pela notação K, de modo que podemos transcrevê-la como ‘Ksp’ (S sabe que p). O caráter introdutório deste artigo e a falta de critérios de demarcação claros entre as alternativas relevantes e as irrelevantes rendeu a Dretske várias críticas³⁶. Ao longo de uma década Dretske aperfeiçoou sua teoria das alternativas relevantes e em 1981, publicou o clássico *A Dimensão Pragmática do Conhecimento*. Com esse texto seu projeto epistemológico chega ao grau de maturidade e sofisticação requeridas em uma teoria filosófica. Neste referido artigo nosso filósofo enfrenta o ceticismo de Unger aceitando a tese, a princípio controversa, de que o conhecimento é um termo absoluto. O modo como Dretske acomoda o caráter absoluto com a dimensão pragmática do conhecimento abrirá uma nova perspectiva no enfrentamento com o cético, do qual veremos um desdobramento no próximo capítulo com David Lewis. No decorrer deste capítulo percorreremos outros ensaios de Dretske, mas focaremos nossa atenção nos dois textos seminais citados acima em função do relevo filosófico de ambos.

Três questões merecerão nossa atenção de modo mais detido neste capítulo:

(i) qual é o critério para que uma alternativa se torne relevante? (ii) Como resolver o

³⁶ Algumas delas podem ser conferidas em: YOURGRAU, Palle. *Knowledge and Relevant Alternatives*, In: *Synthese* 55: p. 175 – 190. 1983. VOGEL, J. *The New Relevant Alternatives Theory*. *Philosophical Perspectives* 13: p. 155–180. 1999. SMITH, Joshua A. *Relevant possibilities, in Philos Stud* 138: p. 55–71. 2008.

argumento cético sem que as hipóteses céticas sejam classificadas como irrelevantes de modo arbitrário, *ad hoc*? e (iii) Por que o princípio de fechamento é inválido?

A TAR procura, dito de um modo geral, trilhar e legar um caminho seguro, capaz de garantir nossas alegações ordinárias de conhecimento colocadas em xeque pelos argumentos céticos. O relevantista não quer demonstrar que as hipóteses céticas são falsas, ou seja, não quer refutar o ceticismo (o que seria uma tarefa malograda), mas desarmar o argumento a fim de expor os equívocos em que incorre ao concluir pela impossibilidade do conhecimento de proposições empíricas. Um exemplo desta atitude modesta em relação ao ceticismo também pode ser visto em Robert Nozick no capítulo terceiro, segunda parte, do seu clássico *Philosophical Explanations* de 1981³⁷. Nozick reconhece a força dos argumentos céticos ao dizer que seu objetivo naquele livro “não é, todavia, refutar o ceticismo, provar que ele está errado ou mesmo argumentar que ele está errado” (NOZICK 1981, p. 197). A teoria de Nozick argumentará que uma das condições para o conhecimento é que a crença de S possa rastrear a verdade de p em mundos possíveis próximos de p. A relevância ou irrelevância das alternativas à p se dará pela distância ou proximidade dos mundos possíveis no espaço lógico. As hipóteses céticas, de modo geral, estão em mundos possíveis muito distantes do mundo atual, de tal modo que a crença de S não consegue rastrear³⁸ a verdade naqueles mundos. Isso, todavia, não anula a capacidade de rastreamento nos mundos mais próximos. Por esta razão Nozick se vê compelido, assim como Dretske, a recusar o PF como um princípio epistêmico geral.

Para tornar um pouco mais intuitivo o que dissemos, tomemos uma proposição qualquer p como objeto de conhecimento. Seja p “há um computador diante de mim”. Dentre as inúmeras alternativas contrárias à verdade de p estão as hipóteses céticas: (HC1) “estou tendo a ilusão de estar diante de um computador quando na realidade estou sonhando”, (HC2) “há um poderoso e ardiloso gênio maligno que faz com que eu tenha a ilusão de estar diante de um computador quando não há computador algum”. Essas hipóteses céticas (HC1) e (HC2) são

³⁷ Apesar de alguma controvérsia na literatura Nozick pode ser considerado um epistemólogo das Alternativas Relevantes. O que não é controverso, outrossim, é sua adesão à tese Dretskeana a respeito da negação do *closure*.

³⁸ A ideia de crença que rastreia (*tracking*) a verdade é exposta a partir de dois condicionais subjuntivos: (i) se p fosse verdadeiro S creeria que p e (ii) se p fosse falso S não creeria que p.

logicamente contraditórias com a verdade de p , já que, se uma das hipóteses fosse verdadeira, p seria falsa. Ambas as alternativas desenhadas pelo cético tornam p evidencialmente indistinguível para S de (HC1) e (HC2). Isto quer dizer que se S estivesse nos cenários descritos em (HC1) e (HC2) ele teria a mesma crença de que p e alegaria saber que p é o caso. Estas hipóteses céticas contrastam com a verdade de p de modo que se S não for capaz de excluí-las parece que S não sabe que p . Essa exigência que faz parte da maioria dos argumentos céticos (exceto, o tipo de ceticismo pirrônico, como apontamos no início do capítulo anterior) acarreta o requerimento de infalibilidade dos procedimentos de formação de crença. Tal exigência parece de alguma maneira se chocar com o modo pelo qual nós usualmente utilizamos/atribuímos o conceito de conhecimento. Ao elevar o padrão de uso do conceito de conhecimento ao extremo, como fizeram Descartes e Unger, o cético priva grande parte [senão todos] dos usuários deste conceito do seu uso legítimo/correto.

A estratégia seguida pelos argumentos céticos para afirmar que não sabemos proposições ordinárias como “há um computador diante de mim” parece bastante convincente. O apelo intuitivo do PF é tão significativo que levou Nozick a afirmar que lutar contra este princípio “equivale, na melhor das hipóteses, ao ataque de uma vespa contra um rolo compressor” (NOZICK. 1981, p. 206). Segundo o PF, se S sabe que p “há um computador diante de mim” e S sabe que p implica q “há um objeto físico diante de mim”, então S sabe que q . Este princípio parece correto e, de fato, é sedutor pensar que a transferência do justificador de p para q via dedução é um meio seguro de expandir nosso conhecimento a partir de conhecimentos anteriores³⁹, já que a dedução preserva a verdade na inferência. A grande resistência de Dretske ao PF se dá pelo fato de que este princípio nos compromete com o conhecimento das hipóteses céticas que são implicadas por p . Dito de outro modo, o PF nos compromete com o conhecimento de que $\sim HC_{\{gênio\text{ maligno, cérebro numa cuba...}\}}$ o que, evidencialmente, é impossível de sabermos. Assumir essa implicação do PF é se comprometer, como Moore o fez, com a posse de conhecimento imodesto sem qualquer evidência. Nesse quesito, o diagnóstico de Dretske é correto

³⁹ Não quero defender com esta afirmação que uma defesa do PF para conhecimento se dá unicamente pela transferência do justificador de P para Q quando $P \rightarrow Q$. Klein, por exemplo, defende o PF do conhecimento e rejeita o PF para justificação. Segundo ele, o que justifica S crer que P é diferente daquilo que justifica S crer que a hipótese cética é falsa. O que justifica S crer na falsidade da hipótese cética é a própria P .

e preciso. Todavia, se o PF é de fato intuitivo não há por que o preterirmos, já que parece haver no fechamento algo que nossa intuição aprova. Abaixo testaremos brevemente o poder intuitivo do PF e veremos se há o que temer.

3.1. O que é o Fechamento e por que temê-lo?

O princípio do fechamento, ou princípio do fecho epistêmico (PF), é um princípio de lógica epistêmica que assenta que certas propriedades possuídas por um sujeito epistêmico, tais como crença, justificação e conhecimento, são fechadas sob implicação lógica, isto é, são fechadas tanto através de argumentos que utilizam o *modus ponens*⁴⁰ quanto por argumentos que utilizam o *modus tollens*. Interessaremos aqui apenas pelo PF para conhecimento⁴¹. Para facilitar a descrição do princípio, acrescentaremos preliminarmente alguma notação. Representaremos por 'S' um sujeito epistêmico qualquer, por 'p' uma proposição ordinária objeto do conhecimento de 'S' e por 'q' uma proposição implicada por 'p'. Tendo isso em conta, podemos fazer uma apresentação informal do princípio do fechamento para conhecimento como segue: Se S sabe que p, e S também sabe que p acarreta logicamente q, então S deve também saber que q.

Para testarmos o poder intuitivo deste princípio o colocaremos em um argumento em prol do conhecimento que faz uso do *modus ponens*.

Argumento (π):

P1 – Sei que Luís é português (p)
 P2 – Sei, igualmente, que o fato de Luís ser português (p), acarreta logicamente que Luís não é canadense (q)
 C – Portanto, Sei que Luís não é canadense (q).

O argumento (π) é válido já que as premissas P1 e P2 são verdadeiras e a conclusão se segue das premissas. Parece bastante intuitivo que a expansão do conhecimento possa ser realizada através de um raciocínio dedutivo que possui,

⁴⁰ O leitor pode ser induzido a pensar que o fechamento é sinônimo de *modus ponens*, mas isso é um erro. O próprio Dretske faz essa importante ressalva. Segundo ele “é importante distinguir o fechamento do *modus ponens*, um princípio da lógica que é superficialmente semelhante. O fechamento é [um princípio] mais forte” (DRETSKE 2014a p. 28).

⁴¹ Para uma defesa do PF para justificação C.f. FELDMAN, R. In *Defense of Closure. The Philosophical Quarterly*. 1995, pp. 487-494.

como premissas, proposições que já conhecemos. Do conhecimento de que (p), por exemplo, poderíamos saber muitas outras coisas que são implicadas por (p), dentre as quais:

- (q1) Não é o caso que Luís é brasileiro
- (q2) Luís é europeu
- (q3) Não é o caso que Luís é um brasileiro ludibriado por um gênio maligno a crer que (p)
- (q4) Não é o caso que Luís é um ‘BIV’ alienígena induzido a crer que (p) por um cientista maluco

É fácil ver que (p) implica (q1, q2, q3, q4). Acrescentando os símbolos lógicos (\rightarrow) para a implicação e (\sim) para negação, podemos reescrever formalmente as proposições acima do seguinte modo ($p \rightarrow \sim q1$), ou seja, se é o caso que Luís é português, então não é o caso que Luís é brasileiro. Do mesmo modo ($p \rightarrow q2$), se é o caso que Luís é português, então também é o caso que Luís é europeu. Isto posto, precisamos acrescentar mais dois símbolos para então representarmos formalmente o princípio do fechamento. ‘K’ representará o operador epistêmico “sabe que”, ou a relação de conhecimento entre o sujeito ‘S’ e a proposição alvo (p) e entre ‘S’ e a proposição implicada (q), e (\wedge) é o símbolo lógico para a conjunção. Deste modo podemos transcrever formalmente o fecho epistêmico como segue:

$$(K_s p \wedge K_s (p \rightarrow q)) \rightarrow K_s q^{42}$$

O problema com a aceitação do fechamento se dá, efetivamente, quando as proposições implicadas por (p), são proposições tais como (q3 e q4). A falsidade de (q3 e q4), como vimos no argumento (π), é uma consequência lógica de (p), por esta razão, segundo o PF, deveríamos estar em condições de saber que $\sim q3$ e $\sim q4$.

A literatura epistemológica se divide, justamente, nesse ponto. A disputa pela aceitação/rejeição deste princípio tem gerado um acalorado debate nas últimas décadas. A questão central da disputa tem sido a dificuldade dos teóricos em afirmar que estamos em condições de saber a falsidade das hipóteses céticas (HC), tais como q3 e q4. Se alegarmos saber $\sim q3$ e $\sim q4$, deveríamos, em tese, estar em

⁴² Esta apresentação é apenas uma dentre muitas variações possíveis. Existem inúmeras versões, algumas são mais simples e outras bem mais complexas. Para acompanhar uma discussão ampla sobre o PF, ver: Hawthorne (2014); e DE ALMEIDA, Cláudio. *Closure, defeasibility and conclusive reasons*. *Acta Analytica*, v. 22, n. 4, p. 301-319, dez. 2007.

condições de dizer *como* é possível saber algo deste tipo⁴³. A hipótese cética é construída de tal modo que se ela fosse o caso, S ainda continuaria a crer falsamente que (p). A impossibilidade de se provar \sim HC, como Stroud e Unger defenderam, fortalece o argumento cético de que, por tudo que sabemos, *é possível* que S não saiba que \sim HC.

Se concedermos que S não sabe que \sim HC e aceitarmos que o fecho epistêmico é válido, então teremos que concluir, com Dretske (2014 p. 31), que “se conhecimento é fechado sob implicação conhecida [...], então o ceticismo é verdadeiro”. Para ver como o argumento cético que utiliza o PF conclui pela nossa ignorância de proposições ordinárias observemos:

1.	KsP	Hipótese	
2.	$Ks(P \rightarrow \sim HC)$	Hipótese	
3.	$(KsP \wedge Ks(P \rightarrow \sim HC)) \rightarrow Ks\sim HC$	PF	
4.	$\sim Ks\sim HC$	Premissa Cética	
5.	$\sim(KsP \wedge Ks(P \rightarrow \sim HC))$	3 e 4 <i>Modus Tollens</i>	
6.	$\sim KsP \vee \sim Ks(P \rightarrow \sim HC)$	5 De Morgan	
7.	$\sim KsP$	2 a 6 Silogismo disjuntivo	(MEDEIROS 2014, p. 115-6)

Basta que concedamos ao cético que não sabemos \sim HC para que ele conclua, através do argumento acima, que não sabemos qualquer proposição ordinária. Esse é o problema que aturdiu o filósofo que nos ocupará neste capítulo. Fred Dretske argumentou durante toda a sua carreira filosófica⁴⁴ que o princípio do fecho epistêmico, que conduz ao ceticismo, *tem* que ser inválido. Este filósofo concede que as premissas 1, 2 e 4 do argumento acima estão corretas. Contudo, busca desarmar o cético e evitar sua conclusão absurda, precisamente, por mostrar as falhas do PF. Na seção abaixo analisaremos os argumentos de Dretske no texto de 1970.

⁴³ Conferir o que dissemos no tópico 2.1.

⁴⁴ Principalmente em Dretske (1970; 1972; 1981 e 2014).

3.2. Operadores Epistêmicos, Ceticismo e Fechamento

Já antecipamos que Dretske nega que a atribuição de conhecimento esteja vinculada à exclusão de *todas* as possibilidades de erro associadas com a proposição alvo, como defendeu Peter Unger. Para ele o conhecimento é um estado evidencial em que o sujeito é capaz de excluir as alternativas relevantes à verdade de *p*. Suponha que *S* alegue saber que *p* “o Flamengo foi o campeão brasileiro em 2009”, mas é incapaz de excluir a seguinte alternativa relevante *b* “o Grêmio foi o campeão brasileiro em 2009”. Parece que se *S* não for capaz de excluir *b*, então ele não sabe que foi o Flamengo quem triunfou no campeonato nacional de 2009. Se a alternativa *b* não for excluída, então *S* não sabe que *p*. “Relevância”, entretanto, é um termo vago que buscaremos especificar no decurso deste capítulo.

Voltemos à discussão do argumento cético que utiliza o PF para solapar o conhecimento empírico. No excerto abaixo, Dretske propõe um exemplo de como isso se efetiva. Vejamos,

S afirma saber que isto é um tomate. Uma consequência necessária de isto ser um tomate é que isto não é uma esperta imitação que só se parece com um tomate (e, se tu quiseres, que tem gosto similar ao de um tomate). Mas *S* não sabe que isto *não* é uma esperta imitação que só se parece com (e tem gosto de) um tomate. (Eu assumo aqui que ninguém está preparado para argumentar que tudo aquilo que se pareça com, e tem gosto de um tomate para *S*, *deve ser* um tomate). Portanto, *S* não sabe que isto é um tomate. (Dretske 1999, p. 135)

Esse padrão de argumento confirma, ainda mais, o quanto é poderoso e intuitivo o PF. Dretske, com efeito, não nega de todo a transmissibilidade do conhecimento através da implicação conhecida. O que ele defendeu foi que esta propriedade está indexada ao alcance dos nossos operadores epistêmicos⁴⁵. Alguns

⁴⁵ Um operador epistêmico é um operador sentencial. É um afixo que quando anexado a uma sentença ou enunciado, age nesta gerando outra sentença ou enunciado. Os operadores sentenciais podem ser divididos em três classes de acordo com o grau de *penetrância* (ou *transmissibilidade*): (i) *penetrantes* (ou completamente *penetrantes*, quando se requer ênfase), (ii) *semi-penetrantes* e (iii) *não-penetrantes*. Um operador é dito *penetrante* quando ao operar em *P* ele penetra em todas as consequências implicadas por *P*. Seja ‘*O*’ qualquer operador sentencial e *Q* uma consequência implicada por *P*, então temos ‘*O*’*P* → ‘*O*’*Q*. Por exemplo, quando *P* implica *Q*, se é ‘verdade que’ *P* então é ‘verdade que’ *Q*, se é ‘necessário que’ *P* então é ‘necessário que’ *Q*. Os operadores *não-penetrantes*, segundo a nomenclatura de Dretske, são aqueles que falham em penetrar nas consequências mais elementares do que é implicado por *P*. O operador ‘estranho que’ ilustrará o nosso ponto aqui. O fato de que Friedrich e Cecy se casaram um com o outro implica que Cecy se casou com alguém. Por mais estranho que possa parecer essa união conjugal (ela é tão baixinha e

exemplos de operadores epistêmicos são: ‘saber que’, ‘crer que’, ‘ter razão para crer que’.

No artigo de 1970 Dretske afirma que *algumas* consequências lógicas implicadas pelo conhecimento de que p são conhecidas através do fechamento, mas não *todas*, como sugere o argumento cético. Contudo, o alcance penetrativo dos nossos operadores epistêmicos é determinado (de algum modo) pela relevância das alternativas que concorrem com a verdade de p. Esse ponto da teoria dretskeana pode trazer alguma confusão para o nosso leitor. Como Dretske pode negar a validade do fechamento e, ao mesmo tempo, afirmar que algumas consequências implicadas por p podem ser conhecimento via PF. A questão é simples. O que Dretske nega é que o PF seja um princípio epistêmico irrestrito. Ou seja, “negar o fechamento não é dizer que você *nunca* possa saber [...] que Q é verdadeiro por inferir isso de um P que você sabe que é verdadeiro. É, simplesmente, negar que isso possa ser feito para *qualquer* Q” (DRETSKE 2014, p. 31).

A acusação de Dretske ao PF é a de que ele não pode ser utilizado como um princípio geral, já que há certas instâncias em que ele falha. Se é verdade que o cético depende de PF, então, mostrar através de um exemplo que o PF não funciona em algum caso possível será o suficiente para mostrar que a empreitada anticética, elaborada por este filósofo, é sólida o suficiente para persuadir-nos de que ele está correto. Em seu *Operadores Epistêmicos* Dretske lança mão de uma série de contraexemplos ao PF intencionando apresentar situações possíveis em que tal princípio é inválido. Vejamos alguns exemplos na seção abaixo.

3.3. Operadores Epistêmicos e a Negação do Fechamento

Em sua teoria inicial, Dretske argumentou contra o PF valendo-se de certa característica compartilhada pelos nossos operadores epistêmicos. A tese de Dretske é a de que “todos os operadores epistêmicos são operadores *semi penetrantes*” (DRETSKE 1999, p. 133). Tomemos “penetrabilidade” aqui como um

ele tão alto, ela é índia e ele alemão) não parece de todo estranho aquilo que é implicado por isso, ou seja, que Cecy tenha se casado com alguém. Este operador falha em penetrar nas mais elementares implicações lógicas de uma proposição. Esses operadores por serem muito fracos (ou até impotentes) em seu grau de penetração nas consequências lógicas aparecem como o extremo oposto daquela primeira classe de operadores a que nos referimos, os operadores *penetrantes*. Se é assim, então os operadores que se localizarem entre esses dois extremos serão chamados de operadores *semi-penetrantes*. (Dretske 1999, p. 131-133).

sinônimo da característica do fechamento de transmitir certas propriedades lógico/epistêmicas via dedução. Tais operadores não penetram em todas as consequências do conhecimento putativo, isto é, não são transmitidos para todas as consequências lógicas. Há um número potencialmente infinito de consequências à p que os operadores epistêmicos não penetram. O operador ‘saber que’, por exemplo, é capaz de penetrar (e, por consequência, excluir) um número restrito de alternativas A, B e C, mas não a alternativa N^∞ . Se tomarmos N^∞ como uma alternativa irrelevante à p , segundo a TAR de Dretske, então, ela não precisa ser excluída para que o conhecimento de que p seja assegurado. Lembremos que se p é o caso todas as alternativas à p são, por óbvio, falsas. Contudo, não é necessário que S saiba que todas essas alternativas são falsas. Reiteramos que a tese de Dretske consiste em asserir que devemos excluir apenas as alternativas relevantes à verdade da crença de que p .

Para Dretske, reconhecer o caráter semi-penetrante dos operadores epistêmicos nos trará a vantagem de ter nosso conhecimento assegurado, mesmo quando o sujeito epistêmico souber que as implicações céticas são legítimas e, ainda assim, reconhecer que não sabe que elas são falsas. Isto quer dizer que posso saber que “há um computador diante de mim”, saber que isto implica que “não estou sonhando ou sendo vítima de um engano sensorial massivo”, não saber que “não estou sonhando ou sendo vítima de tal engano sensorial” e, mesmo assim, manter meu conhecimento de que “há um computador diante de mim”. Vejamos o que foi dito na forma de um argumento:

- T1: S sabe que há um computador sobre a mesa
- T2: S sabe que se há um computador sobre a mesa, então não é o caso que há uma *vat-image* de computador sobre a mesa.
- T3: S não sabe que não há uma *vat-image* de computador sobre a mesa.
- PF: Se S não sabe que não há uma *vat-image* de computador sobre a mesa, então S não sabe que há um computador sobre a mesa.
- C: S não sabe que há um computador sobre a mesa

O argumento acima gera uma contradição (T1 & C), uma vez que temos teses individualmente plausíveis, mas conjuntamente inconsistentes. A saída de Dretske para o puzzle acima, como veremos, consistirá em afirmar as teses T1, T2 e T3, mas negar o PF e, por consequência, a conclusão C. Trataremos especificamente desse

tema mais adiante e traremos uma solução para o problema no último capítulo desta tese.

Para Dretske algumas implicações do nosso conhecimento ordinário não aparecem como contrastes explícitos, mas como pressuposições. Isso ajudará a perceber o caráter limitado dos operadores epistêmicos e, assim, a falha do PF. Do mesmo modo que nossos operadores epistêmicos não conseguem penetrar nas hipóteses céticas, também não são capazes de penetrar nesse conjunto de consequências (as pressuposições)⁴⁶. O fato de S não conhecer as pressuposições implicadas pelo conhecimento ordinário de que p, não afeta o conhecimento de S de que p. O que isso nos mostra, segundo Dretske, é que nossos operadores possuem uma abrangência limitada. Alguns exemplos foram elaborados no intuito de clarificar esse ponto. Vejamos o exemplo criado a partir do operador 'razão para crer que', pois, segundo Dretske, tal operador possui o mesmo grau de abrangência do operador 'saber que'.

Suponha que você tem uma razão para crer que a igreja está vazia. Você *tem* que ter uma razão para crer que isto é uma igreja? Não estou perguntando se você geralmente tem tal razão. Estou perguntando se alguém pode ter razão para crer que a igreja está vazia sem ter uma razão para crer que é uma igreja que está vazia. Certamente sua razão para crer que a igreja está vazia não é *ela mesma* uma razão para crer que isto é uma igreja; ou *não precisa* ser. Sua razão para crer que a igreja está vazia pode ser a de que você acabou de fazer uma inspeção dentro dela sem encontrar qualquer pessoa. Esta é uma boa razão para crer que a igreja está vazia. Tão certo como claro, no entanto, esta não é uma razão, e muito menos uma boa razão, para crer que o que está vazio é uma igreja. O fato é que, ou assim me parece, eu não tenho que ter *qualquer* razão para crer que é uma igreja [que estava vazia]. (DRETSKE 1999, p. 136)

Esse é o primeiro caso em que Dretske pretende mostrar que há certas implicações em que nossos operadores (ter uma razão para crer, no exemplo acima) não penetram. Segundo Dretske, a razão que S dispõe para crer que a igreja está

⁴⁶ Essa discussão reaviva a tese wittgensteiniana em *Da Certeza*. No famoso parágrafo 183 Wittgenstein fala de indevidas inferências feitas a partir do conhecimento de fatos históricos. Abrasileirando o exemplo do parágrafo 183 imaginemos que S alegue saber que em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República Federativa do Brasil, a partir de (fundamentado em) bases históricas. Isso, contudo, não implica que S tenha qualquer base (evidência) para saber que a terra existiu desde esse evento. Que a terra tenha existido desde então faz parte, por assim dizer, da imagem de mundo, do pano de fundo, da estrutura de certezas compartilhadas por S no contexto de proferimento. Ou seja, é algo pressuposto, dado, mas não conhecido através de implicação.

vazia não penetra na consequência lógica (e mesmo ontológica) de que aquilo que está vazio é uma igreja. O fato de que a construção seja uma igreja já é algo dado, pressuposto, mas não penetrado pelo operador em questão⁴⁷. Todavia, surge um embaraço com esse exemplo⁴⁸. Como alguém poderia ter uma razão para afirmar corretamente que *X* está vazio, sem que esta mesma razão cumprisse o papel de arrazoá-lo em crer que aquilo que está vazio é um *X*. Dretske assume essa dificuldade ao dizer que:

É claro, eu nunca *diria* que a igreja estava vazia, ou que eu tinha uma razão para crer que a igreja estava vazia, a menos que tivesse acreditado, e presumivelmente tido uma razão para assim crer, que *era* uma igreja que estava vazia, mas isso é uma condição presumida do meu *dizer* algo, não do meu ter uma razão para crer em algo. (*Ibidem*)

Não parece ainda tão claro, ou ao menos não há um bom argumento oferecido por Dretske para asseverar a distinção entre o que está presumido no *dizer* algo e o que é penetrado pelo operador *ter razão para crer* em algo. A distinção é sutil. A despeito disso o que Dretske parece sugerir é que sempre que operamos em uma proposição com um dos nossos operadores epistêmicos há certas implicações pressupostas em nosso proferimento que, apesar da verdade delas estar diretamente ligada a essas pressuposições, os operadores não conseguem penetrar nas mesmas⁴⁹. Dretske explicita o que dissemos da seguinte maneira:

Há certas pressuposições associadas com um enunciado. Estas pressuposições, apesar de suas verdades serem implicadas pela verdade do enunciado, não são parte do que é *operado* quando operamos no enunciado com um de nossos operadores epistêmicos.

⁴⁷ Em *Seeing and Knowing* de 1969 Dretske nomeou tais pressuposições associadas a uma percepção, e por consequência, ao conhecimento empírico, de *proto-conhecimento*. Em *The Case Against Closure* de 2005, entretanto, ele cunhou o termo implicações *heavyweight*. No fundo os dois conceitos explicitam a ideia de que a verdade de nossas alegações epistêmicas ordinárias depende de que outras coisas sejam verdadeiras. Contudo, a verdade das coisas que suportam a verdade das nossas alegações ordinárias são apenas pressupostas, mas não conhecidas.

⁴⁸ Gail Stine (1971; 1976) e Palle Yourgrau (1983) defendem, contra Dretske, a tese de que esse seu exemplo falha em mostrar que o fechamento é falso. Para ambos o exemplo é defectivo pois as premissas do argumento são modificadas no decorrer do caso. Ora aparecem como crenças *de re* ora como crenças *de dicto*.

⁴⁹ Ou seja, uma vez que implicações pressuposicionais funcionam como 'protoconhecimento', como definiu Dretske (1969), elas são condição de verdade para P, mas não precisam ser conhecidas para que o conhecimento de que P seja assegurado. Cf. a nota de rodapé nº 46.

Os operadores epistêmicos não *penetram* nestas pressuposições. (1999, P. 137)

O fato de os operadores epistêmicos não penetrarem nesse conjunto específico de consequências (pressuposições) é importante, pois esse é um dos fatores que faz com que estes operadores sejam apenas semi-penetrantes. As consequências pressuposicionais são importantes para determinar o estatuto dos operadores epistêmicos, mas este não é exatamente o tipo de consequência mais importante em epistemologia. O tipo de consequência que está em jogo quando se trata de dar uma resposta aos argumentos céticos, e que delimita o alcance penetrativo dos nossos operadores epistêmicos, é o que Dretske denominou “consequências de contraste”.

3.4. Consequências de Contraste

Este é o conjunto de consequências que Dretske julga ser mais importante, ou mais significativo, pois é ao conjunto desse tipo de consequência que os argumentos céticos estão vinculados de modo explícito. A estrutura dessas consequências é a seguinte: “suponha que nós afirmemos que x é A . Considere algum predicado, B , que é incompatível com A , de tal modo que nada possa ser ambos A e B . Segue-se então do fato de que x é A que x é não B . Além disso, se nós unirmos B com qualquer outro predicado, Q , segue-se do fato de que x é A que x é não (B e Q)” (1999, p. 137-8).

Essa estrutura argumentativa aparece nos argumentos céticos do seguinte modo. Imaginemos que um agente epistêmico qualquer saiba que x é A , “a parede é azul”. O cético, de um modo geral, coloca um contraste qualquer B . Tomemos B aqui por “a parede é branca”. X é A “a parede é azul”, implica que X é $\sim B$, “não é o caso que a parede é branca”. O procedimento cético consiste em montar uma conjunção de B com um Q *arbitrário* de tal modo que ($B \wedge Q$) pareça perceptualmente (ou evidencialmente) indistinguível de A para o sujeito epistêmico. Seja Q “espertamente iluminada para parecer azul”. Temos então a seguinte implicação: “A parede é azul” implica que “a parede não é branca espertamente iluminada para parecer azul”. Se o operador epistêmico aqui em questão, ‘saber que’, fosse um operador penetrante, ou seja, se fosse um operador que tivesse a propriedade de ser transmitido para todas as alternativas contrastantes com a verdade da proposição alvo, então,

poderíamos afirmar que o sujeito do caso acima sabe que a parede não é branca espertamente iluminada para parecer azul. Mas, o ponto de Dretske ao afirmar o caráter semi-penetrante dos operadores epistêmicos é o de que não temos como saber qualquer coisa do tipo mencionada acima no contraste cético. Para Dretske o conhecimento é um estado evidencial, e não há qualquer evidência para a proposição “a parede não é branca espertamente iluminada para parecer azul”. A evidência também, e não apenas o operador epistêmico ‘saber que’, não obedece ao PF.

De um modo geral não temos qualquer *razão adicional* ao afirmarmos que “a parede é azul” para crer que “a parede não é branca espertamente iluminada para parecer azul”. Por mais que saibamos que esta implicação é verdadeira a proposição $(B \wedge Q)$ é tomada por Dretske como irrelevante.

Para tornar mais intuitivo sua hipótese acerca dos argumentos céticos Dretske nos oferece um caso simples, mas que se tornou famoso na literatura epistemológica posterior ao seu ensaio, o Caso da Zebra.

Você leva seu filho ao zoológico, vê várias zebras e, quando questionado pelo seu filho, diz para ele que elas são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós teria pouca hesitação em dizer que sabíamos isso. Nós sabemos como as zebras se parecem e, além disso, este é o zoológico da cidade e os animais estão em um cercado onde claramente está escrito “Zebras”. Ainda, algo ser uma zebra implica que este algo não é uma mula e, em particular, não é uma mula espertamente disfarçada [MED] pelas autoridades do zoológico para parecer uma zebra. Você sabe que estes animais não são mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para parecerem zebras? (1999, p. 138)

Esse caso de Dretske se tornou famoso, pois foi através dele que o filósofo tentou mostrar que o princípio de fechamento para conhecimento falha. Este é também um bom exemplo, pois trata exatamente das nossas intuições acerca da atribuição do conhecimento. Nesse caso oscilamos entre atribuir conhecimento ao visitante do zoológico quanto ao fato de serem zebras os animais no cercado e, posteriormente, negá-lo. Em um primeiro momento parece tranquilo dizer que o sujeito sabe que os animais são zebras. Podemos supor que S tenha boas evidências em favor deste proferimento, afinal de contas, ele está no zoológico da cidade diante de uma jaula com o nome ‘zebras’, ele sabe como as zebras se parecem e ademais, os animais no cercado são, de fato, zebras. Contudo, nossas

atribuições parecem modificar-se quando as alternativas contrastantes⁵⁰ entram no jogo epistêmico. Como o caso nos mostra, que o animal diante do visitante seja uma zebra implica que ela não é uma mula e em particular, que não é uma mula espertamente disfarçada para parecer uma zebra. Ou seja, que ‘x é Z’ implica que ‘x não é MED’. Diante deste novo contraste a pergunta central a ser feita é se o visitante do zoológico sabe que os animais diante dele não são mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico. As evidências em favor de Z (os animais no cercado são zebras) foram neutralizadas, pois se os animais fossem mulas espertamente disfarçadas elas apareceriam exatamente como se fossem zebras reais para ele. Podemos afirmar que isso não é muito provável, dado o que sabemos sobre o funcionamento normal dos zoológicos ou ainda que tal hipótese seja implausível, mas isso não responde à pergunta principal, qual seja, o visitante sabe que os animais diante dele não são mulas espertamente disfarçadas? Dretske, assim como nós, pensa que o visitante do zoológico não sabe \sim MED. Essa conclusão está em acordo com a conclusão cética. Todavia, diz Dretske “eu me separo da companhia do cético somente quando ele conclui a partir disso que, portanto, você não sabe que os animais no cercado são zebras” (1999, p. 139). A razão, já adiantada anteriormente, é que Dretske recusa o fecho epistêmico utilizado pelo cético para derivar sua conclusão.

A sugestão de Dretske quanto ao ponto discutido aqui é a de que simplesmente admitamos com o cético que não sabemos que a alternativa contrastante introduzida por ele é falsa. Mas que nos recusemos a aceitar que não sabemos o que inicialmente alegamos. Dretske afirma a esse respeito que “não se segue do fato de que eu sei que aqueles animais são zebras que eu sei que eles não são mulas espertamente disfarçadas para parecerem zebras”, e continua dizendo que “esta é uma das consequências de contraste na qual os operadores epistêmicos não penetram”⁵¹ (1999, p. 139). Isto é, a evidência que S possui para crer que Z não é capaz de justificar a crença dele em \sim MED. Claramente o que está sugerido aqui é que esta hipótese alternativa elencada pelo cético é irrelevante para

⁵⁰ O termo “alternativa contrastante”, apesar de parecer um truísmo, é utilizado por Dretske como um termo técnico para diferenciar o tipo de alternativas incompatíveis com a verdade de P, dentre elas as céticas, das alternativas pressuposicionais (que não necessariamente contrastam com P). Ver Dretske (1999) 137-38.

⁵¹ Uma releitura dessa intuição Dretskeana será desenvolvida por Jonathan Schaffer, que veremos no quarto capítulo desta tese.

solapar o conhecimento inicialmente alegado. Se tal hipótese é irrelevante a mesma não precisa ser excluída para que o sujeito saiba que Z é o caso.

Dretske reconhece que sua tese é assaz contraintuitiva e propõe um argumento em favor dela. Por mais que os exemplos apresentados mostrem o caráter semi-penetrante dos operadores epistêmicos, isso, no entanto, dificilmente constitui um argumento contra o ceticismo, já que, no final das contas Dretske não mostrou *por que* o cético deve sucumbir ao caráter semi-penetrante dos nossos operadores epistêmicos. O cético poderia alegar, com razão, que isso é uma deficiência epistêmica e não uma virtude como parece sugerir Dretske.

O argumento contra o ceticismo oferecido por Dretske precisará dispensar uma explicação de por que as hipóteses céticas são irrelevantes e ele o fará por analogia. Segundo Dretske alguns operadores compartilham as mesmas propriedades dos operadores epistêmicos, então basta mostrar que alguns destes quando postos em análise apresentam-se como semi-penetrantes e que, portanto, não penetrem nas consequências de contraste, para que sua tese esteja mais bem fundamentada. Dentre os operadores aos quais Dretske faz menção será suficiente para os nossos propósitos analisar o operador ‘explica que’⁵² presente no seguinte caso: Brenda vai a um restaurante e embora a sobremesa estivesse incluída na refeição ela não pediu qualquer sobremesa. Podemos descrever este fato, acrescenta Dretske, sem qualquer alusão a que tipo de pessoa é a Brenda ou sobre o que ela poderia ter feito se tivesse pedido (e comido) a sobremesa. Todavia,

Quando colocamos este fato dentro de, digamos, um contexto explanatório, se tentarmos explicar este fato, ele repentinamente aparece dentro de uma rede de fatos relacionados, uma rede de alternativas possíveis que servem para definir *o que é isto que está sendo explicado*. O que está sendo explicado é uma função de duas coisas – não somente o fato (Brenda não pediu qualquer sobremesa), mas também uma série de alternativas relevantes. (1999, P. 142)

Como o próprio Dretske afirma, dentro do contexto dos operadores aqui apresentados nenhum fato é uma ilha. De algum modo os fatos estão conectados e se quisermos explicar por que Brenda, por exemplo, não pediu a sobremesa tal

⁵² Vale reforçar que Dretske oferecerá um argumento por analogia, pressupondo aqui que o vale para um membro de uma determinada classe de operadores (os semi-penetrantes), pode servir como parâmetro para outros operadores desta mesma classe.

explicação estará enredada a uma série de alternativas relevantes A, B e C que ajudarão a entender o que é que se está explicando. Alegar que Brenda não pediu a sobremesa porque estava de dieta, ou saciada explica o fato de ela não ter pedido sobremesa em contraste, por exemplo, com ela ter pedido e comido. Segundo Dretske, é esse contraste que ajuda a definir o que está sendo explicado quando se diz que Brenda não pediu a sobremesa. Suponha agora esses novos contrastes: (i) pedir alguma sobremesa e atirá-la no garçom (ii) pedir alguma sobremesa e levá-la à casa de um amigo doente. Diante desses novos contrastes (i) e (ii) aquela explicação inicial (estava saciada ou de dieta) não servirá mais para explicar o fato de ela não ter pedido a sobremesa. Ao alterarmos o contraste mudamos aquilo que está sendo explicado.

O operador ‘explica que’ possui características análogas ao operador ‘saber que’, já que ambos são semi-penetrantes. Como disse DeRose acerca desse caso de Dretske:

O fato de que Brenda não pediu sobremesa implica que ela não pediu sobremesa e atirou a sobremesa no garçom; ainda assim, alguma proposição *r* (por exemplo, Brenda está de dieta) pode explicar porque Brenda não pediu sobremesa, ainda que falhe em explicar porque Brenda não pediu sobremesa e atirou-a no garçom. Conclui assim Dretske que “explica que” é tão importante quanto “sabe que”: exatamente como você pode saber que *p* sem saber tudo que você sabe que *p* implica, assim uma proposição pode explicar outra proposição sem explicar tudo o que se sabe que aquela proposição implica. (DEROSE 1999, p. 15)

Como pudemos observar, todos os casos apresentados por Dretske até aqui fazem uso explícito das alternativas relevantes. Todavia, ainda nos falta uma definição do que seja tal conceito. A definição primitiva deste conceito é oferecida por nosso autor da seguinte maneira: “Uma alternativa relevante é uma alternativa que poderia ter sido realizada nas circunstâncias existentes se o estado de coisas atual não tivesse se materializado” (DRETSKE 1999, p. 142). Esta definição inicial, como podemos notar, não desfruta da clareza necessária para ser aceita sem maiores problemas⁵³. O fato é que para Dretske o operador ‘saber que’ assim como

⁵³ Dretske reconhece isso em uma nota de rodapé ao dizer que “eu estou consciente de que esta caracterização de uma “alternativa relevante” não é, como ela está, muito esclarecedora”, e segue na tentativa de elucidar um pouco mais sua definição afirmando acerca do caso acima que “se Brenda tivesse pedido sobremesa, ela *não teria* atirado a sobremesa no garçom, enchido seus sapatos com sobremesa, ou levado esta sobremesa na casa de um amigo doente (ela não tinha amigo doente).”

o operador 'explica que' só penetra naquelas consequências contrastantes que fazem parte do conjunto de alternativas relevantes que estruturam o caso tal como ele é dado. Mudar arbitrariamente o conjunto de consequências de contraste, assim como os céticos fazem, para Dretske é apenas apresentar consequências daquilo que sabemos, mas que não precisamos excluir já que estão fora da escala de relevância ensejada no contexto original em que a atribuição de conhecimento se deu.

Uma discussão complementar sobre a relação das alternativas relevantes com o conhecimento empírico pode ser vista no texto *Discrimination and perceptual knowledge* (1976) de Alvin Goldman. Em um caso atribuído a Carl Ginet, Goldman propõe que imaginemos a seguinte situação,

Henry está dirigindo pelo campo com seu filho. Para informar o seu filho, Henry identifica vários objetos na paisagem tal como ele os vê. "Isto é uma vaca", diz Henry, "Isto é um trator", "Isto é um silo", "Isto é um celeiro" etc. Henry não tem dúvida sobre a identificação daqueles objetos; em particular ele não tem dúvida de que o último objeto mencionado é um celeiro, que na realidade o é. Cada um dos objetos identificados tem características deste tipo. Além disso, cada objeto está à plena vista, Henry possui uma excelente visão e teve bastante tempo para olhá-los com razoável cuidado, uma vez que havia pouco tráfego para distraí-lo. (GOLDMAN 1987, p. 270)

De posse apenas das informações oferecidas pelo caso, diríamos que Henry *sabe* que está diante de um celeiro? Parece intuitivo atribuir conhecimento à crença de Henry sobre a existência de um celeiro em seu campo visual. Goldman nos pede que contrastemos essa nossa inclinação inicial em atribuir conhecimento perceptual a Henry com a inclinação que teríamos se algumas informações adicionais fossem acrescentadas ao caso. Suponhamos os seguintes fatos:

Embora Henry desconheça, o distrito [em que ele dirige] está repleto de cópias falsas de celeiros feitos de Papel machê. Da estrada aquelas cópias parecem exatamente com os celeiros [reais], mas são apenas fachadas, sem paredes internas ou por detrás, completamente incapazes de serem utilizadas como celeiro. Eles são

Segundo ele, estas não são alternativas que *poderiam* ter sido realizadas nas circunstâncias existentes se o estado de coisas atual não tivesse se materializado. Portanto, elas não são alternativas relevantes." E conclui a penúltima nota de rodapé do seu artigo Operadores Epistêmicos acrescentando um elemento que será importante para a caracterização de relevância elaborada posteriormente por Goldman (1976), "em outras palavras, o "poderiam ter sido" na minha caracterização de uma alternativa relevante terá de ser desenvolvido em termos contrafactuais. (DRETSKE 1999, p. 144, nota de rodapé nº 6).

tão engenhosamente construídos que os viajantes os confundem invariavelmente com celeiros. (*Ibidem*)

Apesar dos falsos celeiros presentes no distrito em que Henry entrou, ele não viu qualquer um desses, o celeiro que ele viu foi um celeiro legítimo. Ainda assim, continuaríamos a atribuir conhecimento empírico à crença de Henry de que o que ele vê é um celeiro? Lembremos que o que ele vê é um celeiro, de fato. Parece que a presença de falsos celeiros nas imediações faz com que extraiamos a atribuição de conhecimento asserida na primeira versão do caso. A questão central a ser discutida é por que há tal oscilação atributiva. Para Goldman tanto sua velha teoria causal (1967) quanto as teorias tradicionais do conhecimento, aquelas que o tratam como um tipo de crença verdadeira justificada, não seriam capazes de explicar por que nossas intuições atributivas variam de um caso para o outro. Nos dois casos apresentados S dispõe da mesma crença verdadeira justificada de que “há um celeiro diante de si”. As abordagens tradicionais teriam que atribuir ou negar conhecimento em ambos os casos. Já a teoria causal que Goldman ensaiou em 67 seria incapaz de tratar o caso, posto que a crença de S está conectada causalmente com o fato que gera a crença de S de que p, a saber, a presença do celeiro [real] em seu campo visual.

Como então a teoria de Goldman poderia tratar o caso do celeiro citado acima? A sugestão é a seguinte. Se para que S saiba que p o estado atual de coisas em que p é verdadeiro deve ser *distinguível* ou *discriminável* para S de um possível estado [real] de coisas relevantes em que p seria falso, então, a oscilação atributiva pode ser explicada da seguinte maneira. No primeiro caso atribuímos conhecimento empírico à crença de Henry acerca do celeiro porque não há qualquer estado de coisas relevantes possível em que Henry creria falsamente que p. Se há, contudo, uma alternativa relevante que S não é capaz de discriminar, então a crença dele não contaria como conhecimento. Na segunda parte do caso, entretanto, há a inserção de uma alternativa relevante à verdade de p que o aparato cognitivo responsável pela formação da crença de Henry de que p não consegue distinguir ou discriminar. Se Henry estivesse diante de um falso celeiro ele creria falsamente estar diante de um celeiro real. Neste caso a presença de fachadas de celeiros nas vizinhanças do distrito em que Henry adentrou desqualificaria sua crença de que p. Assim, diante dessas novas alternativas Henry não sabe que p.

Cabe lembrar que a mera possibilidade lógica da presença dos falsos celeiros não é capaz de tornar tal possibilidade relevante. Suponhamos que não haja falsos celeiros no distrito em que Henry entrou, mas apenas na Suécia, ou ainda que apenas um desses *facsimiles* tenha existido na Suécia, mas que já não existe mais. Essas possibilidades contariam como relevantes? Para Goldman claramente não, posto que estas alternativas poderiam ser desqualificadas contrafactualmente.

Deste modo, retornando ao caso do zoológico de Dretske, no contexto original enredado pelas alternativas relevantes pertinentes ao caso da zebra o visitante, na conclusão epistemista de Dretske, sabe que há zebras no cercado apesar de não saber que elas não são mulas espertamente disfarçadas. Na estruturação original do caso essa não era uma alternativa relevante. O modo, com efeito, com que o conjunto de contraste é alterado admite várias facetas. Uma delas, explorada no final do artigo *Operadores Epistêmicos*, assume que a intenção do falante, o que ele tem em mente e o padrão de ênfase com que profere uma sentença, pode alterar o conjunto de alternativas relevantes. Essa abordagem linguística apenas mencionada por Dretske no final do seu ensaio de 1970 foi elaborada e sofisticada ao longo de onze anos⁵⁴ e foi mais bem apresentada em seu texto seminal acerca da teoria da relevância *A Dimensão Pragmática do Conhecimento* de 1981, ao qual passaremos a apresentar na seção abaixo.

3.5. A Dimensão Pragmática da Relevância

No final do artigo “Operadores Epistêmicos” Dretske assinala que há maneiras muito sutis de mudar o conjunto de consequências de contraste e que tal mudança pode assumir um caráter pragmático⁵⁵. Desse modo, altera-se o que conta como uma alternativa relevante em cada alegação epistêmica e delimita-se o escopo daquelas que devem ser excluídas. Uma das maneiras é observada através do padrão de ênfase nos termos que compõem os enunciados epistêmicos que proferimos. Suponhamos que S saiba que Lefty matou Otto. A partir da ênfase do falante podemos evocar três conjuntos distintos de contrastes:

⁵⁴ Podemos ver um tratamento mais detalhado desta inserção pragmática na definição do que conta para uma alternativa para que esta se torne relevante em *Contrastive Statement* de 1972. Neste texto o enfoque linguístico oferecido por Dretske pareceu, contudo, insuficiente para responder ao ceticismo como assinalou Michael Williams (1995).

⁵⁵ O termo pragmático inicialmente adotado por Dretske foi “tomado no mesmo sentido que foi usado por Charles Morris e Rudolf Carnap, como interessado na relação que existe entre o uso do signo e vários estados psicológicos, e outros, do falante e do ouvinte”. (DRETSKE 1972 p. 425)

- (i) *Lefty* matou Otto. Aqui o que está sendo afirmado é que o assassino de Otto foi Lefty. Tal alegação contrasta com o fato de que não foi Jack, Fred ou outra pessoa quem assassinou Otto.
- (ii) Lefty *matou* Otto. Aqui o que se está afirmando é que o que Lefty fez a Otto foi matá-lo. Os contrastes erigidos aqui são: Lefty não meramente difamou, constrangeu ou surrou Otto.
- (iii) Lefty matou *Otto*. Com este padrão de ênfase está dito que aquele que morreu foi Otto. Os contrastes evocados aqui são: não foi José ou Pedro quem morreu, mas Otto. (DRETSKE 1999, p. 143).

O conjunto de alternativas relevantes para cada modo pelo qual a sentença acima foi proferida variará de acordo com as intenções e expectativas do falante⁵⁶. Ou seja, o que definirá o contraste à proposição não é apenas o que é dito, mas *como* é dito⁵⁷. Dretske introduz, com isso, um elemento pragmático no seu critério de relevância. Assim, em resposta à pergunta: *quem* matou Otto? O item (i) que afirma ter sido 'Lefty' o autor do homicídio terá como contraste o fato de ter sido Lefty ao invés de Chico Bento ou Zé do Carço. Esses contrastes ajudam a definir o que é que S sabe quando lhe é atribuído o conhecimento de que foi 'x' *quem* matou Otto. Dretske sugere, no bojo da sua estratégia de negação do princípio de fechamento, que S poderia saber que *Lefty* matou Otto (ou seja, que Lefty foi o autor do assassinato), sem saber que Lefty *matou* Otto (ou seja, saber que o que Lefty fez a Otto foi matá-lo ao invés de difamá-lo e ameaçá-lo). Isso, segundo o autor, mostraria mais uma vez o caráter semi-penetrante do operador 'saber que', já que algumas coisas estão dadas como pressupostas e tal operador não penetra nesse conjunto de consequências. Não está ainda tão claro como essa estratégia poderia ajudar a mostrar que o PF falha. Jonathan Schaffer, como veremos posteriormente, utilizará esse mesmo insight, mas, na contramão de Dretske, defenderá a compatibilidade da modéstia epistêmica com a validade do PF. Esse tópico da discussão, com efeito, não é consensual. David Sanford, por exemplo, afirma que "o foco contrastivo é importante para uma teoria do conhecimento, mas é periférica para o projeto específico [de derrotar o cético] aqui em questão". (SANFORD 1981, p. 379)

A introdução do critério pragmático da relevância para as alternativas contrastantes foi apenas mencionada no artigo de 1970. O desenvolvimento desta

⁵⁶ Devemos acrescentar que o proferimento leva ainda em consideração um contexto conversacional e um tempo t. Mas, não os mencionaremos por economia textual.

⁵⁷ Dretske afirma acerca da importância da observância do aspecto pragmático dos enunciados que "poderíamos facilmente aceitar (...) que certas diferenças pragmáticas (como certas diferenças semânticas) estão relevantemente envolvidas na análise semântica de certas expressões em que elas aparecem". Dretske (1972 pág. 423).

ideia se deu a partir do ensaio *Contrastive Statements* de 1972⁵⁸. Dretske tenta circunscrever o escopo de relevância das alternativas para as proposições objeto de conhecimento apelando para a intenção do falante na hora do proferimento, isto é, para aquilo que é afiançado por ele em uma alegação de conhecimento. Se a intenção do falante é alegar que Lefty *matou* Otto, ele deve estar em posição evidencial de excluir a possibilidade de que Lefty tenha o machucado simplesmente. Mas não precisa estar em posição evidencial de excluir a possibilidade de que foi um ‘tsunami’ quem matou Otto. Esta alternativa não faz parte do contraste evocado no proferimento inicial do agente. Uma vez que em contextos ordinários as hipóteses céticas não contrastam com aquilo que normalmente alegamos saber, então não precisamos excluí-las. A falsidade de tais hipóteses está desde já pressuposta. Em contextos ordinários sequer nos damos conta de sua existência. Elas são irrelevantes. Este tratamento, contudo, parece simples demais.

Qualquer um que esteja realmente interessado em uma resposta relevantista ao ceticismo não se satisfará com esta teoria linguística dispensada por Dretske em 1972. Queremos uma resposta direta ao ceticismo. Uma que lance mão de uma análise do conceito de conhecimento que o imunize dos argumentos céticos. Este é o desafio que Dretske assume ao escrever seu ensaio de 1981.

3.5.1. O Critério Pragmático da Relevância e Conhecimento Absoluto

Dretske aceitará uma ideia nova, porém, intuitiva acerca do conceito de conhecimento em seu texto de 1981. Ele defenderá que o conhecimento é um conceito absoluto, isto é, não admite graus. Como o filósofo diz, trata-se de uma questão de tudo ou nada. Embora conhecimento não admita graus, um dos seus itens, a justificação, admite. S pode ter uma justificação melhor para p do que S*. Todavia, os teóricos justificacionistas parecem aceitar tacitamente que há um limiar que a justificação de S deve alcançar para que sua crença verdadeira conte como conhecimento. Isso parece ser exposto pelos adjetivos que se seguem à exigência da justificação. A justificação deve ser plena, completa ou adequada. Uma vez que

⁵⁸ Este texto não será analisado aqui, pois a abordagem linguística oferecida por Dretske nesse ensaio não parece ser capaz de responder ao ceticismo. Uma das críticas mais pertinentes à estratégia oferecida por Dretske nesse artigo é oferecida por Michael Williams. Ver Williams (1995 pág. 186-88).

se tenha atingido esse patamar de justificação requerido para o conhecimento não há o que possa ser acrescentado para que o conhecimento atribuído se torne melhor.

Quanto de justificação é necessário para que se atribua corretamente o conhecimento? Dretske sugere que se a justificação puder ser representada por um número real entre 0 e 1, então qualquer justificação menor que 1 parecerá arbitrária. Este limiar implícito exigido da justificação parece indicar (embora, não prove) que o caráter absoluto do conhecimento é derivado da justificação. Diz Dretske, “o caráter absoluto [...] do conhecimento deriva-se da “absoluticidade” (absoluteness) ou conclusividade, exigida da justificação⁵⁹ para o conhecimento” (DRETSKE 2002, p. 540). Se S já sabe que p com base na justificação conclusiva *JC*, justificação de nível 1, então S* não poderá saber que p melhor do que S.⁶⁰

À parte de afirmar o caráter absoluto do conhecimento Dretske pretende conciliar, de modo inovador, esta intuição com o fato de que, mesmo permanecendo absoluto, a atribuição deste conceito (e da classe dos conceitos absolutos) permanece sensível a variações pragmáticas. A ideia de Dretske no ensaio de 1981 pode ser resumida no que segue:

O que eu quero desenvolver nesse artigo é um tema (...) que, eu espero, ajude a iluminar nosso conceito de conhecimento por exibir como esta ideia absoluta pode, a despeito da sua absoluticidade, permanecer sensível a mudanças de interesses, preocupações e fatores que influenciam sua aplicação ordinária. Em resumo, eu desejo explorar o modo, e a extensão pela qual, esta noção absoluta exibe um grau de relatividade no seu uso ordinário. (DRETSKE 2002, p. 540)

Dretske toma como ponto de partida para sua análise das consequências epistêmicas da aceitação do caráter absoluto do conceito de conhecimento a influente análise elaborada por Peter Unger em *Ignorance: A case for scepticism*. Segundo Unger, como vimos no final do capítulo anterior, um termo absoluto é um

⁵⁹ A teoria de Dretske é externalista. O que caracteriza as teorias externalistas, *grasso modo*, é a relevância que fatores externos ao sujeito assumem para a justificação doxástica. Tradicionalmente as teorias de cunho internalista exigem, ao menos, a capacidade de acesso reflexivo ao que justifica a crença de S de que P. Portanto, na esteira do externalismo, o que caracterizará a justificação para Dretske é o caráter confiável (nomologicamente falando) do fluxo da informação que causa a crença de S de que P. Esse ponto é discutido mais aprofundadamente em seu livro *Knowledge and The Flow of Information*. Cambridge: MIT press, Bradford books, 1981a.

⁶⁰ Esse ponto foi explorado por Dretske em: DRETSKE, Fred. Conclusive reasons, IN: *Australasian journal of philosophy* 49, 1, 1971. p. 1 – 22; reimpresso IN: DRETSKE, Fred (2000, p. 3 – 29) e retomado em DRETSKE (2014a p. 31) do seguinte modo: “R é uma razão conclusiva para p =_{def} R não seria verdadeiro a menos que p fosse verdadeiro”. Esse tópico não será aprofundado aqui.

termo que denota uma condição limite. Por exemplo, se alguma superfície é plana ela deve estar absolutamente livre de ‘todas’ as irregularidades, curvaturas ou buracos. Deste modo ao atribuímos o conceito de plano a algum objeto estamos dizendo que não há qualquer irregularidade, por menor que seja, em sua superfície. Dizer que um termo absoluto denota uma condição absoluta equivale a dizer que se X é plano, então nada pode ser mais plano do que o X inicial. Segundo Unger dizer que X é plano, mas Y é *mais* plano é algo incoerente, posto que plano é a condição limite e nada pode ultrapassá-la semanticamente. Nesse caso ou X não de fato plano (é *quase* plano) e Y é realmente plano, ou nem X nem Y são *efetivamente* planos.

Ao dizermos, por exemplo, que uma pista de boliche é mais plana do que uma pista de motocross, não estou dizendo que ambas as pistas são *realmente* planas, mas que as duas podem ser comparadas de acordo com a proximidade que estiverem do limite absoluto, digamos da ‘planiformidade’. Se nos aproximarmos sobremaneira de uma pista de boliche, se a ampliarmos poderosamente, poderemos perceber nela algumas pequenas irregularidades, pequenas o suficiente para não alterar de modo significativo a trajetória da bola, mas o bastante para que reconheçamos que ela não é, de fato, plana. Ao afirmar que a pista de boliche é plana o que dizemos, segundo Unger, é, simplesmente, falso. Este seria o preço a ser pago pela utilização dos conceitos absolutos.

Se o conceito de conhecimento é absoluto ele deve estar sujeito às mesmas condições. Ao dizer que S sabe que p deve-se exigir de S que exclua ‘todas’ as possibilidades de erro. Qualquer possibilidade de erro não eliminada, por mais distante e estranha que seja, denunciará que S não sabe, de fato, que p. A análise de Unger endossa o ceticismo cartesiano apresentado no início do primeiro capítulo. A diferença entre ambos é a motivação. O que motiva o ceticismo de Unger, como já dissemos, é a própria estrutura semântica da nossa linguagem ordinária que é repleta de termos absolutos.

Sempre há possibilidades de erro não eliminadas pelas nossas evidências, e se a atribuição deste conceito exige que ‘todas’ as alternativas sejam eliminadas, então muito raramente, ou nunca, atribuímos acertadamente tal conceito em situações ordinárias. Esta é a conclusão cética a que Unger chega. Conhecimento é um conceito absoluto e possui condições de verdade altamente exigentes o que demandaria uma extraordinária competência de sujeitos limitados. Enfim, a

semântica do termo “saber/conhecer” conduz ao ceticismo, segundo Unger, porque exige condições de verdade, das proposições em que ocorrem, que são impossíveis de serem satisfeitas. Embora os termos absolutos sejam utilizados falsamente, segundo Unger, eles nos são muito caros em nossas práticas ordinárias. A dimensão pragmática dos termos absolutos, em que pese a falsidade de tais termos, fica assegurada na medida em que ajustamos o significado de tais termos ao contexto de proferimento. Tais termos seriam tão úteis para a nossa prática quanto inúteis teoricamente.

Assim como Peter Unger, Dretske admite que conhecimento seja um conceito absoluto. Mas, do reconhecimento deste fato, diferente de Unger, Dretske não deriva uma postura cética. Se o uso correto do conceito “plano” exige que a superfície em questão esteja livre de ‘todas’ as irregularidades, aquilo, todavia, que *conta* como uma irregularidade dependerá, segundo Dretske, do tipo de superfície em questão⁶¹. Assim como “plano”, a atribuição correta do conceito “vazio” (outro conceito absoluto) dependerá da ausência de ‘todas’ as coisas no interior de um dado local/recipiente. Mais uma vez, para Dretske, o que contará como uma *coisa* para determinar a vacuidade de um determinado recipiente, por exemplo, dependerá do tipo de recipiente a ser descrito. Isto não significa, segundo Dretske, “que um armazém abandonado não está realmente vazio por que tem bocais de lâmpadas e moléculas de ar dentro dele. Bocais de lâmpadas e moléculas de ar não contam como *coisas* quando determinamos a vaziez de um armazém” (DRETSKE 2002, p. 540). Em outras palavras, certas coisas são irrelevantes (moléculas de ar e poeira, por exemplo) para determinar se o armazém está vazio ou não. Um tonel de gasolina pode estar vazio mesmo que haja nele moléculas de gás⁶². O que é tido

⁶¹ Esse argumento foi antecipado por David Lewis (1979). Nos ocuparemos dele no próximo capítulo.

⁶² Essa discussão nos lembra de um caso curioso acerca da atribuição de tal conceito. Certa vez o linguista Benjamin Lee Whorf, à época inspetor de segurança, presenciou um acidente em que um operário jogou displicentemente uma bagana de cigarro em um tonel de gasolina escrito ‘vazio’. Apesar da ausência de gasolina o tonel estava repleto de gás o que o tornava muito mais perigo. O operário ao não observar este fato veio a falecer vitimado pela explosão. O que este caso nos diz acerca da querela entre Unger e Dretske sobre a utilização dos conceitos absolutos? Unger poderia dizer a Dretske (com o sarcasmo cético) que o tonel não estava vazio de fato e que foi um erro pensar assim, uma vez que o mesmo estava repleto de gás. Talvez Dretske objetasse que embora o tonel estivesse repleto de gás, aquilo não contava como ‘coisa’ quando o operário utilizou tal conceito. Como consolo Dretske poderia sugerir que em sua lápide fosse escrito: *deixo este mundo com a plena convicção de que atribuí corretamente o conceito de vazio e por isto mereço o céu dos atribuidores pragmáticos dos conceitos absolutos*. Este exemplo foi adaptado. O caso original foi descrito por Trever Harley em *The Psychology of Language: From Data to Theory*. Nova Iorque: Taylor & Francis, Inc., 2001 p. 81.

como coisa é dado, dentre outras coisas, pela intenção do falante ao atribuir tal conceito em um dado contexto.

Conceitos absolutos descrevem situações como estando completamente desprovidas de certo tipo de coisas: *irregularidades* no caso de ‘plano’ e *coisas* no caso de ‘vazio’. O fato de não poder haver *nada* deste tipo presente para o conceito ser satisfeito é o que faz dele um conceito absoluto. Todavia, é na determinação do que conta como uma “coisa” desse tipo que encontramos um padrão maleável (spongy) e relativo. O que conta como coisa para determinar a vaziez de um envelope não é a mesma coisa que conta para determinar a vaziez de uma cidade. Estes conceitos apesar de absolutos estão suscetíveis a mudanças pragmáticas de tal modo que recebem de Dretske uma nova nomenclatura. Tais conceitos são renomeados como *relacionalmente absolutos*⁶³, ou seja, são “absolutos, mas somente relativo a certo padrão” (DRETSKE 2002, p. 541). O que Dretske quer, no fim das contas, é manter a forte intuição acerca do caráter absoluto do conceito de conhecimento, mas atrelá-lo a algum tipo de relativismo para evitar as consequências céticas, já apresentadas por Unger. Segundo Dretske sua tese acerca do caráter *relacionalmente absoluto* de certos conceitos poderia ser devidamente representada a partir do conceito de vazio, da seguinte maneira: “estar vazio, é estar *desprovido de todas as coisas relevantes*, exibindo, portanto, o caráter absoluto (no quantificador ‘todas’) e relativo (no adjetivo ‘relevante’) destes conceitos” (*Ibidem*).

Como conhecimento é um conceito absoluto é natural que ele exiba a mesma característica *relacional* proposta por Dretske. Isto, segundo este filósofo, o ajudará a formular um modelo para a compreensão adequada de tal conceito. O que é sugerido por Dretske é:

Pensar o conhecimento como um estado evidencial em que *todas as alternativas relevantes* (para o que é conhecido) *são eliminadas*. Isto faz do conhecimento um conceito absoluto, mas a restrição para as alternativas *relevantes* faz dele, assim como *plano* e *vazio*, aplicável a este mundo epistemicamente esburacado em que vivemos. (DRETSKE 2002, p. 542)

⁶³ Esta tese é compartilhada por David Lewis (1996), como repercutiremos no próximo capítulo, com algumas diferenças, mas com o mesmo espírito.

Compreender o conhecimento nesses moldes, segundo Dretske, traz algumas vantagens. Uma delas é que tal definição comporta a inegável dimensão pragmática do conhecimento, afinal não somos indivíduos lógicos como pressupõem certos argumentos céticos. Para Dretske tal dimensão pragmática, tem a ver com o que *conta* como uma alternativa relevante, isto é, tem a ver com aquelas possibilidades que devem ser excluídas pela evidência de S para que ele saiba. O sentido em que o conceito de conhecimento é aplicado, todavia, segundo este filósofo não admite alterações semântico-contextuais. Não há, segundo ele, dois usos para ‘conhecer’ (um fraco em certos contextos ordinários e um forte no contexto filosófico, como em Malcolm (1952)), mas um único sentido com diferentes aplicações⁶⁴. Tal entendimento do conceito de conhecimento sugerido por Dretske teria ainda a vantagem de apresentar um modo adequado de confrontar os argumentos céticos. Tal abordagem nos fará ver que o modo como impacientemente tendemos a rejeitar as hipóteses céticas não se tratará meramente de uma intolerância prática (como sugeriu Unger), mas “de uma tentativa semi-consciente de exibir o caráter *relacionalmente* absoluto dos nossos conceitos cognitivos” (DRETSKE 2002, p. 543).

Para testar sua definição de conhecimento, e na tentativa de expor suas vantagens, Dretske elabora o seguinte caso:

Um observador de aves amador observa um pato em seu lago favorito em Wisconsin. Ele rapidamente nota suas marcas e silhueta familiar e faz uma nota mental para dizer aos seus amigos que ele viu um Gadwall, uma ave muito incomum naquela parte do meio-oeste. Uma vez que o Gadwall tem um conjunto característico de marcas (costas pretas, mancha branca na ponta posterior da asa, etc.), marcas que nenhum outro pato norte-americano exhibe, e aquelas marcas estavam todas perfeitamente visíveis, parece bastante razoável dizer que o observador de aves *sabe* que aquela ave é um Gadwall. Ele pôde ver que ela [a ave] o é.

Dada apenas essas informações parece bastante razoável dizer que o observador de aves amador sabe que há um pato Gadwall diante dele. Dretske dará

⁶⁴ Dretske, apesar de ser rotulado como contextualista, adota uma postura invariantista quanto ao uso de conceitos epistêmicos, segundo Steup (2006). O que sofre variação contextual para Dretske é o conjunto de contraste, não o significado do termo ‘saber’. Portanto, Dretske não é defensor de uma das teses mais caras ao contextualismo que é a indexicalidade do conhecimento. Elucidaremos essa sutileza teórica no último capítulo.

sequência ao exemplo acrescentando alguns fatos que podem alterar nossa atribuição de conhecimento ao sujeito do caso acima. Imaginemos, entretanto que...

Um preocupado ornitólogo está à espreita nas redondezas, não muito longe de onde o observador de aves observou o seu Gadwall, procurando por algum traço de mergulhões siberianos. Mergulhões são aves aquáticas semelhantes a patos e a versão siberiana dessa criatura, quando está na água, é muito difícil de ser distinguida de um pato Gadwall. Uma identificação acurada requer que vejamos as aves voando, pois o Gadwall tem a barriga branca e o mergulhão tem a barriga vermelha – características que não são visíveis quando essas aves estão na água. O ornitologista tem a hipótese de que alguns mergulhões siberianos migraram para o meio-oeste do seu lar na Sibéria e ele e seus assistentes de pesquisa estão fazendo uma varredura (combing) no meio-oeste em busca da confirmação [de tal hipótese]. (DRETSKE 2002, 543)

Diante desses novos fatos será que continuaríamos a afirmar que o observador de aves do lago Winconsin sabe que diante dele há um Gadwall? (é admitido *ex hipotesis*, que a ave é de fato um Gadwall) Parece que se houvesse alguns mergulhões siberianos nos arredores do lago diríamos que ele não sabe. Poderia ter sido accidental que ele tivesse visto, digamos, o único Gadwall do lago. Contudo, seria a mera presença do especialista em aves com sua hipótese acerca dos mergulhões capaz de minar o conhecimento que ora atribuímos ao observador do Gadwall? E se o ornitólogo estiver equivocado e suas suspeitas forem infundadas, haja vista que não há qualquer mergulhão nos arredores? Ainda assim diríamos que o observador sabe? E se for impossível aos mergulhões migrarem até a região descrita no caso devido a certas barreiras geográficas? E se os mergulhões fossem uma criação arbitrária de um ornitólogo louco? E se nunca houve tal ornitólogo, senão como criação de um dos amigos do observador? E se apesar da inexistência do ornitólogo e de mergulhões alguém inquirir o observador acerca de se ele sabe que não há mergulhões siberianos nos arredores do lago? Se continuássemos a criar uma série de eventuais possibilidades concorrentes com a crença do observador de aves do lago Winconsin em que momento ou em que situação diríamos que ele não sabe que há um Gadwall diante de si e em que situação diríamos que ele sabe?

Apelando para seu modelo de conhecimento mencionado acima, Dretske sugere que algumas dessas possibilidades são simplesmente muito remotas para

contarem como relevantes. Algumas das possibilidades não necessitam ser excluídas para que ele saiba. Diz Dretske em comentário ao caso:

Se falsos rumores sobre mergulhões assemelhados [aos Gadwall] e ornitólogos podem roubar o conhecimento de um esperto observador de aves de que o pássaro visto sob boa luz, e sob condições ideais, é um pato Gadwall, então, similarmente, falsos rumores, suspeitas ou mesmo conjecturas sobre demônios enganadores ou possíveis trapaças, roubarão quase todo [conhecimento] que temos. (DRETSKE 2002, p. 544)

Para evitar o ceticismo Dretske reconhece que apesar de S ter que eliminar todas as alternativas relevantes à p o conjunto de alternativas relevantes pode sofrer alterações. Isso é o que ajuda a perceber por que atribuímos conhecimento ao observador de aves em um dado momento e o negamos em outro. O que, todavia, pode resolver o problema da atribuição ou negação de conhecimento ao agente do caso mencionado acima é ter clareza do que, para Dretske, é uma alternativa relevante. O que é necessário a uma alternativa para que ela se torne relevante? Essa resposta será dada a partir de uma análise taxonômica do Conjunto Contrastante CC (contrasting set).

3.6. Conjunto de Contraste e a Eliminação das Alternativas

O Conjunto Contrastante CC, para Dretske, é definido pela classe de situações que são necessariamente eliminadas pelo conhecimento de S de que p. Deste modo, “se S sabe que p, então q está contido em CC (de p) se e somente se, dado p necessariamente $\sim q$ ” (DRETSKE 2002, p. 545). Isto é bastante intuitivo se pensarmos que dado a verdade da crença em p todos os seus contrastes serão, notadamente, falsos. Todavia, CC contém um subconjunto particularmente importante para a análise dretskeana do conhecimento. Trata-se de um subconjunto de alternativas que S deve estar em condições *evidenciais* de excluir quando sabe que p. A este subconjunto Dretske denominou *Conjunto Relevante* CR. Ao frisar que S deve estar em condições evidenciais de excluir CR Dretske, embora não seja explícito, sugere que S deve estar justificado, com uma justificação conclusiva, na sua crença, e assim vir a ‘saber’ que $\sim q$. Aqui, para lembrarmos, Dretske assume que CR pode estar fechado sobre a implicação lógica conhecida. Ou seja, de acordo

com Dretske o princípio de fechamento pode ser válido para CR⁶⁵, embora o mesmo não ocorra com todos os membros de CC.

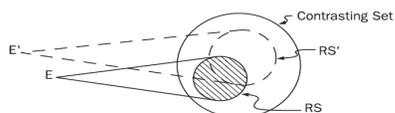
Aqueles contrastes que fazem parte de CC que não pertencem a CR serão denominados de alternativas irrelevantes. Ou seja, aqueles contrastes que S não necessita excluir para vir a ‘saber’ que p. Em circunstâncias normais, tais como as descritas no caso do observador de aves, a hipótese dos mergulhões não pertence a CR. O modo como o caso foi manipulado por Dretske leva-o a considerar tal alternativa como irrelevante. A alternativa poderia vir a pertencer a CR de S caso o exemplo fosse devidamente alterado. Mas de acordo com Dretske o seguinte contraste à proposição ‘x é um pato Gadwall’ pode ser ‘x é uma águia’. Se o corpo evidencial de S não é capaz de fazê-lo crer, sob boas condições observacionais, que há um Gadwall diante de si ao invés de uma águia, então S não sabe. O subconjunto CR, todavia, não é estável. Ele pode sofrer variações tanto em relação ao mesmo sujeito como em relação a sujeitos diferentes que tem a mesma proposição como objeto de conhecimento⁶⁶.

Para o cético, como vimos no início desta sessão, uma das condições para que S saiba que p é que ele seja capaz de excluir todas alternativas contrárias à verdade de p. Isto é o mesmo que dizer que para o cético as diferenças criadas por Dretske entre CC e CR são artificiais. De acordo com as exigências cétricas CC e CR são iguais, pois, para o cético todas as alternativas são relevantes. Deste modo apelar para CR pareceria arbitrário. Dretske argumenta que isto é um erro. Afirmar que todas alternativas são relevantes seria o mesmo que sacramentar o argumento cético que conclui pela impossibilidade do conhecimento.

Apesar da plausibilidade da acusação cétrica, Dretske parece estar disposto, quase que dogmaticamente, a reafirmar que essa exigência cétrica é muito exagerada. Como este filósofo afirmou, nossa rejeição das hipóteses cétricas não é apenas uma questão de intolerância prática. Dretske está convencido de que o apelo às alternativas relevantes parece capaz de minar a força intuitiva das

⁶⁵ Esta sugestão pode ser vista já no texto de 1970. Lá a sugestão é que o fechamento (penetratividade) está circunscrito às alternativas relevantes. Ou seja, que P está fechado sob implicação com aquelas alternativas em que ela penetra.

⁶⁶ O seguinte diagrama ilustra o que Dretske tem em mente:



(DRETSKE 2002, p. 545).

hipóteses aventadas pelo cético. Com efeito, para que sua pretensão filosófica não continue a soar demasiado arbitrária Dretske nos dá uma definição que visa desfazer esse aparente mal entendido acerca do entendimento das alternativas relevantes que nos empurram diretamente para a aceitação das conclusões céticas.

Segundo Dretske uma alternativa relevante q para p não é apenas uma alternativa para a qual se tenha 'razões positivas' para aceitá-la como sendo o caso, uma vez que fatores alheios a S , tais como falsos cenários ou ambiente inadequado poderiam fazer com que uma alternativa se tornasse relevante, como se viu através no caso do falso celeiro de Goldman. Claro que se isso fosse suficiente as alternativas céticas estariam devidamente enfraquecidas, já que em alegações ordinárias supostamente não temos qualquer razão positiva para pensar que as hipóteses céticas possam ocorrer. Alguns contraexemplos de tipo Gettier (se forçarmos um pouco) nos mostrarão casos em que não temos qualquer razão para pensar que alternativas q sejam o caso, mas que, com efeito, por razões desconhecidas para S o privaria do seu putativo conhecimento. Posso, por exemplo, não ter qualquer razão positiva para duvidar de que o tomate que apanhei displicentemente no cesto do supermercado seja um tomate real. Não tenho qualquer razão para pensar que ele não é um simulacro engenhosamente fabricado com parafina para que se pareça com um tomate real. Logo, tal alternativa apareceria, ao menos a Dretske, como irrelevante. Se é irrelevante, segundo o que é assumido pelos relevantistas, não precisa ser excluída para que S saiba. Imaginemos que eu esteja de posse de um tomate real (ele apresenta perfeitamente bem todas as suas características distintivas, ou seja, todas as propriedades organolépticas). Mas parece que, a despeito de não ter razões para considerar tal tomate como um simulacro, a presença real de vários simulacros de tomate no cesto em que acidentalmente apanhei o único tomate real é o suficiente para fazer com que minha crença p "o objeto x que tenho em mãos é um tomate" não conte como conhecimento. O apelo às evidências que S dispõe parece oferecer um modelo insatisfatório para o que deve contar como critério de relevância para uma alternativa a p .

Ao negar que a evidência disponível para o sujeito do conhecimento seja capaz de, por si só, estabelecer um critério adequado de relevância Dretske parece assumir explicitamente uma postura externalista em sua abordagem relevantista. Certos fatos objetivos e alheios ao arsenal evidencial de S podem fazer com que

certas possibilidades alternativas sejam relevantes e alijem, em certos casos, o conhecimento atribuído a S. Dretske afirma, então, que a diferença entre uma alternativa relevante e uma alternativa irrelevante,

Reside, não no que nós *consideramos* como uma possibilidade real (mesmo que racional ou não), mas no tipo de situação que realmente existe na situação objetiva. [analisando o seu caso do observador de aves, diz Dretske] Se ou não nosso observador de aves sabe que a ave que ele vê é um Gadwall depende de se ou não, em algum sentido objetivo, poderia ser um mergulhão parecido [com o Gadwall] (ou qualquer outra criatura similar). Se, como uma questão de fato, não há qualquer mergulhão, isto liquida a questão (that settles the matter). Ele sabe que é um Gadwall. Se existem mergulhões, mas devido a certas barreiras geográficas, eles estão confinados em seu habitat na Sibéria, então, mais uma vez, a possibilidade de a ave ser um mergulhão, embora permaneça uma possibilidade lógica, não é uma possibilidade [epistemicamente] relevante. Eles, os mergulhões, não podem migrar para o Meio-Oeste. [...] Mas, entretanto, se há mergulhões e eles podem migrar, apesar de não terem feito isso, então [...] temos uma possibilidade genuína, uma alternativa relevante. [...] [diante dessa nova alternativa, diz Dretske] Ele, portanto, não sabe que é um Gadwall. (DRETSKE 2002, p. 549).

O movimento realizado por Dretske ao estabelecer um critério objetivo de relevância visa eliminar possíveis problemas de um tratamento subjetivo (ou seja, que não dependa de fatores externos ao agente). Ele compartilha aqui a tese de que a impossibilidade factual de que a alternativa contrastante q seja o caso é um aspecto importante para a considerarmos uma alternativa irrelevante.

3.7. Avaliando a Teoria

A teoria de Dretske, apesar do seu caráter inovador, está susceptível a algumas ponderações. Palle Yourgrau (1983), por exemplo, critica a abordagem de Dretske sobre o fato de o que é relevante ser determinado pela possibilidade de ocorrência física no momento em que a alegação de conhecimento de que p é feita. Deste modo, afirma Yourgrau, no momento em que um mergulhão conseguisse praticar longos voos, S deixaria de saber que a ave que ele vê no lago é um Gadwall. Entretanto se o mergulhão perdesse subitamente tal habilidade para longos voos, S voltaria a saber. Mas, conclui Yourgrau, realmente o conhecimento de S de que ele vê um pato Gadwall não parece oscilar com a capacidade aeronáutica diária de um mergulhão na Sibéria.

O próprio caso paradigmático de Dretske, o caso da zebra, sofreria com sua abordagem objetiva da relevância. Imaginemos mais uma vez que o visitante do zoológico sabe que o animal que ele vê no cercado é uma zebra. A possibilidade de haver uma mula disfarçada é uma possibilidade real (isso efetivamente ocorreu no zoológico Marah Land na faixa de Gaza⁶⁷). Se por uma questão comercial, ou por ativismo *save the animals against war*, tais mulas fossem transportadas para o zoológico em que o visitante alega saber que Z, ele deixaria de saber, posto que há uma possibilidade objetivamente relevante. Mas se por qualquer motivo, a viagem das mulas disfarçadas fosse adiada, naquele momento o visitante do zoológico voltaria a saber que Z. Esses resultados são fortemente, ou assim nos pareceu, contraintuitivos.

A tentativa de Dretske de responder ao ceticismo enquadrando-o na categoria de alternativa irrelevante não é de todo malograda. Em que pese Dretske não ter conseguido explorar todas as intuições oriundas dos conceitos que ele próprio introduzira na discussão epistemológica, tais conceitos geraram frutos interessantes. A teoria Contrastivista do conhecimento de Jonathan Schaffer oferece uma excelente resposta ao ceticismo utilizando-se, basicamente, dos conceitos formulados por Dretske, como apresentaremos no quarto capítulo desta tese.

A postura teórica de Dretske, todavia, possui teses que são difíceis de sustentar, principalmente a tese de que o princípio de fechamento é inválido como um princípio geral de regulação do nosso conhecimento empírico. O PF possui um apelo intuitivo tão grande que, como afirmou Robert Nozick, lutar contra ele equivale a “uma vespa lutando contra um rolo compressor”, Dretske também admitiu que o fechamento “soa como um princípio eminentemente plausível” (DRETSKE 2014 p. 32). A negação do fechamento enseja também o que Keith DeRose batizou de conjunções abomináveis, algo como “eu não sei se sou um cérebro numa cuba sem mãos, mas eu sei que tenho mãos”. Dretske lembra aos filósofos que mais abominável e bizarro do que negar o fechamento é aceitar o ceticismo que dele deriva. Por isso, defendeu que, embora os custos da rejeição do fechamento fossem altos, “o único modo de preservar o conhecimento de verdades ordinárias [...] é abandonar o fechamento” (DRETSKE 2014 p. 32).

⁶⁷ Confira na reportagem de 08/10/2009 do site de notícias G1 em <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1334244-5602,00-ZOOLOGICO+DE+GAZA+USA+BURROS+PINTADOS+PARA+SUBSTITUIR+ZEBRAS+MORTAS.html>. Acesso em 15/06/2014.

A teoria de Dretske, em função do que dissemos, é considerada modesta. Contudo, apesar das limitações que a teoria das alternativas relevantes apresentou, cremos que uma resposta definitiva ao ceticismo que aqui enfrentamos passa por enquadrá-lo como irrelevante. Como, todavia, demonstrar a irrelevância das hipóteses céticas e resolver o problema ensejado pelo fechamento sem ser arbitrário ou sem lançar mão de hipóteses *ad hoc* é o desafio que enfrentaremos no próximo capítulo com a teoria contextualista de David K. Lewis. Diferente de Dretske, Lewis assumirá a validade do PF e, com isso, se comprometerá com uma epistemologia imodesta, isto é, defenderá que é possível saber que as hipóteses céticas são falsas, ao menos em alguns contextos de baixo padrão epistêmico.

4. CAPÍTULO III - DAVID LEWIS: CONTEXTUALISMO, RELEVÂNCIA e CETICISMO

Neste capítulo nos ocuparemos da teoria do conhecimento proposta por David Lewis. Este epistemólogo é importante porque traz um elemento novo à discussão que empreendemos até aqui. Sua abordagem teórica, além de acomodar as alternativas relevantes e defender o fecho epistêmico, proporá a dissolução do puzzle cético a partir da teoria contextualista. Lewis ainda proporá, assim como Dretske (1981), a infalibilidade do conhecimento, sem ceder ao cético. Para tal filósofo, assumir o caráter infalível do conhecimento não conduz ao ceticismo, ao contrário, é um dos modos de respondê-lo⁶⁸. Contudo, o que torna a teoria de Lewis digna de destaque é o fato de ela estabelecer regras de relevância.

Lewis compartilha da tese relevantista que diz que para S saber que p, a evidência de S deve excluir todas e somente aquelas alternativas relevantes para p. Com efeito, é o modo como ele propõe a eliminação das alternativas irrelevantes que merecerá maior atenção. Para Lewis a atribuição de conhecimento, quer para os outros quer para si mesmo, é sensível ao contexto e muda de acordo com as alternativas relevantes formadoras daquele contexto. Estas alternativas formam um domínio no qual todas as possibilidades em que $\sim p$ devem ser eliminadas para que S saiba que p. As possibilidades que se encontrarem fora desse domínio são consideradas irrelevantes, mas não podem ser excluídas pela evidência de S. Contudo, a despeito da nossa evidência não eliminá-las elas podem ser ignoradas. Se nossa evidência elimina as alternativas relevantes e nós ignoramos as irrelevantes de modo adequado (através do cumprimento das regras, as quais veremos no decurso deste capítulo), então S sabe que p. O modo, entretanto, pelo qual o domínio que rege as alternativas relevantes é alterado varia de acordo com o contexto em que p é proferida. O apelo ao contexto é fundamental para a teoria de Lewis. Por esta razão, antes de apresentar a teoria deste filósofo faremos uma breve nota sobre o contextualismo. Diremos o que é e em que consiste tal teoria.

⁶⁸ É preciso atentar para o modo como Lewis defenderá a infalibilidade do conhecimento. Ele não defenderá, desde já adiantamos, a infalibilidade absoluta do conhecimento, o que o levaria a assumir indelevelmente o ceticismo, mas um tipo restrito de infalibilismo. Por óbvio, se declinarmos da nova categoria proposta por Lewis e nos ativermos à velha dicotomia 'falibilismo' x 'infalibilismo', teremos que admitir que sua teoria estará mais próxima do falibilismo. Contudo, o contextualismo de Lewis visa, dentre outras coisas, se insurgir contra essa dicotomia.

4.1. Considerações sobre o Contextualismo Epistêmico

Quando falamos em teoria contextualista do conhecimento estamos, na realidade, nos remetendo a várias teorias distintas elaboradas por diversos filósofos. Não há apenas uma teoria que responda por este nome, o que há, com efeito, é um conjunto de teses gerais que servem de parâmetros a partir dos quais os epistemólogos partidários destas teses procuram dar conta dos problemas que afligem a epistemologia. Para dizer o que é o contextualismo epistêmico utilizaremos a definição oferecida por um dos mais populares defensores desta teoria, Keith DeRose.

Segundo DeRose, o contextualismo em epistemologia diz respeito a uma variedade de posicionamentos segundo os quais as questões relativas a conhecimento e justificação tem alguma relação com o contexto. Em resposta à pergunta: o que é o contextualismo? DeRose responde,

“Contextualismo” refere-se à ideia de que as condições de verdade, atribuição de conhecimento e negação de conhecimento de sentenças (sentenças na forma “S sabe que P”, “S não sabe que P” e variações relacionadas a tais sentenças) variam de certa maneira de acordo com o contexto em que são proferidas. O que varia é o padrão epistêmico que S deve satisfazer (ou, no caso de uma negação do conhecimento, falhe em satisfazer) para que tal proposição seja verdadeira. Em alguns contextos, “S sabe que P” requer, para a sua verdade, que S tenha uma crença verdadeira de que P e também esteja em uma posição epistêmica muito forte com relação a P, embora em outros contextos a mesma proposição possa requerer apenas, para a sua verdade, além da crença verdadeira de S de que P, que S satisfaça algum padrão epistêmico baixo. Assim, o contextualista permitirá que um falante possa dizer verdadeiramente que “S sabe que P”, enquanto outro falante, em um contexto diferente, onde os padrões mais elevados estão vigorando, possa dizer verdadeiramente “S não sabe que P”, embora ambos os falantes estejam falando sobre o mesmo S e o mesmo P, ao mesmo tempo. (DeRose 1999a, p 1-2 *grifo no original*)

A teoria contextualista do conhecimento, assim definida por DeRose, torna explícita a importância do contexto para uso correto do conceito de conhecimento. Com efeito, ainda longe de ser uma teoria consensual, o contextualismo se afigura como um dos tópicos mais discutidos na epistemologia recente. Seus defensores e

críticos vêm produzindo uma vasta literatura sobre este proeminente tema⁶⁹. Cumprido, outrossim, ressaltar que o contextualismo não esgota sua temática no campo da epistemologia. Trata-se de uma teoria ampla com desdobramentos em áreas importantes como a teoria da ação, ética e filosofia da linguagem. O próprio Lewis é um dos precursores deste viés filosófico. Suas ideias iniciais foram publicadas em um texto original intitulado *Scorekeeping in a Language Game* (1979).

Em 1979 Lewis ainda não estava tratando especificamente de conhecimento, mas de filosofia da linguagem. Seus argumentos, entretanto, lançaram as bases sobre as quais articulou seu texto epistemológico seminal *Elusive Knowledge* de 1996. O propósito de Lewis no texto de 1979 foi responder à tese semântica de Peter Unger sobre os termos absolutos, de como eram impossíveis de serem satisfeitos e como implicavam um ceticismo radical.

Segundo Lewis (1979) a dinâmica conversacional é regida por regras assim como um jogo. Algumas regras são constitutivas e outras são apenas regulativas. Em um jogo de xadrez, por exemplo, o movimento das peças é algo constitutivo do próprio jogo. Alguém que movimenta as torres em diagonal, o bispo em forma de L e os peões de forma lateral e aleatória não estará jogando xadrez, apesar de estar diante do tabuleiro e das peças. Mover as peças corretamente faz parte do que constitui o próprio jogo. Todavia, o fato de um dos jogadores jogar com as peças pretas ou o tempo de duração das partidas é algo apenas regulativo. Ao conjunto de regras, tanto as constitutivas quanto as regulativas, que compõem o jogo Lewis chama apenas de *score*. Doravante quando quisermos nos referir ao conjunto de regras que constituem e regulam um jogo utilizaremos esse termo.

Uma dinâmica conversacional, segundo Lewis, possui uma estrutura análoga. No jogo de xadrez temos elementos materiais como peças e tabuleiro, de sorte que fica mais intuitivo acompanhar o *scoring* do jogo. Em um jogo de linguagem os componentes são “entidades abstratas [...]. conjunto de proposições pressupostas, limites entre ações permitidas e não permitidas, ou assemelhados” (LEWIS 1979, p. 345). Ademais, o valor de verdade e a aceitabilidade de certos proferimentos dependem “dos componentes do *score* conversacional no momento da conversação em que foram proferidos” (*Ibidem*). A metáfora visa explicitar que o jogo é dinâmico e

⁶⁹ Para uma defesa do contextualismo ver DeRose (1992; 1995; 1999 e 1999a) e Cohen (1988; 1999). Para uma crítica ao contextualismo ver Sosa (1986; 2004) e Schaffer (2001; 2004, 2004a).

que, portanto, o *score* deve regular a evolução das etapas do jogo. Essa cinemática do *score* é regulada por regras específicas. Assim como no xadrez não se pode recuar os peões após ter realizado o movimento ascendente, e não se pode arbitrariamente recuperar as peças que já se encontram fora do tabuleiro, em um jogo de linguagem a cinemática funciona da seguinte maneira: “Se no tempo t o *score* conversacional é s , e se entre o tempo t e o tempo t' o curso da conversação é c , então no tempo t' o *score* é s' , onde s' e t' são determinados em certo modo por s e c ” (LEWIS 1979, p. 345).

Todo o esforço de Lewis em 1979 se concentrou em, ao traçar uma analogia entre um jogo (ele utilizou o baseball) e o jogo de linguagem, mostrar que as regras que regulam o *score* conversacional são regras de acomodação. Seu contextualismo orbita no entorno da tentativa de demonstrar como a acomodação regula os padrões que utilizamos para aferir a aceitabilidade e também as condições de verdade de certos proferimentos. Alguns proferimentos são tomados como verdadeiros, mas estão inseridos em um espectro de vagueza que deve ser estreitado, acomodado a partir do *score* contextual. Se o *score* ensejar um padrão muito alto o proferimento pode se tornar falso, ao passo que se o *score* contextual ensejar um padrão muito baixo, o proferimento pode ser verdadeiro. A delimitação da vagueza das proposições asseridas “é algo que depende do contexto. O que é suficientemente verdadeiro [true enough] em uma ocasião não é suficientemente verdadeiro em outra. Os padrões de precisão em vigor são diferentes de uma conversação para outra, e pode mudar no curso de uma conversação” (LEWIS 1979, p. 352).

Essas considerações de Lewis, como já mencionamos, visam enfrentar a concepção semântica de Peter Unger. Relembremos! Unger afirmou que uma consequência da utilização de termos absolutos é o ceticismo, já que tais termos possuem padrões de satisfação absurdamente exigentes. Imaginemos que você afirme que a rua onde você reside é plana. Você poderia se furtar de dizer que a bancada de mármore da sua cozinha é mais plana? Segundo Unger, dizer isso é afirmar uma inconsistência, já que não se pode dizer que alguma coisa é mais plana do que algo que já é plano. Essa é uma consequência direta da semântica dos termos absolutos de Peter Unger. Deveríamos conceder retroativamente, segundo Unger, que *realmente* minha rua não era plana. Do mesmo modo é possível encontrar algo mais plano que a bancada de mármore da cozinha. Esse movimento

ascendente ao infinito conduz indelevelmente ao ceticismo ferrenhamente defendido por Unger. Nas palavras de Lewis,

A resposta correta a Unger, eu sugiro, é que ele está mudando o *score* sobre você. Quando ele diz que a bancada é mais plana que a rua o que ele diz é aceitável somente sob a elevação nos padrões de precisão. Sob os padrões originais os buracos na rua são muito pequenos para serem relevantes [...]. Uma vez que o que ele diz requer a elevação dos padrões, os padrões de acomodação também se elevam. Então não é mais suficientemente verdadeiro que a rua é plana. O que não altera o fato de que *era* suficientemente verdadeiro *no contexto original*. “a bancada é mais plana do que a rua” dito sob padrões elevados não contradiz “a rua é plana” dito sob padrões não elevados, não mais do que “é de manhã” dito pela manhã contradiz “é tarde” dito à tarde. Unger não mostrou de modo algum que o novo contexto é mais legítimo do que o velho. Ele pode, na realidade, criar um contexto atípico em que dificilmente algo pode ser aceitavelmente chamado de “plano”, mas ele não lançou, desse modo, qualquer descrédito sobre o contexto mais usual em que baixos padrões de precisão estão em voga” (*Idem*, p. 353).

Nesta longa citação podemos ver o núcleo duro da estratégia contextualista de Lewis. A ideia é que cada contexto de proferimento evoca um padrão de avaliação para esse proferimento. O padrão é regulado pelas regras de acomodação e a alteração nesses padrões altera o *score*. O que equivale a dizer que ao comparar proposições assimétricas, dado que proferidas a partir de *scores* diferentes, Unger faz uma jogada inválida⁷⁰. Ainda nos referindo ao excerto acima percebemos a inserção de outro elemento importante da teoria do conhecimento desenvolvida por Lewis em 1996, a saber, que o que é relevante para afetar as condições de verdade de um proferimento é contextualmente estabelecido.

A importância do contexto é muito significativa, pois é ele quem determinará, dentre outras coisas, quais alternativas são relevantes e quais devem ser ignoradas. No senso comum de Moore, por exemplo, ao proferir, como ele o fez, que sabia com certeza que “aqui está uma mão” e “aqui está outra” enquanto olhava para suas próprias mãos, sob boa luz e sem influência de drogas, o contexto lhe garantia que o que ele dizia era verdade. Naquele contexto as hipóteses céticas estavam sendo ignoradas, já que se configuravam como irrelevantes. Lewis defende que “o limite entre a possibilidade relevante e a ignorada é um componente do *score* conversacional” (LEWIS 1979, p. 354). O cético pode inserir possibilidades até então

⁷⁰ Para conferir uma nota acerca do alcance e eficácia da *regra da acomodação* de Lewis (1979) contra o ceticismo, ver: Keith DeRose (1999b p. 187-90).

ignoradas por Moore, sobre sonhos filosóficos e cérebros numa cuba. Uma vez que essas possibilidades entram no jogo alteram o *score* inicial, e junto com isso, alteram as condições de verdade do senso comum mooreano. Lewis insiste, reforçando seu viés contextualista, que Moore “não estava de modo algum errado quando alegou conhecimento infalível. O que ele disse era verdade com relação ao *score* que vigorava até então” (LEWIS 1979, p. 355).

Se as intuições contextualistas, tal como apresentadas acima, são sólidas o suficiente para nos convencer a aceitá-la sem reservas é uma questão que deixaremos em aberto para que o nosso leitor decida. Contudo, pincelar esses elementos foi importante para apresentar o *background* da teoria do conhecimento de Lewis.

Nosso objetivo aqui, sendo mais específico, será (i) observar se a teoria de David Lewis consegue oferecer um tratamento adequado da relevância epistêmica (ii) mostrar como é feita a exclusão de alternativas e, principalmente (iii) avaliar a resolução contextualista do puzzle cético. Um dos desafios de Lewis será o de oferecer um critério de relevância que não seja *ad hoc*. O maior percalço da TAR, defendida por Dretske e discutida no capítulo anterior, parece residir, justamente, na aparente arbitrariedade com que certas alternativas foram classificadas como irrelevantes. Para realizarmos nossos objetivos neste capítulo escrutinaremos o clássico artigo de Lewis *Elusive Knowledge* de 1996. Este texto tornou-se particularmente influente por sua sofisticação e clareza expositiva. É sobre ele que discorreremos nas seções seguintes.

4.2. Conhecimento Infalível e o Apelo ao Contexto

Lewis começa seu *Elusive* aludindo à tese disseminada em nosso senso comum de que temos um conhecimento abundante. Conhecemos muitas coisas e duvidar seriamente disso parece inadequado, um absurdo. Depreende-se da visão do senso comum que a aquisição de conhecimento parece uma coisa banal. Nosso filósofo afirma ser um fato ‘mooreano’ sabermos muito. Ou seja, é “uma daquelas coisas que sabemos mais do que as premissas de qualquer argumento filosófico contrário” (Lewis 1999, p. 220). Todavia, apesar do fato de que sabemos muitas

coisas, quando entramos na epistemologia⁷¹ nos deparamos com um argumento cético convincente de que sabemos muito pouco ou quase nada. Eles são articulados de tal modo que conseguem colocar em suspensão até mesmo nosso conhecimento mais trivial, nosso conhecimento mais ordinário. Segundo Lewis não há qualquer novidade ou extravagância no argumento cético. O que o cético parece dizer é que “conhecimento deve ser infalível por definição. Se você alega que S sabe que p , e você concede que S não pode eliminar certas possibilidades em que não- p , certamente parece que você admitiu que S não sabe que p , no final das contas.” (Lewis, 1999. P. 220-1). Se o cético estiver correto em sua tese, então S sabe que p se e somente se a evidência que S dispõe para p elimina ‘todas’ as possibilidades de erro. Soa estranho para Lewis falar em conhecimento a despeito de possibilidades não eliminadas de erro.

O argumento cético em prol da infalibilidade do conhecimento afeta diretamente nossas pretensões iniciais de conceder que temos muito conhecimento ordinário. Claramente o tipo de conhecimento ordinário é do tipo falível, isto é, do tipo que deixa inúmeras possibilidades de erro não eliminadas. Em epistemologia o “falibilismo é a doutrina de que alguém pode saber que p , apesar de sua evidência para p ser logicamente consistente com a verdade de $\sim p$ ” (STANLEY 2011 p. 343). A evidência que S possui para a crença de que “há um livro sobre a escrivãzinha” pode ser capaz de excluir a possibilidade de que seja um jarro, um computador ou copo que esteja sobre a escrivãzinha, mas claramente não é capaz de excluir a possibilidade de que seja um simulacro de livro construído engenhosamente pra enganar a quem o vê. Nossas inclinações epistêmicas ordinárias parecem sucumbir ao argumento cético, o que nos leva à indigesta conclusão de que não sabemos tanto quanto imaginamos comumente.

Se olharmos com atenção ao nosso redor, encontraremos inúmeras possibilidades de erro não eliminadas. Se deixarmos nos guiar por nossas ‘fantasias paranoicas’, como diz Lewis, ironicamente, e imaginarmos conspirações enganadoras, cérebros em cubas tendo ilusões às quais julgam reais, concluiremos que não temos conhecimento, ou ao menos que não o temos de modo infalível.

Lewis proporá um caminho alternativo entre o falibilismo (isto é, a ideia de que é possível conhecer apesar das inúmeras possibilidades não eliminadas pela

⁷¹ Isto é, “quando fazemos um estudo filosófico sistemático do conhecimento” (Lewis 1999. P. 220).

evidência do agente epistêmico) e o ceticismo. Ele defenderá que conhecimento é infalível, ou seja, que quando S sabe que p, todas as possibilidades de erro, possibilidades em que não-p, são eliminadas. Mas como isso será feito sem assumirmos o que ele denominou de ‘paranoia’ epistêmica?

A tensão na qual Lewis está no meandro é colocada deste modo:

Nós sabemos muito; conhecimento deve ser infalível; Todavia, nós temos conhecimento falível ou nenhum (ou quase nenhum). Nós estamos presos entre a cruz do falibilismo e a espada do ceticismo⁷². Ambos são loucuras. [...] Ainda assim, o falibilismo é uma loucura menos inoportuna. Exige correções menos frequentes ao que queremos dizer. Portanto, se tenho de escolher, escolho o falibilismo. [...] Mais vale o falibilismo do que o ceticismo; mas seria melhor ainda evitar a escolha. Penso que podemos. Ficaremos de maneira alarmante perto da cruz, e também de maneira alarmante perto da espada, mas se nos movermos com cuidado, podemos [...] escapar dos dois. (Lewis, 1999. P. 221).

Essa citação acima nos dá uma pista de como Lewis resolverá o problema do fechamento. Lewis explicará a infalibilidade do conhecimento por via do contextualismo. Ele argumentará, como veremos, que ‘todas’ as possibilidades que devem ser eliminadas pela evidência de S estão restritas a certo domínio, estão indexadas a um dado contexto. A vantagem da sua abordagem contextualista é o fato de poder dar uma resposta plausível do por que sabemos tanto em um contexto ordinário (se é que, de fato, sabemos nesse contexto de baixos padrões epistêmicos), e quase nada em um contexto filosófico (de padrões elevados).

Talvez a responsável pela nossa carência de conhecimento seja a própria epistemologia. Pois, se a atribuição de conhecimento se dá a partir de padrões estabelecidos contextualmente e a epistemologia é um contexto em que o padrão para conhecimento é altíssimo, então parece que a epistemologia comete uma autossabotagem e destrói seu próprio objeto de investigação. Pois, se em nosso cotidiano com baixíssimos padrões epistêmicos nós sabemos muito é por que lá não estamos fazendo epistemologia. Acerca disso Lewis afirma:

A epistemologia poderia ser a culpada [pela destruição do conhecimento]. Este extraordinário passatempo poderia nos roubar o conhecimento. Poderíamos saber muito em nossa vida cotidiana; mas quando olhamos duramente para o conhecimento ele se vai.

⁷² A expressão original é “between the rock of fallibilism and the whirlpool of scepticism”.

Mas somente quando o olhamos mais duramente do que o fazemos de modo sensato no cotidiano; Somente quando nós deixamos queimar as nossas fantasias paranoicas. É quando somos forçados a admitir que temos conhecimento falível ou nenhum. (Lewis 1999, p. 221).

Se esta suspeita procede, então, Lewis deve explicar através de qual mecanismo a epistemologia destrói nosso conhecimento. E por que, então, ele é elusivo. Para explicá-lo nosso autor fará uso do conceito chave das teorias contextualistas, a indexicalidade, ou contexto-dependência.

4.2.1. Contexto-Dependência

Dizemos que uma palavra ou conceito possui a propriedade de ser sensível ao contexto quando seu significado é determinado, ou se deve parcialmente, ao contexto em que fora proferida. Exemplos simples de termos contexto-dependentes são os pronomes pessoais (eu, ele), pronomes dêiticos (aqui, ali) e advérbios de tempo (hoje, agora, amanhã). Existem outros termos em que a contexto-dependência é menos clara, ou mais sutis, como no caso dos adjetivos. Vejamos o caso do adjetivo 'grande'. Digamos que alguém profere as seguintes sentenças:

- (i) A agulha é grande.
- &
- (ii) O avião é grande.

O padrão utilizado para determinar o quão grande é cada objeto varia de uma atribuição para outra. Não podemos utilizar a mesma medida para determinar a grandeza de uma agulha e de um avião. Mas, há de se concordar que em domínios específicos cada sentença é perfeitamente legítima e o termo 'grande' foi utilizado corretamente em ambas as ocasiões. As regras que regulam a atribuição do adjetivo 'grande' em (i) são claramente distintas das que utilizamos para determinar (ii). Como salienta Lewis "Diferentes contextos evocam diferentes padrões de avaliação" (1999, p. 221).

Vamos ilustrar a ideia de contexto-dependência a partir do clássico da literatura inglesa *Travels into Several Remote Nations of the World* do irlandês Jonathan Swift. No Brasil o livro é conhecido como *As Viagens de Gulliver*. Neste

livro, Swift conta a história das passagens de Gulliver por vários, e diferentes, países. Um dos países visitados por Gulliver foi a ilha de *Lilliput* cuja população era composta por homens minúsculos. Lá ele era considerado um gigante. Em outro país, *Brodbingnag*, a população era composta por pessoas enormes. Era o país dos gigantes. Lá, obviamente, Gulliver era considerado muito pequeno. Em ambas as localidades a estatura do viajante criado pelo escritor irlandês era a mesma. O que então fez com que ele fosse considerado gigante em um lugar e minúsculo no outro? A resposta é que cada localidade, isto é, cada contexto, utiliza um padrão atributivo distinto para determinar o quão grande e quão pequeno são os seus habitantes. Podemos afirmar verdadeiramente, sem contradição, acerca de Gulliver, que ele é gigante e minúsculo a depender de quem lhe atribui tal conceito. Essa parece ser a intuição básica dos filósofos contextualistas dos quais Lewis é um dos mais proeminentes, como expusemos nas considerações sobre o contextualismo no início deste capítulo.

Para Lewis, conhecimento é um conceito que pode ser compreendido como possuindo esta propriedade, qual seja, a contexto-dependência. Se esta afirmação é verdadeira acerca do conhecimento fica fácil de visualizar por que sabemos muito no contexto cotidiano e nada, ou quase nada, no contexto filosófico. Este fato se dá a partir da alteração dos padrões epistêmicos. Lewis afirma acerca desta propriedade do conceito de conhecimento, que

Talvez atribuições de conhecimento sejam sutilmente contexto-dependentes e talvez a epistemologia seja um contexto que as tornam todas falsas. Então a epistemologia seria uma investigação que destrói seu próprio objeto de estudo. Se é assim, o argumento cético poderia ser impecável quando nos engajamos na epistemologia, somente aí então. (Lewis, 1999, p. 222).

Segundo Lewis nosso engajamento na epistemologia compromete nossas pretensões epistêmicas mais patentes, a saber, ganhar conhecimento. Mas como a epistemologia destrói o conhecimento? Para respondermos devemos saber qual dos elementos que o compõe é o responsável pela contexto-dependência, já que é a partir da mudança nos padrões contextuais que perdemos conhecimento.

Tradicionalmente, afirma Lewis, a justificação⁷³ tem sido apontada como o elemento responsável pela sensibilidade do conhecimento. Sendo assim, sabemos muito em um contexto de baixo padrão por que a justificação exigida aí é facilmente alcançada. Todavia, em um contexto exigente, como na epistemologia, o padrão requerido para a justificação é tão elevado que nunca, ou quase nunca pode ser atingido. Tradicionalmente se S não dispõe de justificação, então não tem conhecimento. Talvez seja pela elevação da exigência nos padrões justificacionais que a epistemologia destrói o conhecimento.

Essa tese é combatida por Lewis porque para esse filósofo a justificação⁷⁴ não é o elemento distintivo do conhecimento. Para este epistemólogo a justificação nem é necessária e nem (mesmo acrescido à crença verdadeira) suficiente para se ter conhecimento. Quanto à necessidade da justificação nosso filósofo sugere que pensemos em situações tais como reconhecer uma determinada pessoa a partir da visão do rosto dela. Vemos um sujeito X vindo em nossa direção e dizemos se tratar de João. O método que utilizamos para fazermos isso pode nos ser inteiramente desconhecido. Se questionado posso responder que não sei como faço isso. Mas, toda vez que estou diante do estado de coisas X formo a crença “João está diante de mim”. Alternativamente posso ter tido em algum momento consciência das razões que me levaram a reconhecer X como João, mas eu simplesmente as esqueci por completo. Ainda assim, sei que o objeto X diante de mim é João, sem justificação. Se posso ter conhecimento sem justificação é por que ela não é de todo necessária.

Em favor da insuficiência da justificação para o conhecimento Lewis nos mostra os casos de Gettier e o caso da loteria. Nos já consagrados casos de Gettier a crença justificada de S de que p é apenas acidentalmente verdadeira, o que faz com que S não saiba que p. Já nos casos envolvendo loterias nós podemos ter uma justificação em nível muito alto e não termos conhecimento. Imagine que Pedro, um apostador inveterado, ao comprar um bilhete de uma loteria honesta formule a

⁷³ O termo “justificação” está sendo empregado aqui no sentido tradicional. Ou seja, como sinônimo de razões disponíveis para o sujeito epistêmico, ao crer que p. Talvez Stewart Cohen (1999), seja o mais explícito defensor dessa tese.

⁷⁴ Na nota de número 2 do *Elusive Knowledge* Lewis deixa claro que se entendermos o termo ‘justificação’ como aquilo que transforma a crença verdadeira em conhecimento, sem considerar que ela envolva argumentos que sejam suportados por razões, não haverá problemas em utilizar o termo. Para todos os efeitos, tenhamos claro que quando Lewis falar em justificação o que ele tem em mente é que nossa crença verdadeira possui um justificador, mas fica em aberto a questão do que seja tal justificador. Devido às inclinações externalistas de Lewis podemos pensar ‘justificador’ em termos de procedimentos confiáveis de geração e manutenção da crença de S de que P.

crença de que vai perder. A loteria em questão possui 10 milhões de bilhetes e apenas um será sorteado. Deste modo a crença de Pedro de que vai perder está altamente justificada, mas, a despeito disso, Pedro não sabe que vai perder, já que no final das contas ele pode estar de posse do bilhete vencedor. Segundo Lewis “a ligação entre conhecimento e justificação deve ser quebrada” (1999, p. 222).

Se a ligação histórica entre justificação e conhecimento for abandonada então é falso que a epistemologia destrói conhecimento por exigir padrões inatingíveis de justificação. A proposta de Lewis, como veremos nesta seção, estará ancorada na ideia de alternativas relevantes que serão estabelecidas contextualmente. Mas não entraremos nessa questão agora. Passaremos agora à parte propositiva de Lewis, isto é, apresentaremos sua proposta de análise do conhecimento e veremos como ele harmoniza conhecimento com infalibilidade. Ou seja, como sua proposta infalibilista de análise do conhecimento impede (já que é a isto a que se pretende) a instauração do ceticismo.

4.3. Proposta de Análise do Conceito de Conhecimento

Lewis já houvera avisado que andaria com cautela entre o falibilismo e o ceticismo (que exige a infalibilidade para conhecimento). Por isso, ao se perguntar se uma epistemologia infalibilista culminaria em ceticismo sua resposta é taxativa: não, absolutamente. Para este filósofo, um “sujeito *S* sabe a proposição *p* se, e somente se, *p* ocorre em toda a possibilidade não eliminada pela evidência de *S*; de maneira equivalente, se, e somente se, a evidência de *S* elimina toda a possibilidade na qual não-*p*” [em que *p* é falsa] (LEWIS 1999, p. 222-3).

A definição de Lewis é caracterizada como infalibilista por observarmos que ele exige que a evidência de *S* elimine ‘todas’ as possibilidades de erro, ou seja, possibilidades em que não-*p*. Até o momento Lewis parece concordar com o que ele chamou de exigência cética. Mas, por que sua proposta não é cética? Como é possível para a evidência de *S* eliminar ‘todas’ as possibilidades em que não-*p*?

4.3.1. Evidência e Eliminação de ‘todas’ as Possibilidades

A abordagem de Lewis propõe que a eliminação das possibilidades deve ser evidencial. Para Lewis não é o conteúdo proposicional de p que elimina as possibilidades Ws (onde W representa o conjunto de todas as possibilidades em que não- p), mas é a própria evidência E quem realiza esta eliminação. Lewis nos lembra que o conteúdo proposicional de p pode ser falso no final das contas. O filósofo é enfático ao afirmar que:

[...] é a existência da experiência $[E]$ que conflita com W : W é uma possibilidade em que o sujeito não tem a experiência E . [...] Deixe E ter o conteúdo proposicional p . Suponhamos ainda [...] que E seja completamente caracterizado por p . Então eu digo que E elimina W se e somente se W é uma possibilidade em que a experiência e memória do sujeito tem conteúdo diferente de p . (1999, p. 224)

Como pudemos observar na citação acima, Lewis concebe eliminação pela evidência de modo que o percepto gerado pelo estado de coisas P^* caracterizado por E , ele mesmo, já elimine as possibilidades W . Isto equivale dizer que se W então $\sim E$. Mas, há certas possibilidades que não são eliminadas pela evidência de S . Afirma Lewis acerca disto, “uma possibilidade W não é eliminada se e somente se a experiência perceptual e memória do sujeito em W corresponder exatamente à experiência e memória dele na realidade” (1999, p. 224). Ou seja, em casos de engano sensorio massivo, e também em casos de tipo Gettier, W é indistinguível evidencialmente de p . Em termos goldmanianos a evidência não elimina possibilidades geradas por *perceptos equivalentes*⁷⁵. A evidência perceptual de S que gera a crença p “há um celeiro ‘real’ diante de mim” (para utilizarmos o exemplo de Goldman) equivale perceptualmente à evidência de S se ele estivesse diante de um falso celeiro construído engenhosamente para se parecer com um celeiro ‘real’⁷⁶. Neste caso para Lewis, bem como para Goldman, a evidência E de S não elimina W .

A proposta infalibilista de Lewis afirma que para que S saiba que p , a evidência de S deve eliminar ‘todas’ as possibilidades W . Mas, vimos que certas possibilidades não são eliminadas pela evidência de S . Então, devemos nos atentar para o que Lewis tem a dizer acerca do quantificador ‘todos’ presente em sua

⁷⁵ Para um tratamento completo da equivalência perceptual ver Goldman (1987 p. 274-275).

⁷⁶ Não estamos nos comprometendo aqui com a tese falsa de que a percepção do falso celeiro é igual a percepção do celeiro real. Ambas são equivalentes por serem qualitativamente indiscerníveis.

proposta de análise do conhecimento, posto que aqui ele apresenta sua tese contextualista.

Para Lewis “um idioma de quantificação como ‘todos’ normalmente é restrito a algum domínio limitado” (1999, p. 225). Quando utilizamos o termo ‘todos’ estamos, geralmente, indexando tal termo a algum contexto determinado. Nosso filósofo ilustra o que pretende com um exemplo.

Se digo [que] todos os copos estão vazios, então está na hora de outra rodada. Sem dúvidas eu e meus ouvintes estamos ignorando muitos de todos os copos que existem em todas as partes do mundo durante todo o tempo. Eles estão fora do domínio. Eles são irrelevantes para a verdade do que foi dito. (Lewis 1999, p. 225).

Ao afirmar que ‘todos’ os copos estão vazios, Lewis pretende que este quantificador esteja circunscrito a um domínio muito restrito, a saber, os copos que estão sobre a mesa. É a este domínio que devemos nos atentar. Esta manobra permite a Lewis restringir o contexto de significado do quantificador ‘todos’. É nesta observação acerca da restrição semântica do quantificador ‘todos’ que reside a marca peculiar do contextualismo deste filósofo. O quantificador delimita contextualmente as alternativas relevantes que configuram o domínio em que o proferimento é realizado.

De acordo com Lewis, o quantificador universal presente de modo tácito em atribuições de conhecimento compartilha a mesma característica de restrição contextual. Dito de outro modo, Lewis traça uma analogia entre a variação semântica do quantificador ‘todos’ com a semântica do termo “saber/conhecer”. Do mesmo modo que ao dizermos em um bar que ‘todos’ os copos estão vazios estamos ignorando, de modo apropriado, muitos copos que existem, parece adequado a Lewis sugerir que em casos de atribuição de conhecimento é legítimo, ou apropriado, ignorar muitas das possibilidades não eliminadas pela evidência de S. As possibilidades não eliminadas que estejam fora do domínio em que tal quantificador foi atribuído “são irrelevantes para a verdade do que foi dito”⁷⁷ (Lewis, 1999, p. 225). Isto implica que S pode saber que p mesmo nos casos em que a evidência dele não exclui todo o conjunto *W*, desde que S esteja ignorando de modo

⁷⁷ Aqui já temos elementos teóricos para afirmar que para Lewis o elemento sensível ao contexto na atribuição de conhecimento não é a justificação, como já dissemos anteriormente, mas o próprio termo ‘saber/conhecer’ que, assim como o quantificador ‘todos’, projeta um domínio restrito de alternativas relevantes.

apropriado alguns subconjuntos de W (os subconjuntos das alternativas irrelevantes). Esta nova exigência, a de ignorar as alternativas relevantes, faz com que Lewis lance mão de uma cláusula a qual denominou *sotto voce* (voz baixa). Adicionando esta cláusula, a definição de conhecimento fica deste modo: “S sabe que p se, e somente se, a evidência de S elimina qualquer possibilidade na qual não- p – Psst!⁷⁸ – exceto aquelas possibilidades que são corretamente/propriamente ignoradas”. (Lewis 1999, p. 225).

Com esta nova definição Lewis traz para si algumas complicações filosóficas. Por exemplo, se ele não desenvolver de modo satisfatório a noção do que venha a ser ‘ignorar de modo correto/apropriado’ sua teoria se tornará epistemologicamente pouco atraente. Com isso em vista, Lewis se propõe a fazer o que nos parece haver de mais interessante em seu ensaio, determinar regras que nos digam o que podemos ou não ignorar corretamente. Isto é, Lewis nos dirá quais alternativas nós podemos propriamente ignorar, ou seja, quais alternativas são irrelevantes.

4.3.2. Cláusula *Sotto Voce* e Alternativas Relevantes.

Quais alternativas S pode corretamente ignorar? Quais possibilidades são alternativas relevantes? Essas perguntas são cruciais para a solidez da proposta de Lewis, e a resposta não é simples. Lewis nos apresenta um conjunto de regras que nos dizem o que nós podemos e o que não podemos propriamente ignorar. Ou seja, Lewis se empenha em um duríssimo trabalho de determinar a relevância das alternativas através de regras. Isso nos inclina a classificar a teoria de Lewis como um relevantismo de regras. Podemos classificar as regras propostas por este filósofo em três categorias: (i) regras proibitivas (ii) regras permissivas e (iii) restritivas.

As regras proibitivas nos dizem quais possibilidades nós não podemos propriamente ignorar. São elas: *A regra da realidade/efetividade*, *a regra da crença* e *a regra da semelhança*.

A Regra da Realidade/efetividade tem a função de assegurar a facticidade do conhecimento. Nunca se pode propriamente ignorar a possibilidade que efetivamente ocorre. Nas palavras de Lewis a “realidade é sempre uma alternativa

⁷⁸ Esta advertência ‘psst’ equivale a dizer que, se estamos ignorando uma alternativa não podemos mencioná-la no contexto original do proferimento sob pena de torná-la novamente relevante. Isso se tornará mais explícito quando tratarmos das regras de relevância.

relevante”⁷⁹ (Lewis, 1999 p. 225). Com efeito, qual é a realidade que não pode ser propriamente ignorada, a realidade do atribuidor ou a realidade do sujeito?

Geralmente atribuidor e sujeito estão na mesma realidade, mas pode haver casos em que isso não ocorre. Segundo Lewis quando estabelecemos questões modais sobre um sujeito, do tipo, o que S ‘poderia’ ter conhecido se tivesse assistido ao noticiário ontem? Atribuidor e sujeito estão em ‘mundos possíveis’ diferentes. A realidade do atribuidor é o mundo possível ‘hoje’, enquanto a realidade do sujeito é o mundo possível ‘ontem-se-tivesse-assistido-ao-noticiário’. Nesses casos o correto a ser respondido é que a realidade do sujeito, e não do atribuidor, é que nunca pode ser propriamente ignorada.

A segunda regra proibitiva é a *regra da crença*. Esta segunda regra nos diz que aquela possibilidade que o sujeito crê que ocorre (isto é, que crê ser real), não importa se ele está correto ou não, sempre conta e nunca pode ser propriamente ignorada. Também não pode ser propriamente ignorada uma crença que ele ‘deveria’ ter (dado suas evidências). As crenças, todavia, admitem graus. Cremos mais vivamente em certas possibilidades do que em outras. Então, podemos reapresentar a regra da seguinte maneira: “uma possibilidade não pode ser propriamente ignorada se o sujeito dá a ela, ou deveria dar, um grau de crença que é suficientemente alto” (1999, p. 227). E o quão alto é ‘suficientemente alto’ pode depender do que é que está em jogo⁸⁰. Ou seja, a situação do sujeito em t em um contexto específico é o que vai balizar o grau de exigência da crença. Todavia, apesar de Lewis listar dentre as proibições uma regra que regule a crença ele concede, por mais estranho que possa parecer, conhecimento sem crença. Isso, segundo ele, ocorre “no caso do estudante tímido que sabe a resposta, mas não confia que ele está correto, e não crê que ele sabe”⁸¹ (*Ibidem*).

A terceira proibição, e nos parece a mais importante apresentada até agora para a discussão acerca das alternativas relevantes, vem através da *regra da*

⁷⁹ Lewis nos lembra que tal regra é externalista, ou seja, “o sujeito mesmo pode ser incapaz de dizer o que é propriamente ignorado” (1999, p. 225).

⁸⁰ A crença na presença de um urso na janela do seu quarto é pálida e muito remota em Campina Grande-PB, mas vívida e muito presente na cidade de Churchill no Canadá. Na cidade canadense estima-se que há mais de 1000 ursos para uma população de aproximadamente 900 habitantes.

⁸¹ Isso soa altamente estranho em Lewis. O caso do menino tímido parece ser um caso em que o sujeito não sabe que sabe. Ele não crê que sabe. Isto é outra coisa. Ele não tem a crença reflexiva acerca do seu estado epistêmico. Mas se Lewis concede que ele sabe é por que já assume, de ante mão, que ele crê que a resposta é verdadeira. Para resumir, o caso apresentado por Lewis parece ser um em que S crê que P; S sabe que p, Mas, ~K (S sabe que p). O que S parece não ter é KK. O caso original pode ser lido em Colin Radford: *Knowledge - by Examples*. Analysis 27.1;1966 p. 2-3.

semelhança. Esta regra nos diz que não se pode propriamente ignorar uma possibilidade que é salientemente semelhante à possibilidade efetiva, àquela que é o caso. Esta importante regra nos permite, segundo o entendimento de Lewis, explicar por que S não sabe que vai perder no caso da loteria.

É fácil ver como a regra da *semelhança* lida com os casos lotéricos. Em uma loteria honesta, não importa quantos bilhetes ela contenha, a possibilidade B é salientemente semelhante à possibilidade B1, B2, B987... Ou seja, Todas as possibilidades são salientemente semelhantes, posto que para cada uma delas existe a possibilidade de ser sorteada. Se a evidência de S não é capaz de excluir uma delas, também não será capaz de excluir qualquer outra. Dada a *semelhança* entre as possibilidades, ou a evidência de S exclui todas ou nenhuma. Mas é impossível que todas sejam excluídas já que, no final das contas, um bilhete sairá vencedor.

Apesar do êxito desta regra em explicar o não conhecimento de S em casos lotéricos acreditamos que Lewis é otimista demais quanto ao alcance da *regra da semelhança*⁸². Notamos que esta regra é um pouco concessiva e se não estreitarmos seus limites ela poderá se tornar, inclusive, uma ferramenta cética. Se empreendermos pequenas mudanças graduais na realidade chegaremos às mais remotas possibilidades céticas. Deste modo, dada a *semelhança* entre tais possibilidades, não poderíamos propriamente ignorá-las. Lewis reconhece esta ameaça e ao invés de fechar esta lacuna presente em sua regra, nos pede uma concessão *ad hoc*. Diz Lewis:

Devemos aplicar a Regra da Semelhança com cuidado. Realidade é uma possibilidade não eliminada pela evidência do sujeito. Qualquer outra possibilidade *W* que é igualmente não eliminada pela evidência do sujeito assemelha-se, deste modo, à realidade em um aspecto saliente: a saber, em relação às evidências do sujeito. Isso será assim mesmo se *W* for, em outros aspectos, muito diferente da realidade - mesmo se, por exemplo, for uma possibilidade em que o sujeito é radicalmente enganado por um demônio. Claramente, não ousamos aplicar as Regras de Realidade e Semelhança para concluir que qualquer *W* é uma alternativa relevante – isto seria se render ao ceticismo. A Regra de Semelhança nunca foi concebida para se aplicar a *esta semelhança*! Parece que temos uma exceção *ad hoc* para a regra, embora aquela que faz todo o sentido tendo em vista a

⁸² Lewis acredita que esta regra pode resolver também o problema de Gettier, mas não estamos convencidos. Para ver o argumento anti-Gettier formulado por Lewis ver (LEWIS 1999, p. 228-229).

função da atribuição de conhecimento. O que seria melhor, no entanto, seria encontrar uma maneira de reformular a regra de forma a obter a necessária exceção, sem *ad hocidade*. Eu não sei como fazer isso. (1999, p. 227-8 sem itálico no original)

A expectativa gerada pela regra da semelhança e sua conseqüente não efetivação chega a ser frustrante. Essa é a confissão que o professor Jonathan Kvanvig faz no blog *Certain Doubts*⁸³. Seu post de 4 de abril de 2008 é intitulado *Frustração com “Elusive Knowledge”*⁸⁴. A regra da semelhança, segundo Kvanvig, é altamente dependente da noção de saliência/relevância, mas, diz ele, “não faço ideia do que Lewis quer dizer com isso”. Levantemos duas hipóteses acerca do que Lewis tem em mente ao falar de saliência/relevância: (i) saliência é uma característica psicológica, isto é, é saliente aquilo que é notado/percebido pelo sujeito e (ii) saliência é algo que está ligado ao caso, é uma característica intrínseca do caso.

Se saliência é entendida como (i) então tal noção parece ser desencaminhadora uma vez que em certos casos de Gettier (como o caso do relógio quebrado de Russell⁸⁵), o que torna a crença de S acidental é alheio a S, ou seja, o anulador do conhecimento de S não é saliente, neste sentido. Contudo, a realidade é uma possibilidade que não pode ser propriamente ignorada pela evidência de S. Portanto, o fato do relógio estar quebrado, embora não saliente para S, é uma possibilidade que não pode ser propriamente ignorada. Isso nos leva à compreensão da saliência/relevância como apresentada em (ii). Se entendermos saliência como algo relacionado ao fato, algo que lhe seja peculiar, então parece totalmente arbitrário excluir as possibilidades céticas, já que tais hipóteses são salientemente semelhantes ao fato em questão. A noção de saliência que é central para a regra da semelhança, ao que nos pareceu, é apresentada de maneira frouxa o que compromete seriamente os resultados pretendidos por Lewis. Em seguida, nosso

⁸³ http://el-prod.baylor.edu/certain_doubts/

⁸⁴ Kvanvig, Jon. *Frustration with “Elusive Knowledge”*. Posted on April 4, 2008 by Jon Kvanvig in *Certain Doubts* < http://el-prod.baylor.edu/certain_doubts/?p=812>

⁸⁵ Embora Russell tenha antecipado em 15 anos o famoso ensaio de Edmund Gettier (1963), já que seu livro *Human Knowledge* fora publicado inicialmente em 1948, sua forma de argumentar pode ser considerada retrospectivamente como um caso de tipo Gettier, ou um proto-caso de Gettier. O caso do relógio quebrado foi citado por Bertand Russell como um modo de expor o quão vago era o conceito de conhecimento. Ele afirmou que “‘Conhecimento’ é por vezes definido como ‘crença verdadeira’, mas esta definição é demasiado ampla. Se você olhar para um relógio que acredita estar funcionando, mas que na verdade está parado, e acontecer de você estar a olhar para ele no momento em que ele está marcando a hora certa, você irá adquirir uma crença verdadeira quanto à hora do dia, mas não pode ser dito correctamente que você tem conhecimento” (RUSSELL 2009, p. 91).

filósofo apresenta algumas regras permissivas, são elas: regra da confiabilidade, regra do método e regra do conservantismo.

Estas regras não nos ocuparão aqui, mas, de modo sucinto, o que elas dizem é quais possibilidades nós podemos pressupor propriamente. Salientamos que para Lewis (1999, P. 225) “pressuposição apropriada corresponde, claramente, a ignorância apropriada”. A regra da confiabilidade nos diz que, dentro de certos limites, podemos conceder que percepção, memória e testemunho são processos/procedimentos confiáveis de formação de crença. Isto quer dizer que podemos pressupor que eles trabalham sem problemas. E, portanto, podemos propriamente ignorar (anulavelmente, frise-se), a possibilidade de que eles falhem. Em seguida Lewis apresenta a regra do método. Tal regra nos diz que estamos autorizados (de modo anulável) a pressupor apropriadamente nos casos em que temos uma amostra que é representativa e pressupor que a melhor explicação disponível pela nossa evidência é verdadeira. Já a regra do conservantismo nos diz (mais uma vez, de modo anulável), que estamos autorizados a ignorar aquelas possibilidades que são normalmente ignoradas pela nossa comunidade epistêmica. Se certas possibilidades são comumente ignoradas pelos que nos cercam, por nosso contexto, então podemos ignorá-las de modo apropriado também⁸⁶.

A última regra apresentada por Lewis é uma restrição. Trata-se da *regra da atenção*. Tal regra nos diz que uma possibilidade não ignorada não pode ser propriamente ignorada. Isto quer dizer que se há certa possibilidade que sua evidência não elimina e que você não a ignora, mas ao contrário, dá-lhe atenção, então você não pode ‘propriamente’ ignorar tal possibilidade. Daí a importância do proviso ‘psst’.

Para Lewis, dar atenção a uma possibilidade não eliminada faz com que essa possibilidade se torne uma alternativa relevante. A atenção, nos parece, funciona como o termômetro da relevância. Em contextos ordinários não estamos dando atenção para inúmeras possibilidades, principalmente aquelas mais artificiais. Hipóteses céticas do tipo gênio maligno e cérebros numa cuba não parecem ser o tipo de possibilidades que temos em mente em alegações/atribuições de

⁸⁶ Com essas três regras permissivas, Lewis, de modo acertado nos parece, não abre mão de procedimentos epistêmicos importantes como a indução, abdução e testemunho como fontes legítimas do conhecimento.

conhecimento no cotidiano. Segundo Lewis o que evoca a atenção para certas possibilidades é o próprio contexto.

Contudo, em contextos epistêmicos, damos atenção a todas as contra-possibilidades, por isso a epistemologia é um lugar, satiriza Lewis, em que são rasgadas nossas 'fantasias paranóicas'. A epistemologia é um contexto paranóico, segundo Lewis, por que nele as mais remotas possibilidades recebem atenção. Em uma aula de epistemologia levamos a sério a hipótese do gênio maligno, e ao dar-mo-la atenção ela se torna relevante. Dada a sua relevância para esse contexto ela deve ser eliminada pela evidência de S. A evidência de S, contudo, é incapaz de realizar tal tarefa. Logo, para que S saiba seria necessário que ele pudesse propriamente ignorar tal possibilidade, o que é impossível dado à atenção que esta possibilidade requer em contextos especiais, como os da epistemologia.

Dar atenção a uma alternativa em um determinado contexto é o mesmo, para Lewis, que torná-la relevante. Isso fica explícito quando este filósofo afirma que,

Não importa quão artificial/remota possa ser certa possibilidade, não importa quão propriamente nós poderíamos tê-la ignorada em algum outro contexto. Se *nesse* contexto não estamos de fato a ignorando, mas dando atenção à mesma, então, para nós agora ela é uma alternativa relevante. (Lewis 1999, P. 230 *itálico no original*)

A ideia de relevância está estreitamente ligada à de atenção, como já pudemos observar. A essa altura fica claro para Lewis, como é que a epistemologia nos priva de conhecimento. Basta soltar a imaginação para encontrarmos possibilidades não eliminadas de erro em todo lugar. A diferença dos contextos ordinários para o contexto epistemológico é que no primeiro ignoramos muitas dessas possibilidades remotas de erro, ao passo que na epistemologia nós atentamos para as mesmas. A epistemologia seria, no final das contas para Lewis, um estudo das possibilidades ignoradas. Contudo, "investigar a ignorância [das possibilidades] seria *ipso facto* não ignorá-las" (1999, p. 231). Segundo Lewis é por isso que o conhecimento é elusivo, pois basta examiná-lo de perto para que ele evanesça.

Esta parece ser uma das regras, junto com a regra da semelhança, mais cruciais para se tratar do contextualismo relevantista de Lewis, já que, de algum modo, ela explica a razão de algumas alternativas se tornarem relevantes em um

contexto e irrelevantes em outro. Ou seja, explica por que certas alternativas podem ser propriamente ignoradas em um contexto e não em outros.

A grande questão com relação a regra da atenção é justamente definir, de acordo com Lewis, o que significa dar atenção a uma possibilidade. Por exemplo, o mero mencionar de uma possibilidade cética em um contexto ordinário faz com que S, que está nesse contexto, lhe dê a atenção devida a ponto de perder conhecimento? Existiria algum grau de atenção requerida em cada contexto, assim como há graus de crença? Lembremos que as sete regras de relevância funcionam como regras de acomodação.

Vejam um caso e testemos nossas intuições. Um sujeito S vai à feira e vê um tomate no cesto, deste modo S vem a saber que p “há um tomate no cesto”. Concedendo tudo que for necessário para um contexto ordinário, atribuímos a S o conhecimento de que p. Imaginemos que um filósofo cético que passava pela feira lhe apresente a seguinte possibilidade H “esta feira é um ambiente manipulado por um gênio ardiloso que faz com que creiamos estar diante de um tomate quando, de fato, vemos uma melancia”. Nesse contexto ordinário a menção dessa possibilidade cética seria capaz de fazer com que S lhe desse atenção, e viesse com isso a perder seu conhecimento de que p? Em contextos ordinários S poderia ‘dar com os ombros’ para essa hipótese e continuar ignorando-a. Todavia, para que S mantenha seu conhecimento de que p ele deve ignorar H de modo apropriado. Este é o problema, pois se o padrão de atenção requerido fosse também determinado contextualmente, poderíamos continuar a dizer que S sabe que p. Mas se o mero mencionar de uma hipótese cética transportar S do contexto ordinário para o filosófico, haja visto que tratamos aqui de contexto conversacional, então teremos que negar a S o conhecimento de que p. A sugestão de Lewis parece ser a de que a menção de hipóteses céticas em contextos ordinários transforma esses contextos, ao menos de modo temporário, em contextos filosóficos. Sendo assim, a regra da atenção explicaria o forte apelo intuitivo dos argumentos céticos. A manobra cética consiste, tão somente, em chamar a atenção para certas possibilidades não eliminadas pela evidência de S que, uma vez salientes, não podem ser ignoradas e, desse modo, não podem ser propriamente ignoradas. Basicamente, a manobra é transformar alternativas irrelevantes em relevantes através da menção às mesmas.

A cláusula *sotto voce* de Lewis parece sugerir a Lewis que a regra da atenção é trivial, já que ela pede um ‘psst’, isto é, que não se mencione aquelas possibilidades que estamos propriamente ignorando. Mas assumir esse proviso deste modo pode parecer arbitrário.

As regras listadas por Lewis, como vimos, tiveram a função de demarcar as fronteiras entre as possibilidades que podemos propriamente ignorar (as alternativas irrelevantes) daquelas que não podemos propriamente ignorar (as alternativas relevantes). Apesar do seu trabalho excelente parece que a falta de precisão na exposição das regras da atenção e da semelhança compromete sua teoria. Uma consequência direta da regra da atenção é que o mecanismo responsável pela mudança do contexto ordinário para o contexto cético se torna ‘maníaco’. É difícil conceber que pessoas conversando em uma fila de banco seriam transportados para outro contexto conversacional se uma hipótese cética fosse lançada naquele domínio. Essa discussão acerca do mecanismo responsável pela mudança contextual terá impacto direto na análise do princípio do fechamento realizada por Lewis, bem como impactará a resolução do puzzle cético.

4.4. Fechamento no Contexto e a Resolução do Puzzle Cético.

David Lewis é um filósofo que defende a validade do princípio de fechamento, ao contrário de Dretske, para quem o PF é inválido. Segundo suas próprias palavras, “se analisarmos o conhecimento [...] não podemos escapar à conclusão de que conhecimento está fechado sob (estrita) implicação” (Lewis, 1999 p. 235). Ele concorda com os defensores deste princípio que se S sabe que p, e S sabe que $(p \rightarrow \sim HC)$, então S deve saber $\sim HC$. A questão é que em contextos ordinários HC pode ser propriamente ignorado (já que a evidência de S não é capaz de eliminar HC), ou seja, em tais contextos HC é uma alternativa irrelevante⁸⁷.

Assim, em contextos ordinários S deveria saber $\sim HC$. Mas para que S saiba $\sim HC$ ele deve crer que $\sim HC$. Sendo assim, ao crer $\sim HC$, S passa a dar ‘atenção’ a

⁸⁷ Em um contexto ordinário S teria um conhecimento muito precário de que $\sim HC$, uma vez que não há evidência positiva para $\sim HC$. Seria um tipo de conhecimento por ‘ignorar apropriadamente’ a possibilidade irrelevante $\sim HC$. Por essa razão Lewis defendeu, em seu texto, que é possível atribuir conhecimento sem crença. Essa anomalia epistêmica seria, talvez, a única maneira de acomodar o conhecimento de $\sim HC$ em um contexto ordinário. Outra maneira pouco ortodoxa seria sugerir que o fechamento também fosse propriamente ignorado. Admitir essa possibilidade equivaleria a afirmar a irrelevância deste princípio. Este último caminho, entretanto, não é muito promissor e não pode ser acomodado pelo contextualismo.

tal alternativa e, com isso, ela deixaria de ser irrelevante. \sim HC parece ser um tipo de alternativa que não pode ser propriamente ignorada em qualquer contexto se o PF for válido, como Lewis sustenta. Esse possível problema é explicado por Lewis a partir da seguinte estratégia. Segundo este filósofo há uma mudança de contexto no meio do argumento que faz uso do PF. Quando dizemos em situações cotidianas que S sabe que p estamos utilizando um padrão, mas ao inserirmos HC o padrão é modificado no meio do argumento o que dá a impressão de que o princípio é inválido. Se quisermos utilizar sua antiga nomenclatura é como se o cético mudasse o *score* no meio do argumento. Para que o princípio se mostre válido, como defendido por Lewis, as alternativas relevantes que estruturam o contexto de proferimento devem manter-se fixas durante todo o argumento. O cético, nesse ponto, está equivocado e por esta razão, o puzzle desaparece. O correto a ser dito é que no contexto ordinário S sabe que p e sabe \sim HC e no cenário cético S nem sabe que p nem sabe \sim HC.

Lewis sustenta que se o padrão contextual fosse mantido, então S poderia vir a saber que \sim HC em contextos ordinários. Como isso ocorreria sem que S (em tais contextos) cresse que \sim HC, ou seja, que desse a devida ‘atenção’ a HC é o que Lewis deveria explicar. Uma alternativa deveria ser atribuir conhecimento sem evidência, mas isso converteria ignorância em conhecimento. Uma estratégia parecida foi proposta por Gail Stine (1976) em seu influente *Scepticism, Relevant Alternatives and Deductive Closure*. Segundo Stine, o fechamento é um princípio válido, mas para ela nem todo conhecimento requer evidência (assim como Moore em sua *Prova*), por isso afirma que “se a negação de uma proposição não é uma alternativa relevante, então eu a conheço – obviamente, sem precisar fornecer evidência” (STINE 1999, p. 153). Ela acrescenta que “se o cético tentar me persuadir a aderir à sua posição enfatizando minha falta de evidência contra sua hipótese, minha resposta apropriada é fazer ouvidos de mercador” (*Idem* p. 148).

Fazer ‘ouvidos de mercador’ para o cético seria uma estratégia pouco epistêmica, digamos, para não dizermos dogmática. O fato é que para Lewis, como já dissemos, segundo a regra da atenção, aquela possibilidade que não pode ser ignorada não pode ser propriamente ignorada. Há algo que nos incomoda nessa conclusão contextualista. O principal incômodo talvez seja a impossibilidade de acomodar conhecimento ordinário e a dúvida cética em um mesmo contexto. O

mecanismo de mudança de contexto é confuso e não parece resolver adequadamente o problema cético ensejado pelo fechamento.

Dretske, como vimos, tenta escapar ao puzzle negando a validade do fechamento. Ele defende que S sabe que p e nega que S possa saber a falsidade de HC. Lewis ao defender o fechamento se vê obrigado a afirmar que quando S sabe que p, S também sabe \sim HC, do mesmo modo que defende que quando S não sabe que \sim HC então S não sabe que p. Temos uma contradição gestada no ventre contextualista, já que tal teoria permite que S saiba que p e que S não saiba que p, que S saiba \sim HC e que S não saiba \sim HC. O problema aqui é tentar conciliar essas duas afirmações contraditórias com a validade do princípio de fechamento. Para Lewis, não há paradoxo algum, porque, S sabe que p é verdadeiro relativo a um padrão ordinário e é apenas relativo a esse padrão ordinário que S sabe \sim HC; S não sabe \sim HC é verdadeiro relativo a um padrão cético e é apenas relativo a esse padrão cético que S não sabe que p. Por esta razão, apesar do fechamento ser válido, as premissas não estão no mesmo jogo argumentativo. Há uma assimetria contextual e não observar essa distinção faz com que o cético se equivoque. Desse modo, o contextualismo de Lewis protege o conhecimento ordinário da dúvida cética. Lembremos, outrossim, que ao fixar as alternativas relevantes em um domínio ordinário, S sabe que p e sabe \sim HC. Contudo, em um contexto em que as hipóteses céticas são relevantes, nem S sabe \sim HC nem sabe que p. O problema, desse modo, é resolvido já que o cético fundamenta seu argumento em um equívoco semântico e epistêmico.

4.5. Avaliando a teoria

A tentativa de David Lewis de fornecer uma explicação satisfatória da relevância epistêmica através de regras nos parece um caminho promissor. A teoria esboçada por ele possui, a nosso ver, algumas vantagens frente à teoria de Dretske. A primeira delas é que sua teoria dá conta de explicar o forte apelo intuitivo das hipóteses céticas. Também logra êxito em explicar como certas alternativas que são irrelevantes em um contexto passam a se tornar relevantes em outro contexto. Com isso, Lewis parece ter dado conta, adicionalmente, do fato de termos muito conhecimento cotidiano e nenhum, ou quase nenhum, conhecimento filosófico. Além disso, ele consegue oferecer uma análise sofisticada do conceito de conhecimento,

sustentando o caráter infalível deste conceito, supostamente, sem ceder ao ceticismo.

Contudo, cremos que a solidez da sua teoria necessita de uma definição mais específica, principalmente, das regras da semelhança e da atenção. Como confessado por Lewis, sem aceitarmos uma exceção *ad hoc* da regra da semelhança ela pode servir aos propósitos céticos. Se não for delimitado o alcance desta regra podemos estar fornecendo uma poderosa ferramenta para o principal inimigo da epistemologia, o que seria altamente indesejável. Deve ser estabelecido até que ponto a semelhança entre alternativas as torna relevantes. Dizer que é o contexto quem estabelece tais limites nos parece muito vago. Por outro lado, uma aplicação radical da regra da atenção poderia tolher o conhecimento até mesmo em contextos ordinários. Ainda não ficamos convencidos se o conceito de conhecimento, tal como analisado por Lewis, pode ser atribuído até mesmo em contextos de baixos padrões epistêmicos sem que tenhamos de assumir, de antemão, a irrelevância das hipóteses céticas. Se o preço a ser pago pela manutenção do nosso conhecimento ordinário for a recusa *ad hoc* das hipóteses céticas a teoria deste filósofo estaria em uma situação pouco confortável.

Em uma análise de teoria de Lewis, Jonathan Schaffer (2004b) mapeou alguns pontos problemáticos que se escondem por baixo da superfície do seu contextualismo. O argumento geral do contextualista pode ser resumido nas teses abaixo:

- (i) Cenários céticos são irrelevantes em contextos típicos. Nesses contextos o padrão para conhecimento é muito baixo, de tal modo que “eu sei que tenho mãos” é verdadeiro.
- (ii) Cenários céticos tornam-se relevantes em contextos atípicos. Nestes contextos o padrão para conhecimento é tão alto que “eu sei que tenho mãos” é falso.
- (iii) “Conhecimento” é um termo relacionalmente absoluto que requer somente a eliminação de possibilidades contextualmente relevantes de falsidade. (SCHAFFER 2004b p. 142-143).

O contextualismo é acusado de tratar proposições como “Moore sabe que tem mãos” como uma alegação metalinguística sobre a verdade deste proferimento no

contexto⁸⁸. A acusação é a de que o contextualismo não realiza a descitação (*disquotation*) da metalinguagem para a linguagem objeto o que permite, em última análise, que a proposição “Moore sabe que tem mãos” possa ser considerada verdadeira ou falsa a partir da posição epistêmica do atribuidor e não do agente⁸⁹. Isso implicaria que a proposição “Moore sabe que tem mãos” possa ser ‘dita’ verdadeiramente em um contexto, apesar disso não acarretar (na linguagem objeto) o fato de que Moore saiba que tem mãos⁹⁰.

O contextualismo alega ser capaz de ‘desarmar’ o argumento cético, contudo, isso parece ser feito como complemento a um pluralismo (relativismo) epistêmico não cético. Podemos compreender pluralismo epistêmico a partir das seguintes teses:

- Existe uma relação de conhecimento K com pelo menos dois membros.
- K pode ser dividido em uma célula não cética [k_m], em que eu sei_m que eu tenho mãos, e a célula cética [k_s], em que eu não sei_s que eu não sou um cérebro numa cuba.
- Cada membro de K é fechado sob implicação conhecida (assim, uma vez que eu sei_m que eu tenho mãos, eu sei_m que não sou um cérebro numa cuba; e uma vez que eu não sei_s que eu não sou um cérebro numa cuba, eu não sei_s que tenho mãos).

Para Schaffer o que une o contextualismo ao pluralismo é, tão somente, a mudança de referência, como segue:

- “Conhecimento” muda de referência sobre os membros de K, e embora (i) “conhecimento” refira-se tipicamente a alguns membros de uma célula não cética [k_m], (ii) a consideração de cenários céticos faz “conhecimento” referir-se a alguns membros da célula cética [k_s]. (SCHAFFER 2004b p. 143 *adaptado*).

⁸⁸ O próprio Lewis é cômico disto. No parágrafo final do seu *Elusive* ele afirma “Poderia ter tido todo o cuidado para distinguir entre 1) a linguagem que uso quando falo sobre o conhecimento, ou seja lá sobre o que for, e 2) a segunda linguagem que uso para falar sobre as funções semânticas e pragmáticas da primeira linguagem. Se quiser ouvir a minha história contada desse modo, provavelmente sabe o suficiente para fazer você mesmo o trabalho. Se o conseguir, então a minha apresentação informal foi suficientemente boa”.

⁸⁹ Uma crítica às consequências epistêmicas do contextualismo do atribuidor e a defesa de um tipo de contextualismo do agente pode ser conferida em Stanley (2007; 2011).

⁹⁰ Para uma tentativa de resolver os problemas da descitação, aludido aqui, isto é, resolver o problema do aparente divórcio entre as condições de verdade do proferimento e as condições de verdade do agente (suas evidências, crenças etc.), ver Hawthorne (2004, págs. 101-103).

Para Schaffer não é o contextualismo quem fornece uma frente anticética, antes é o pluralismo que postula, sem qualquer referência a mudanças contextuais, que existe um tipo de relação ordinária K_m em que HC é irrelevante e podemos saber_m ~HC. A única tarefa do contextualismo no enfrentamento com o cético é o de “tentar explicar três consequências implausíveis do pluralismo (relativismo) epistêmico” (SCHAFFER 2004b, p. 145). A primeira é que S pode vir a saber ~HC. Gail Stine afirma que podemos saber ~HC sem evidência, já que HC é uma alternativa irrelevante (inefável) e, portanto, falsa⁹¹. Isto quer dizer que há uma defesa do conhecimento imodesto. A segunda consequência é a ignorância imodesta. Podemos não saber, em certas relações, que “aqui está uma mão”, “ali está uma árvore” nem mesmo que “meu nome é Luis”. Temos que concordar com Moore que isso é um absurdo⁹². A terceira consequência indesejável é ter que acomodar a aparente contradição entre a afirmação dogmática de que “eu sei que tenho mãos” com a afirmação cética de que “eu não sei que tenho mãos”. Lewis, como vimos, afirmou que a contradição é apenas aparente.

Talvez o que falte ao contextualismo para que ele se torne uma teoria mais completa é revisar uma pressuposição epistêmica canônica, a saber, a tese de que o conhecimento apresenta uma relação binária entre um sujeito S e uma proposição p, do tipo K_{sp} . Jonathan Schaffer defenderá a tese inovadora que pode acomodar as virtudes tanto da Teoria das Alternativas Relevantes de Dretske quanto do Contextualismo de Lewis. Da teoria de Dretske temos o *insight* valioso acerca do papel que o contraste desempenha na análise do conhecimento, bem como, o reconhecimento da modéstia epistêmica. Da teoria de Lewis temos a defesa do princípio de fechamento e a dissolução do puzzle cético. Schaffer alega que todos esses *insights* serão melhor compreendidos em uma teoria contrastivista do conhecimento. Uma teoria segundo a qual a relação do conhecimento é essencialmente ternária, de tal modo que requer um sujeito S, uma proposição p e

⁹¹ Ver outra defesa similar deste ponto em DeRose (1999b 208-210).

⁹² Jonathan Kvanvig, um neo-mooreano, chama atenção para um ponto polêmico, mas não muito explorado, do contextualismo. Segundo ele, seria oportuno, embora retoricamente desastroso, notar que as consequências epistemológicas do contextualismo apontam não apenas para um anticeticismo, mas também, para um ‘anti senso comum’. Nas suas palavras “Quando [o contextualismo] é retratado como uma visão anticética, ele ganha uma vantagem retórica na epistemologia contemporânea que faz com que quase todos nós nos juntemos ao coro. Quando ele é retratado como uma visão anti senso comum, no entanto, a agência de publicidade responsável pelas relações pública muda para uma postura de recusa obstinada: esta não é uma boa maneira de vender uma teoria no ambiente contemporâneo!” (KVANVIG 2008, p. 2).

um contraste q , do tipo $Kspq$. Vejamos se o contrastivismo consegue resolver o problema ensejado pelo argumento cético de modo mais intuitivo. É o que apresentaremos no próximo capítulo.

5. CAPÍTULO IV - O CONTRASTIVISMO EPISTÊMICO: A RESOLUÇÃO DO PUZZLE CÉTICO

Nosso objetivo nesse capítulo é enfrentar e desarmar o argumento cético (e resolver o puzzle) a partir da teoria contrastivista de Jonathan Schaffer. O propósito do contrastivismo é similar ao do contextualista, a saber, se esgueirar entre o falibilismo e o ceticismo. O modo como isso será feito e os mecanismos utilizados, contudo, serão sutilmente diferentes. O contrastivismo se orgulha de juntar o que há de melhor na teoria das alternativas relevantes de Dretske e do contextualismo de Lewis. A tese que será defendida aqui é inovadora, pois propõe enfrentar os problemas da agenda epistemológica a partir de um revisionismo epistêmico.

Às vezes quando enfrentamos um problema que parece insolúvel, como o problema cético, o que precisamos fazer é rever os postulados e os procedimentos adotados para resolvê-lo. Para tentar resolver os problemas filosóficos entre o Racionalismo dogmático e Empirismo cético, por exemplo, Kant mudou o procedimento, instituiu a filosofia transcendental e operou o que ficou conhecido como uma nova “revolução copernicana”. Tais “revoluções” filosóficas, contudo, são muito raras e, geralmente, mal recebidas.

O Contrastivismo epistêmico que discutiremos a seguir pretende trazer à seara filosófica contemporânea um novo postulado para, a partir dele, enfrentar os problemas da agenda epistemológica. Interessaremos-nos, particularmente, pelo modo como a teoria lida com o puzzle cético. Para esse viés teórico, a relação de conhecimento deve ser repensada. Tradicionalmente, a relação de conhecimento K é tomada como binária, isto é, entre um sujeito S e uma proposição p (K_{sp}). O que o contrastivismo propõe é uma revisão no modo como pensamos a relação de conhecimento. Ao invés de pensarmos o conhecimento como suportado por uma relação binária, devemos adotar, como um novo postulado, que a relação de conhecimento é ternária. Tal relação ternária é composta não apenas pelo sujeito S e a proposição p , mas também, por um contraste proposicional relativo q (K_{spq}). A inovação radical do contrastivismo e, portanto, seu caráter revolucionário, é postular que toda a relação de conhecimento é ternária⁹³. Defenderemos, no que segue, a

⁹³ A ideia central do contrastivismo sobre a relação do conhecimento ser ternária, foi antecipada por Stewart Cohen, mas com um viés ligeiramente diferente. Segundo Cohen (1999 p. 61), “nós poderíamos pensar o conhecimento como uma relação ternária entre uma pessoa, uma proposição e um padrão”.

teoria contrastivista e, por consequência, a resolução do puzzle elaborada por este novo viés epistemológico.

5.1. O Contrastivismo Epistêmico

O Contrastivismo⁹⁴ epistêmico defende que a atribuição de conhecimento, e conceitos correlatos, requer algo mais do que um sujeito S e uma proposição p. Tradicionalmente, como vimos nos capítulos anteriores, a atribuição do conhecimento possui a forma binária do tipo Ksp ‘S sabe que p’. Para o contrastivista a atribuição ou mesmo a satisfação (semântica) do termo “saber/conhecer” requer uma relação ternária que acomode além do sujeito S e da proposição p um contraste proposicional q⁹⁵. Esse contraste (nem sempre explícito) é composto por uma ou um conjunto de proposições mutuamente excludentes que determinam o que é que se está atribuindo a S.

Neste capítulo trataremos especificamente da teoria contrastivista de Jonathan Schaffer. A razão fundamental para esta escolha é o fato de que este filósofo estruturou sua teoria sobre os alicerces teóricos de Fred Dretske e David Lewis. Apesar de Dretske ter construído as peças teóricas de que se servirá o contrastivismo, ele parece não ter explorado plenamente a natureza e extensão do contraste para a relação do conhecimento. Talvez ele tenha deixado escapar seu principal *insight* na teoria das alternativas relevantes. A não compreensão plena da natureza do contraste fez com sua teoria modesta fosse incapaz de resolver o puzzle cético.

Ao não repensar a estrutura binária da relação de conhecimento, ensejada por sua teoria, Dretske se viu compelido, de modo precipitado, a recusar o fechamento. A teoria de Dretske, como vimos, ficou vulnerável a duas acusações principais (i) a de falta de um critério adequado de relevância, que fez com que as hipóteses céticas fossem assumidas como irrelevantes de modo *ad hoc*. Isto é, as HCs foram consideradas irrelevantes por serem hipóteses céticas, o que é uma

⁹⁴ A teoria contrastivista não se encerra na epistemologia. Em realidade tal teoria se configura como uma alternativa filosófica nas mais diversas áreas. Para ver a extensão dos temas cobertos pelos contrastivistas ver: BLAAUW, Martijn. (Ed.) **Contrastivism in Philosophy** (Routledge studies in contemporary philosophy; 39) First published. New York, NY; Routledge. 2013. E SINNOTT-ARMSTRONG, W. *A Contrastivist Manifesto*. **Social Epistemology** Vol. 22, No. 3, July–September 2008, pp. 257–270.

⁹⁵ Para que as proposições p e q sejam contrastes genuínos elas devem ser mutuamente excludentes.

flagrante petição de princípio. E (ii) a negação do fechamento permitiu conjunções abomináveis. A teoria de Schaffer visa resolver os dois problemas. O contextualismo de Lewis também constitui a base teórica do contrastivismo, mas, a despeito das vantagens, sua teoria trouxe alguns embaraços na resolução do paradoxo cético dos quais Schaffer pretende se desvencilhar. Schaffer defenderá que os *insights* contextualistas são compreendidos melhor por um viés contrastivista. Principalmente a resolução do puzzle cético.

O Contrastivismo é uma teoria que visa discutir os problemas da epistemologia partindo de dois pressupostos básicos: (i) que o conhecimento é contrastivo, isto é, que *todo* conhecimento é configurado em contraposição a um contraste proposicional e (ii) a relação de conhecimento é ternária e pressupõe um sujeito S uma proposição p e uma proposição (ou um conjunto de proposições) contrastante q, da forma K_{spq} . Ou seja, S sempre sabe que p *ao invés de* q. Em (i) podemos ver claramente a influência dos teóricos das Alternativas Relevantes e não se configura como uma novidade. A contribuição importante da teoria está em (ii), uma vez que revoluciona a compreensão tradicional binária do conhecimento. Compreender adequadamente a estrutura do conhecimento pode ajudar no encaminhamento de respostas novas a velhos e persistentes problemas da epistemologia.

A pedra angular do contrastivismo é a tese segundo a qual o conhecimento expressa uma relação ternária. Isto é, “o contrastivista diz que conhecimento é uma relação *ternária, contrastiva*: S sabe que p, ao invés de q” (SCHAFFER 2005, p. 235). Diferente de Dretske e Lewis, a visão contrastivista de Schaffer traça um paralelo entre conhecimento, investigação e a discriminação. Segundo Schaffer não há tal coisa como “investigar p a menos que seja especificado: *em oposição ao que?* Não há tal coisa como a discriminação de que p, a menos que se adicione: *do que?* Da mesma maneira eu argumentarei que não há tal coisa como saber que p, a menos que se clarifique: *ao invés de que?*” (Ibidem).

Para o contrastivista, como se constatará, não há conhecimento *prima facie*. Todo conhecimento é ternário. Mas há um elemento novo e interessante na teoria de Schaffer que merece nota. Para esse filósofo conhecer equivale a responder. Tanto a atribuição de ‘conhecedor’ quanto à de ‘respondedor’ pressupõe a capacidade e habilidade de escolher a opção correta/verdadeira entre várias alternativas

relevantes. A própria ideia de relevância vincula-se à capacidade de responder, de um modo que apresentaremos na subseção abaixo.

5.1.1. Conhecimento, Contraste e Resposta.

Segundo Schaffer o uso da atribuição de conhecimento possui o condão de certificar que o sujeito é capaz de responder a uma pergunta⁹⁶. Ser capaz de responder denota uma capacidade epistêmica. A pergunta, por sua vez, denota a opção relevante no contexto de atribuição. As alternativas relevantes à p ficarão atreladas à pergunta implícita ou explícita que terá p como resposta. Explicaremos melhor esse ponto mais adiante. O fato é que para Schaffer esse modo de conceber a investigação epistemológica oportuniza a obtenção da meta epistêmica mais nobre, a verdade.

A investigação da verdade se dá através de perguntas e para tal, o *score* da investigação deve se manter estável. O contrastivista fornece essa vantagem adicional. É a pergunta, implícita ou explícita, que regula o *score* da investigação. Por isso, o que conta como uma base convincente ou uma fonte adequada de informação, dependerá de qual pergunta está sob análise.

A atribuição de conhecimento deve manter os mesmos parâmetros conversacionais, ou seja, o *score* contextual deve-se manter estável (ou equilibrado). Qualquer afirmação feita de fora do contexto gera desequilíbrio, em função da assimetria entre os diferentes contextos conversacionais de atribuição. Se os falantes partem de pressupostos diferentes não haverá disputa de fato, apesar de as palavras poderem ser as mesmas. Esse é um ponto pacífico entre o *Scorekeeping* de Lewis e a concepção de Schaffer.

Conhecer, como já afirmado, implica a habilidade de responder perguntas, mas a capacidade de responder uma pergunta não implica a capacidade de responder 'todas' as perguntas dentro e fora de um domínio⁹⁷ irrestritamente, como parece exigir o cético⁹⁸. Gail Stine, afirma, com razão que “em certo sentido o

⁹⁶ A ideia em si não é de todo original. Já se encontra em Austin (1946), Dretske (1970), Castañeda (1980) e em Van Fraassen (1980), principalmente no 5º capítulo intitulado *The Pragmatics of Explanations*.

⁹⁷ A concepção de 'domínio' aqui é análoga ao do contextualismo. Podemos dizer que o domínio é um recorte no espaço lógico.

⁹⁸ Por exemplo, Moore sabe se tem mãos ou tocos, mas não sabe se tem mãos ou *vat-image* de mãos. O fato de haver questões que Moore é incapaz de responder é o que torna seu conhecimento

ceticismo é irresponsável” (STINE 1999, p. 149). S pode responder às questões Q1, Q2... Mas ser incapaz de responder Qhc. Todavia, o fato de não ser capaz de responder Qhc não implica a perda da capacidade de responder Q1 e Q2⁹⁹. É por este motivo que Schaffer afirma que “diferenças em q correspondem a diferentes habilidades de responder diferentes questões. Conhecimento relativo a um contraste é conhecimento relativo a uma pergunta” (SCHAFFER 2005 p. 241). Responder uma pergunta corretamente equivale a encontrar a alternativa correta dentro de um espectro contrastante específico. Portanto, para Schaffer, saber que p equivale a ser capaz de responder à pergunta: p ou q? p ou q1? p ou q3?

O contrastivismo, diferente de outras teorias binárias, tal como a de Fred Dretske e a de David Lewis, possui um modelo que consegue explicar o progresso na investigação da verdade, uma vez que estabelece que “diferenças em q correspondem a diferentes estágios da pesquisa” (*Idem*, 242). O contrastivismo adéqua-se igualmente bem ao conhecimento empírico, vinculando-o basicamente à habilidade discriminatória. A discriminação é uma operação epistêmica fundamental. Deste modo, diferenças em q correspondem às diferenças no tipo de percepto que deve ser discriminado por S. Conhecimento relativo a um contraste é conhecimento relativo à discriminação. Este entendimento parece ser o que melhor se adapta à natureza da percepção¹⁰⁰.

Assumir uma teoria do conhecimento cuja estrutura é binária traz alguns embaraços na medida em que não estabelece o contraste contra o qual Ksp. Não há como medir o progresso (ou avanço) da pesquisa ou a amplitude do conhecimento sem estabelecê-lo contra um contraste. Imaginemos alguém que seja capaz de responder a seguinte questão: o animal no cercado é uma zebra ou uma gazela? Ele responde adequadamente que é uma zebra e por essa razão, se atribui o conhecimento de que o sujeito “sabe que é uma zebra ao invés de uma gazela”. Do ponto de vista binário a proposição relevante é apenas “o sujeito sabe que é uma zebra”. Contudo, diante de outra questão “zebra ou mula espertamente disfarçada”? o sujeito não sabe responder e lhe é atribuído ignorância de que o animal no

modesto. Não faz dele um total ignorante. Esse é um dos modos pelos quais o contrastivismo tentará se esgueirar entre o dogmatismo e o ceticismo e assim, se esquivar do paradoxo cético. Como oportunamente afirma Schaffer (SCHAFFER, 2005 p. 265), “a vontade do cético é mudar a questão” que norteia o objetivo epistêmico em contextos de baixo padrão, como o senso comum de Moore ou o jardim de Austin.

⁹⁹ Essa intuição só poderá ser desenvolvida plenamente por uma versão contrastivista, portanto ternária, do conhecimento.

¹⁰⁰ Quanto a esse tema, Schaffer é devedor de Goldman (1976).

cercado é uma zebra. Todavia, como explicar que alguém que não sabe que o animal é uma zebra possa vir a saber que o animal é uma zebra ao invés de uma gazela?¹⁰¹ Esse aparente problema pode ser contornado se concebermos o *slot* q como constitutivo da relação de conhecimento. Lembremos que q é um *slot* cujo conteúdo pode ser saturado, isto é, completado ou preenchido, de diversas maneiras. Esse terceiro elemento da relação de conhecimento, o *slot* q, é o elemento contextualista, se pudermos afirmar isso, ou mesmo o elemento relativista do conhecimento. Essa é mais uma razão pela qual a estrutura ternária é preferível à binária. A relação ternária é completa, saturada, enquanto a binária é incompleta.

O objetivo do contrastivista é demonstrar como a atribuição de conhecimento expressa a relação ternária do conhecimento. A atenção geral dispensada para o tipo de atribuição declarativa expõe a assunção precipitada de que o conhecimento reflete uma relação binária. As atribuições ordinárias de conhecimento, em geral, parecem binárias porque, talvez, nesses casos, como afirma Van Fraassen (1980 p 128), “a classe de contraste não é explicitamente descrita porque, no contexto, é claro para todos os debatedores quais são as alternativas pretendidas”. Não se deve, segundo Schaffer, priorizar as sentenças declarativas em detrimento de outras, tais como as interrogativas¹⁰². Com a pergunta, aquelas alternativas elípticas que ajudam a empacotar, ou saturar, a atribuição de conhecimento são explicitadas, o que ajuda a mostrar, segundo o contrastivista, a ternicidade do conhecimento.

Atribuições binárias sempre projetam uma pergunta explícita ou elíptica. Se afirmo que ‘S sabe que p’ a questão implícita é: o que S sabe (p, q, z ou r)? Neste ínterim p é a resposta selecionada (correta) e o contraste é a disjunção das alternativas rejeitadas. Todas as alternativas são postas desde o momento da pergunta, ou seja, a pergunta projeta o domínio formado pelas alternativas relevantes no qual p será o caso ao invés de q. Desse modo, alterar q pode afetar o valor de verdade do que S sabe. Em geral, o contexto fornece uma fonte padrão de contrastes. O tipo de questão, no contexto, é o que pode diferenciar os valores de verdade. “Não há diferença em S ou p, somente em q. É a questão que está diferenciando o valor de verdade” (SCHAFFER 2005, p. 250).

¹⁰¹ Essa questão já havia sido aventada por Schaffer em 2001 no ensaio *Knowledge, Relevant Alternatives and Missed Clues*. **Analysis** 61, 3, July 2001 pp. 208-13.

¹⁰² Essa advertência já se encontra em Aristóteles, mas ficou inerte até que Austin e Wittgenstein a trouxesse à baila extraindo-lhe implicações importantes e, ao que parece, irreversíveis.

Outro modo eficiente de gerar novos contrastes a partir da mesma proposição é a ênfase ou o foco. Como afirma Schaffer “diferenças no foco determinam diferenças na proposição expressa. O foco é um mecanismo de contrastividade” (*Idem* p. 252). Para exemplificar como o foco em um determinado termo de uma proposição pode gerar contrastes distintos, recorreremos uma vez mais, a Van Fraassen. Tomemos a proposição “Adão comeu a maçã”. A partir dessa afirmação podemos construir, pelo menos, três tipos de perguntas cada uma das quais focará em um termo específico da proposição. O resultado, como mencionado, será o estabelecimento de diferentes contrastes que alterarão, dentre outras coisas, as condições de verdade da proposição. Vejamos,

Questão 1: Porque foi **Adão** quem comeu a maçã?

Questão 2: Por que Adão **comeu** a maçã?

Questão 3: Por que Adão comeu a **maçã**?

[...] A diferença entre estas várias solicitações é que elas apontam para diferentes alternativas contrastantes. Por exemplo, na questão 3 poderia ter sido perguntado por que Adão comeu a **maçã**, ao invés de alguma outra fruta no jardim[?], enquanto que, na questão 2 poderia ter sido perguntado, talvez, por que Adão **comeu** a maçã, ao invés de entregá-la intocada para Eva[?]. Desse modo, para a questão 3, “porque estava com fome” não é uma boa resposta, enquanto que para a questão 2, sim. (VAN FRAASSEN, 1980 p. 127)

O foco é um mecanismo importante de contrastividade, como já havíamos adiantado com Dretske¹⁰³, porque consegue acomodar um aspecto importante da dimensão pragmática do conhecimento. Alguém que faça uma pergunta com ênfase no sujeito da ação, como na questão 1, não se satisfará com as seguintes respostas: “só havia maçãs disponíveis no jardim”; “estava com muita fome”. Se o contexto conversacional e a ênfase do falante não forem suficientes para explicitar o que está em disputa, a questão pode se refeita explicitando contra qual contraste a resposta deve ser corretamente respondida. Dito de outro modo, por que foi **Adão** quem comeu a maçã, ao invés de **Matusalém**, a **Serpente** ou um **Alienígena do Passado**? Estes contrastes ajudarão a estabelecer a resposta correta.

Todavia, o mecanismo mais explícito de contrastividade é a cláusula ‘ao invés de’, uma vez que coloca explicitamente o contraste q. Talvez Moore tenha sido enganado pela superfície binária das atribuições declarativas. Se a audiência de

¹⁰³ C.f. O tópico 3.5 desta tese para outro exemplo de como o foco funciona como um mecanismo de contrastividade. Para uma discussão mais ampla e detalhada ver Dretske (1972).

senso comum imputa questões muito fáceis ou triviais a Moore, suas proposições parecerão não apenas inegáveis, mas vazias. O contraste, entretanto, não pode ser vazio. O contraste deve ser saturado¹⁰⁴.

Até o momento apresentamos algumas ideias contrastivistas de modo genérico. Afirmamos que há uma defesa de que o conhecimento possui uma estrutura ternária. Que conhecer é análogo a investigar e discriminar. Também afirmamos que, para Schaffer, conhecer p implica a capacidade de responder uma pergunta cuja resposta é p ao invés de alternativas contrastantes q . Apresentaremos doravante algo substancial sobre o conhecimento, ou seja, uma análise do conhecimento contrastivista. Discutiremos essa questão na seção abaixo.

5.2. Conhecimento Contrastivo

Para o contrastivista nenhuma atribuição de conhecimento da forma Ksp pode ser compreendida adequadamente *simpliciter*. João sabe que há um tomate sobre a mesa? O contrastivista dirá que depende do contraste. Em contraste a uma melancia ou um mamão a resposta pode ser sim, mas em contraste a um caqui a resposta pode ser não. O valor de verdade de “João sabe que há um tomate” variará consoante a proposição contrastante. Uma questão importante aqui, e que discutiremos mais adiante, é que para saber que p ao invés de q , o contrastivista requer mais do que a eliminação do contraste. É necessário possuir evidência positiva para p . Isso evita dois inconvenientes para o contrastivismo: (i) admitir

¹⁰⁴ O conceito de saturação vem da filosofia da linguagem e da lógica de Gottlob Frege. Em *Função e Conceito* (1891), por exemplo, Frege utiliza o termo para dizer que uma função é uma relação incompleta, insaturada, pois possui um espaço vazio que deve ser preenchido, completado, saturado, por um argumento. O argumento, contudo, “não é uma parte da função, mas [...] compõe com a função um todo completo” (FREGE 2009, p. 86). Do ponto de vista semântico, Frege também utilizou o termo para designar a relação sentido/referência. Em suas palavras, “podemos nos propor a analisar as sentenças assertivas [...] em duas partes, uma completa em si mesma e a outra insaturada e carente de complementação. Assim, pode-se decompor a sentença “César conquistou as Gálias” em “César” e “conquistou as Gálias”. A segunda parte é insaturada, ela contém um lugar vazio, e somente quando esse lugar é preenchido com um nome próprio, ou de uma expressão que represente um nome próprio, o sentido completo aparecerá. Aqui, também, denomino de função a referência dessa parte insaturada. Neste caso, o argumento é César”. (*Idem*, p. 95). Em analogia ao conceito de função fregeano, podemos afirmar que Schaffer concebe a relação de conhecimento K como uma função epistemicamente insaturada, posto que há um espaço vazio q que sempre precisará ser preenchido pela proposição de contraste para tornar uma relação completa, isto é, saturada. Do mesmo modo, se em uma função $y = f(x)$ (em que x representa o argumento), ao mudarmos o valor de x , mudamos também o valor da função, assim também em uma relação $Ksp(q)$, se mudarmos o *slot* q , também mudaremos o estado epistêmico representado pela relação K .

conhecimento contrastivo apenas por eliminação do contraste e (ii) admitir conhecimento sem evidência.

A teoria contrastivista do conhecimento de Schaffer trabalha com a ideia clássica da TAR de que conhecer requer eliminar alternativas relevantes. Mas, ressaltamos que a teoria contrastivista é compatível com outras teorias do conhecimento¹⁰⁵.

O contrastivismo não é uma visão sobre como analisar a relação $K[\dots]$ [ou seja,] não está comprometido com qualquer análise particular [...] da relação $Kspq$ [...]. [Contudo] talvez seja mais natural ao contrastivista trabalhar com algo como uma concepção clássica da teoria do conhecimento das alternativas relevantes, para a qual o conhecimento requer a eliminação de alternativas relevantes. (SCHAFFER 2012, p. 354)

O contrastivismo também não é apenas uma teoria sobre a concepção semântica de “saber/conhecer”. Não está comprometida com a tese cara aos contextualistas de que o termo “saber/conhecer” é um indexical que modula seu significado de acordo com o contexto. Para o contrastivismo de Schaffer não é o significado de “saber/conhecer” que muda de um contexto para o outro, mas o conjunto de contraste. Se há algo que muda na relação de conhecimento $Kspq$ é o espaço (*slot*) representado por q . Essa é uma contribuição importante para delimitar, em que pese algumas semelhanças de família, as diferenças entre o contrastivismo e o contextualismo. O contextualismo seria uma teoria focada muito mais (mas não somente) no aspecto semântico, e como isso afetaria a atribuição de conhecimento, ao passo que o contrastivismo poderia ser visto, como salientou Schaffer, como “uma visão metafísica da relação de conhecimento” (SCHAFFER 2012, p. 355). Ambas as teorias devem ser vistas como independentes, apesar de conciliáveis. Schaffer, por exemplo, adota uma concepção invariantista quanto à semântica de “saber” como representando uma única relação ternária do conhecimento, contudo, assume uma visão contextualista quanto ao *slot* q . Passaremos a seguir a realizar a análise do conhecimento, tal como proposto por Schaffer no artigo *Contrastive Knowledge* de 2005.

¹⁰⁵ Para ver uma Teoria contrastivista que trabalha com a ideia de *tracking* c.f. YABLO, Stephen. **Knowing about Things**. Cambridge-MA; MIT. 2011. Disponível em <http://www.mit.edu/~yablo/home/Papers_files/Knowing%20About%20Things.pdf> data de acesso: 15/07/2016.

Ciente da dura tarefa de definir conhecimento Schaffer intenciona, mais modestamente, iluminar a relação de conhecimento. Nesses termos S sabe que p ao invés de q “se e somente se: (i) p, (ii) S tem prova (evidência) de que p ao invés de q, e (iii) S está certo de que p ao invés de q, com base em (ii)”. Embora proponha essa análise, Schaffer alega que tal definição não é tão importante já que K_{spq} seria “compatível virtualmente com qualquer análise de conhecimento” (SCHAFFER 2005, p. 255). Como se notará, a definição de Schaffer assume a ideia presente em Dretske e Lewis de que conhecimento tem a ver com a eliminação de alternativas relevantes e ainda traz consigo o esquema tripartite do conhecimento que contém, pelo menos, uma crença que é verdadeira e justificada.

A primeira condição para que S saiba que p ao invés de q, é a verdade de p (p e q devem ser mutuamente excludentes, de tal modo que a verdade de p implique a falsidade de q). A segunda é a justificação. Segundo Schaffer a justificação deve ser compreendida como infalibilista¹⁰⁶. A infalibilidade aqui não deve ser confundida com a exigência de Peter Unger de uma infalibilidade absoluta e, portanto, cética. Apesar de exigir infalibilidade o escopo da justificação deve ser restrito. Deste modo a justificação defendida é um tipo de *infalibilismo restrito*¹⁰⁷. A infalibilidade é proveniente da exigência de evidência conclusiva, contudo, o alcance dessa evidência é restrito na medida em que o espaço lógico de possibilidades é limitado a p ou q (sendo q uma ou um conjunto de possibilidade no campo discriminatório¹⁰⁸ de S). A terceira condição exige indubitabilidade restrita da crença. A crença é indubitável porque requer certeza, mas tal certeza deve ser restrita a um certo alcance no espaço lógico, do mesmo modo que a justificação.

A definição de conhecimento oferecida aqui adapta-se, para Schaffer, à capacidade/habilidade de responder, como apresentamos na seção anterior. Um conhecedor é, em alguma medida, um respondedor. A análise contrastiva de

¹⁰⁶ Aqui também Schaffer se junta a Dretske e Lewis ao restringir a infalibilidade da evidência a um domínio restrito.

¹⁰⁷ Para Schaffer o requisito de infalibilidade restrita resolve vários problemas da literatura epistemológica contemporânea, principalmente, o problema de Gettier e o paradoxo da loteria. Tais problemas surgem da falibilidade da conexão entre a evidência e a verdade. Não exploraremos essas questões espinhosas aqui.

¹⁰⁸ O alcance discriminatório funciona para Schaffer como o ‘domínio’ funciona para Lewis. A capacidade de discriminar p de alternativas relevantes é condição sine qua non para se obter conhecimento empírico. Assim, Schaffer afirma que “para qualquer sujeito S e proposição verdadeira p, S terá um alcance discriminatório (discriminatory range) R sobre p, em que R é a união daqueles mundos $\sim p$ em que S é capaz de discriminar da realidade/efetividade (actuality)”. (SCHAFFER 2005, p. 258)

Schaffer assume a tese de Hector-Neri Castañeda (1980), segundo a qual, “conhecimento envolve essencialmente o componente não doxástico do poder de responder perguntas” (*apud* SCHAFFER 2005, p. 256). Assim como um agente de respostas, o agente epistêmico deve ser capaz de selecionar a alternativa verdadeira. Desse modo, “questões sem alternativas verdadeiras envolvem pressuposições falsas e devem ser rejeitadas, ao invés de respondidas” (SCHAFFER 2005, p. 256). Ter prova de que p ao invés de q também é compatível com a capacidade de responder. Alguém que não consiga prova de que p ao invés de q não consegue responder corretamente p ou q? E assim, não pode vir a saber que p ao invés de q. O mesmo vale para a crença. Alguém que tenha dúvida entre p ou q não é capaz de responder a pergunta p ou q? E do mesmo modo, S não pode saber que p ao invés de q.

Ao propor um infalibilismo restrito, a versão contrastivista do conhecimento alega a vantagem de manter-se entre a cruz do falibilismo e a espada do ceticismo. Ao final de uma análise do conhecimento contrastivo proposto por Schaffer, chegamos à mesma constatação que, em realidade, foi proposta pelo contextualismo de Lewis. Estamos agora diante de um desafio para o contrastivista. Se tudo o que sua teoria pode fazer já foi feito pelo contextualismo, então, qual é mesmo o apelo teórico do contrastivismo?

Ambas as teorias compartilham muitas semelhanças e, não sem razão, podem ser facilmente confundidas por um leitor destreinado. Para resolver, ou amenizar, alguns possíveis questionamentos nessa direção realizaremos logo abaixo uma distinção entre o contextualismo e o contrastivismo. Três pontos nortearão a seção abaixo. O primeiro deles diz respeito ao elemento contexto-variável. Em outras palavras, analisaremos qual termo da relação de conhecimento é responsável pela variação contextual. Nesse ponto demarcaremos a primeira distinção. O segundo ponto discutirá, na esteira da primeira distinção, como a variação contextual afetará o conteúdo do termo “saber/conhecer”. O contextualista defenderá que o conteúdo variará de acordo com as alternativas relevantes fixadas no contexto, aquelas que, segundo Lewis, formam o domínio. O contrastivista proporá que o conteúdo dependerá, em larga medida, de como o *slot* q é saturado. A terceira e mais importante diferença para esta tese é o modo como ambas as teorias resolvem o desafio cético. O contextualista proporá que o cético sofre do pecado lógico da equivocação. O contrastivista apresentará algumas arestas da

resolução contextualista e proporá uma visão compatibilista entre o conhecimento dogmático e a dúvida cética. Se Schaffer lograr êxito em demonstrar essas distinções teóricas estaremos em posição de apresentar a resolução do puzzle cético que faz uso do princípio do fechamento.

5.3. Do Contextualismo ao Contrastivismo

Segundo DeRose, o contextualismo é uma teoria segundo a qual as condições de verdade para a atribuição ou negação de sentenças da forma ‘S sabe que p’ variam de acordo com o contexto de proferimento. De um modo geral os teóricos contextualistas atribuem ao termo “saber/conhecer” a propriedade de ser contexto-dependente, ou seja, de ser um termo cujo conteúdo semântico é dado, em parte, pelo contexto em que ele é proferido. Stewart Cohen, um dos mais proeminentes contextualistas em epistemologia, afirma que a teoria que ele defende “constrói “conhecimento” como um indexical. Como tal, algum falante pode atribuir conhecimento a algum sujeito enquanto outro falante nega conhecimento a esse mesmo sujeito, sem contradição” (COHEN 1988, p. 97). Como um indexical, “saber/conhecer” está suscetível às “regras semânticas que geram conteúdo contexto-variável” (SCHAFFER 2004, p. 74).

Segundo Schaffer o contextualismo se configura a partir de três características básicas (i) “saber/conhecer” é um indexical (ii) O conteúdo de “saber/conhecer” é determinado por alternativas relevantes e (iii) O conteúdo contextualmente variável de “saber/conhecer” revela como os argumentos céticos estão equivocados (SCHAFFER *Op. Cit.* 74-75). Dos três tópicos citados podemos extrair as propriedades que refletem o contextualismo. Seriam estas: a indexicalidade, a relevância e o equivocacionismo. Discutiremos cada ponto a fim de demarcar, posteriormente, as diferenças com o contrastivismo.

Segundo os contextualistas a indexicalidade é algo constitutivo do conhecimento. Assim como o pronome pessoal ‘eu’ possui seu conteúdo indexado às regras de proferimento individual do falante, o termo “saber/conhecer” teria seu conteúdo indexado a um conjunto de alternativas relevantes¹⁰⁹. Por este

¹⁰⁹ O modelo utilizado por Lewis, como vimos, foi o quantificador ‘todos’. Ele classificou ‘todos’ como um quantificador de domínio restrito de tal forma que ao ser proferido ele restringe sua abrangência semântica ao objeto do proferimento. “Todos os copos estão vazios” proferido em certa situação

entendimento, como “saber/conhecer” é um indexical cujo conteúdo é determinado por alternativas relevantes, então, em contextos ordinários tal termo é indexado a um conjunto de alternativas relevantes de baixos padrões epistêmicos que são facilmente atingidos. Nesses contextos ordinários, chamemos de ‘C_o’, S sabe que “há uma árvore no jardim”, que “aqui está uma mão e aqui outra”. Todavia, em contextos céticos, chamemos de ‘C_{HC}’, criados por alternativas relevantes de alto padrão epistêmico se torna impossível saber qualquer coisa, por mais ordinária que seja. Isto leva o contextualista a afirmar que o cético se equivoca ao tentar extrair a ignorância de S de que p em ‘C_o’ apelando para ‘C_{HC}’. A aparente confusão entre o dogmático que afirma que sabe que p e o cético que nega ao dogmático que ele saiba que p se daria, portanto, por um equívoco na referência (conjunto relevante) do indexical “saber/conhecer”. Isto é, o argumento cético sofreria, segundo o contextualista, de equivocação. É com a conclusão de que o cético comete um equívoco que o contextualista, de modo geral, pretende ter triunfado sobre ele.

O contrastivista, entretanto, concebe o termo “saber/conhecer” de modo distinto. Lembremos que o contrastivista defende que conhecimento “é uma relação ternária da forma $Kspq$, na qual q é uma proposição de contraste” (SCHAFFER 2004, p. 77). Cabe ao contrastivista explicar como é que q entra na atribuição do conhecimento e por que deveríamos aceitar que a ternicidade aqui propalada se configura como um tratamento linguístico mais adequado do que a indexicalidade. Jonathan Schaffer defende que “saber/conhecer” é um termo “lexicalmente ternário” e, segundo afirma, “toda atribuição de conhecimento contém um contraste variável sintaticamente real q em sua forma lógica” (*Ibidem*). Assim, onde o contextualista defende a indexicalidade semântica de “saber/conhecer” o contrastivista defende a ternicidade sintática do termo. O contrastivista pretende estar exibindo algo mais essencial e profundo sobre o comportamento do termo “saber/conhecer”, qual seja, que o termo *essencialmente* “denota uma relação ternária $Kspq$ ”. Isto é importante porque, para Schaffer, o contraste não é algo *ad hoc* ou arbitrário, mas uma exigência de satisfação mesma do termo “saber”, sem o qual tal termo fica pendente de pleno significado.

Para defender a ternicidade do conhecimento contra a indexicalidade Schaffer lança mão de alguns argumentos. O primeiro deles visa traçar uma nova correlação

protocolar (a mesa de um bar, por exemplo) indexa a relevância aos copos que estão na mesa naquele momento.

entre o termo “saber/conhecer” e outros termos sintaticamente análogos. Schaffer alega que é um erro comparar a indexicalidade do verbo conhecer com a indexicalidade do pronome pessoal ‘eu’. A analogia mais adequada seria feita com outros verbos como ‘preferir’, por exemplo. O termo saber, defende Schaffer, é análogo ao termo preferir. S prefere x é compreensível contrapondo x a y, n, z. Alguém que prefere maçã, o faz em contraposição a outras frutas, tais como, laranja, banana ou mamão.

Outra preliminar do argumento é a de que a atribuição de conhecimento também apresenta a preservação do contraste mesmo sob elipse. A elipse encobre q, mas não a exclui, uma vez que tal contraste pode ser exibido a qualquer momento através de uma pergunta. Além de o contraste se preservar mesmo quando elíptico, ele pode ser modificado através do foco em determinado termo da proposição. A atribuição de conhecimento gera sensibilidade-semântica a partir do foco. O foco que é dado a um termo altera o contraste e, por consequência, o valor de verdade da proposição, como demonstramos a partir do exemplo de Van Fraassen. Schaffer argumenta ainda que a atribuição de conhecimento contrastivo resolve o aparente paradoxo entre “Moore sabe que tem mãos” e “Moore não sabe que tem mãos”. O paradoxo é aparente porque, embora Ksp permaneça o mesmo, q muda. Assim, a mudança em q altera os valores de verdade da sentença. Exploraremos esse ponto mais adiante.

Segundo Schaffer o que se observa na atribuição de conhecimento não é exatamente uma variação semântica do termo “saber/conhecer” indexada aos mais variados contextos de proferimento. Antes, “o que emerge do campo da atribuição do conhecimento é uma variedade de mecanismos linguísticos para saturar o espaço do contraste” (SCHAFFER 2004, p. 80). Schaffer defende que q é um contraste real porque essa seria a hipótese que apresentaria o melhor modelo linguístico para a atribuição de conhecimento. Ademais, tomar q como uma parte necessária da relação de conhecimento permite reconciliar a alegação do epistemista (ou dogmático) com a do cético. Dito de outro modo, “o contrastivismo considera o conhecimento dogmático e a dúvida cética compatíveis, no tocante aos diferentes valores-q” (*Ibidem*). Esse ponto é o que mais nos interessará aqui, por isso, o desenvolveremos mais à frente.

Um argumento adicional e muito importante no que toca o conhecimento é que ele deve ensejar uma estabilidade atributiva. O contrastivista mantém a

estabilidade na atribuição do conhecimento, o que em termos de Lewis pode ser dito como que mantendo o mesmo *score cross-context*. Um adendo importante aqui é que, tanto para o contextualismo quanto para o contrastivismo, não está em jogo qualquer análise particular do conhecimento, ou seja, tanto uma teoria quanto a outra são neutras quanto à análise do conhecimento, apesar de o próprio Schaffer, como mostramos, defender uma versão da TAR, essas duas teorias podem ser tratadas no plano meta-epistemológico. Essa alegada neutralidade, contudo, abrirá brecha para uma importante crítica elaborada por Duncan Pritchard (2008), como veremos na penúltima seção deste capítulo.

O próprio Schaffer reconhece que as duas teorias possuem ‘semelhanças de família’ na medida em que compartilham algumas características. Por exemplo, ambas as teorias postulam que as condições de verdade sofrem variação contextual. Que as alternativas (contrastos) alteram as condições de verdade e que ambas, de algum modo, buscam salvar, ou proteger, o conhecimento ordinário da dúvida cética. Se é fato que há semelhança nos objetivos não se pode dizer o mesmo dos métodos pelos quais esses objetivos são alcançados. Nas subseções a seguir buscaremos demarcar as diferenças entre os conceitos de *indexicalidade*, *relevância* e *equivocacionismo*, de um lado e os de *ternicidade*, *saturação* e *compatibilismo* de outro. Ao cabo das subseções que se seguirão, as diferenças de projetos entre o contextualismo e o contrastivismo estarão demarcadas.

5.3.1. Indexicalidade ou Ternicidade

No rol de diferenças entre o contextualismo e o contrastivismo a primeira delas diz respeito à discussão do mecanismo linguístico através do qual o termo “saber/conhecer” produz condições de verdade contexto-dependentes. Segundo o contextualista “saber/conhecer” é um termo indexado ao contexto de tal modo que o campo semântico deste termo se expande ou se contrai em função do contexto de proferimento (atribuição). O parâmetro para essa concepção indexical, por exemplo, é o pronome pessoal ‘eu’. “Eu estou em Fortaleza” é verdadeiro dito por João (que está na cidade) e falso dito por Chico (que está em Aracaju). O termo ‘eu’ indexa as condições de verdade da proposição ao proferimento particular em primeira pessoa. Por analogia, as proposições em que “saber/conhecer” ocorre indexariam as condições de verdade ao contexto de proferimento. João pode saber que “aqui está

uma mão e aqui outra” em um contexto que indexa as condições de verdade a baixos padrões epistêmicos e não saber que “aqui está uma mão e aqui outra” em um contexto que indexa as condições de verdade a altos padrões. Sendo assim o contextualista pode, sem contradição, afirmar que João sabe que p e que João não sabe que p a depender do contexto. João sabe que p em ‘ C_o ’, mas João não sabe que p em ‘ C_{HC} ’.

Em contraposição ao mecanismo linguístico que atrela a presença semântica, estendida ou contraída, do termo saber à contexto-dependência das condições de verdade, o contrastivismo localiza não no termo saber, mas na ausência de um contraste definido q o elemento gerador da contexto-dependência das condições de verdade da proposição. Isto funciona porque o contraste q , como já aludimos, é um elemento constitutivo tanto da relação ternária do conhecimento quanto da satisfação sintático-semântica do termo “saber/conhecer”. Sendo assim, cada contexto é responsável pela *saturação* de q a partir do estabelecimento das alternativas relevantes relativas a cada caso particular. A discussão de fundo que não podemos perder de foco é que o contextualista assume uma concepção binária do conhecimento da forma K_{sp} , ao passo que o contrastivista assume uma concepção ternária do conhecimento da forma K_{spq} .

Em resumo, nas palavras de Schaffer a diferença básica entre os dois mecanismos semânticos que regulam a contexto-dependência das condições de verdade é que na “indexicalidade o que é variável é a relação denotada a partir [do termo] ‘saber/conhecer’, enquanto que na ternicidade o que é variável é o valor do *relatum q*” (SCHAFFER 2004, p. 83). A principal vantagem defendida pelo contrastivista em face do contextualista, no que tange à discussão ora em tela, é a possibilidade de oferecer uma melhor explicação da estabilidade atributiva do conhecimento. O valor da estabilidade do conhecimento e da atribuição do conhecimento é de fundamental importância. Uma flutuação atributiva poderia gerar uma insegurança epistêmica acompanhada de um relativismo indesejado. Analisar o conhecimento, e a relação em que este conceito está inserido, se configura, em última análise, como uma tentativa de capturar a estrutura constante em toda a atribuição daquele conceito. Quando a teoria é clara, então conseguimos atribuir o conceito de modo estável, constante em qualquer situação.

A estabilidade oferecida pelo contrastivista pode ser explicada do seguinte modo. Enquanto uma atribuição binária K_{sp} possui um componente indexado a um

elemento flutuante, qual seja, a multiplicidade de contextos em que p pode ser proferida, uma atribuição ternária $Kspq$, por seu turno, é mais estável na medida em que o contraste q codifica o conjunto das alternativas relevantes que ajudarão a explicar, dentre outras coisas, o que é que S sabe. Vejamos um caso comparativo: (i) Maria sabe que o pássaro no jardim é um pintassilgo (ii) Maria sabe que o pássaro no jardim é um pintassilgo *ao invés de* um corvo. Em (i) temos uma atribuição binária susceptível à flutuação contextual gerada pela contraposição das alternativas mais diversas. Ou seja, é uma atribuição aberta. Senão vejamos: Se introduzirmos (i) nos seguintes contextos formados pelas respectivas alternativas C_o {corvo, pica-pau, sabiá, canário, beija-flor e andorinha} e C_{HC} {corvo, pica-pau, sonhos verídicos, cérebro numa cuba, gênio maligno}, podemos dizer que Maria sabe que é um pintassilgo em C_o , mas que Maria não sabe que é um pintassilgo em C_{HC} . Observamos uma instabilidade atributiva aqui na medida em que para o mesmo $S_{\{Maria\}}$ e o mesmo $p_{\{isto é um pintassilgo\}}$ o termo “saber/conhecer” flutua, se alarga e se estreita oscilando consoante o contexto em que é proferido.

Em (ii), por sua vez, a alternativa contrastante $q_{\{é um corvo\}}$ estabiliza a atribuição, uma vez que ajuda a codificar o conhecimento de S de que p . O contrastivista não dá margem para flutuação contextual. A razão adicional para a estabilidade da atribuição ternária em desfavor da binária é que o elemento mutável na relação de conhecimento não é o termo “saber/conhecer”, mas o espaço contrastante q . Na visão ternária desde que o contraste q esteja no campo discriminatório de S , então S continua sabendo que p . Ou seja, $S_{\{Maria\}}$ sabe que $p_{\{isto é um pintassilgo\}}$ *ao invés de* $q_{\{corvo, pica-pau, sabiá, canário, beija-flor e andorinha\}}$, é verdade, entretanto, o valor de verdade da atribuição ternária pode mudar, não pela instabilidade contextual (revisionismo semântico) do termo “saber/conhecer”, mas pela mudança no contraste q . $S_{\{Maria\}}$ sabe que $p_{\{isto é um pintassilgo\}}$ *ao invés de* $q_{\{sonhos verídicos, cérebro numa cuba, gênio maligno\}}$ é uma atribuição falsa. A semântica do termo “saber/conhecer”, entretanto, permanece invariável, isto é, estável. Como já dito acima “o que é contexto-variável não é a relação denotada por ‘saber/conhecer’, mas ao invés disso, o valor do *relatum q*” (SCHAFFER 2004, p. 83).

A concepção ternária possui a vantagem de manter o *score* (as regras reguladoras) do progresso geral da pesquisa na busca do alcance da meta epistêmica, a verdade. Isto se dá porque a concepção de conhecimento ternária é capaz de se manter estável através dos mais variados contextos. A compreensão

indexical de “saber/conhecer” perde sua estabilidade através das mudanças contextuais e não consegue manter o *score* consistente. O progresso da pesquisa, para o contrastivista, pode ser aferido em seus vários estágios através dos diferentes valores de *q*. Um erro linguístico em que incorre os que tratam “saber/conhecer” como um indexical é tratá-lo como uma aberração lexical (*lexical freak*) sem precedentes. O erro, segundo Schaffer, é tratar “saber/conhecer” em paralelo ao indexical ‘eu’¹¹⁰. Há uma visível assimetria entre ambos. A simetria lexical pode ser estabelecida entre “saber/conhecer” com a classe de verbos da qual fazem parte “preferir” e “explicar”. Portanto, segundo Schaffer, há razões mais adequadas para se tomar o termo “saber/conhecer” como um modelo linguístico ternário do que como um indexical.

5.3.2. Relevância ou saturação?

A segunda diferença entre contextualismo e contrastivismo é o mecanismo através do qual as alternativas alteram as condições de verdade. Os contextualistas, como vimos na seção anterior, sugerem que as condições de verdade estão sujeitas às mesmas regras que regulam o surgimento das alternativas relevantes que são indexadas ao termo “saber/conhecer”. Enquanto isso, o contrastivista sugere que as condições de verdade são alteradas conforme a mudança nas alternativas *q* através do mecanismo ‘*ao invés de*’ que saturará este *slot* da relação ternária do conhecimento. A saturação de *q* pode ser efetivada de vários modos. Por exemplo, através de “argumentos, perguntas, foco e ênfase (*stress*)” (SCHAFFER 2004, p. 87).

Schaffer argumenta que o mecanismo da saturação é simples, ao passo que o apelo à relevância tende a ser confuso, *ad hoc* ou misterioso. Enquanto que com a saturação temos uma relação de conhecimento completa, isto é, temos um pacote completo que inclui o contraste *q* contra o qual é atribuído a *S* o conhecimento de que *p*, com o mecanismo da relevância a atribuição de que *S* sabe que *p*, fica solta e aberta a flutuações contextuais, já que as alternativas tornam-se relevantes ou irrelevantes a partir de mecanismos muito vagos.

¹¹⁰ Essa crítica não parece afetar Lewis que, como vimos, utilizou outro parâmetro de indexicalidade, a saber, o quantificador ‘todos’.

A pergunta central que os teóricos da relevância sempre tiveram que enfrentar foi a de como uma alternativa qualquer se transforma em uma alternativa relevante. Salvo por David Lewis, que, como mostramos no capítulo anterior, estabelece sete regras de relevância, quase não se vê um enfrentamento direto daquilo que deveria ser o ponto mais pacífico de tais teorias, a saber, o próprio critério de relevância. Ernest Sosa afirma (1986 p. 585) que enquanto não for apresentada uma explicação adequada sobre a relevância “o contextualismo permanecerá inaceitavelmente oculto”. O mecanismo da relevância não deve ser algo oculto, misterioso ou mágico, sob pena de a teoria que o utiliza se tornar frágil ou arbitrária.

O mecanismo de saturação, contudo, torna claro quais são as alternativas relevantes que alteram as condições de verdade. A relevância aqui está vinculada ao conteúdo do contraste ‘*ao invés de*’. Compreender que conhecimento denota uma relação ternária, e não indexical, e que o mecanismo que dá relevância às alternativas e altera as condições de verdade de atribuições de conhecimento é a saturação é o que possibilitará apresentar a diferença entre o contextualismo e o contrastivismo na defesa do conhecimento ordinário frente o ceticismo. Vejamos como isso se dará.

5.3.3. Equivocacionismo vs compatibilismo

A diferença final entre o contextualismo e o contrastivismo é o modo através do qual o conhecimento ordinário é protegido do ceticismo. O contextualista defende que há diversos contextos ordinários, ou de baixo padrão, em que é verdadeira a afirmação de que “Maria sabe que há um pintassilgo no jardim”, ao passo que em um contexto cético, de alto padrão, a afirmação de que “Maria sabe que há um pintassilgo no jardim” é falsa. Na visão contextualista o cético se equivoca ao não reconhecer o caráter indexical de “saber”. A proposição binária, como se vê, é a mesma.

O contrastivismo defende uma visão compatibilista entre o dogmático e o cético. Desse modo, “Maria sabe que há um pintassilgo no jardim *ao invés de* um corvo” é uma afirmação verdadeira e “Maria sabe que há um pintassilgo no jardim *ao invés de* uma alucinação de pintassilgo” é uma declaração falsa. Nesse caso o contrastivista acusa o cético de mudar indevidamente o contraste variável *q*, mas o

termo “saber/conhecer”, por seu turno, permanece o mesmo. O principal reflexo dessa distinção será exibido quando discutirmos o princípio de fechamento.

O compatibilismo tem a vantagem de manter o conhecimento modesto e salvaguardar a validade do princípio de fechamento de modo mais claro e intuitivo. O equivocacionista, ao defender o princípio de fechamento, se compromete com duas teses aparentemente contraintuitivas (i) de que temos conhecimento imodesto (assim como Moore) em contextos ordinários e (ii) temos ignorância imodesta em contextos céticos. Em outras palavras o que (i) quer dizer é que em contextos ordinários S pode saber que não é um cérebro numa cuba, que não está sendo manipulado por um gênio maligno ou que não está tendo um sonho verídico. Em (ii) o que se diz é que em contextos céticos não sabemos proposições ordinárias tais como “há um pintassilgo no jardim”, “meu nome é Luis” e “aqui está uma mão”. O contextualista ao assumir uma concepção binária na qual o termo “saber/conhecer” está atrelado ao contexto “é forçado a mudar de um dogmatismo maníaco para um ceticismo depressivo” (SCHAFFER 2004, p. 91). O contrastivismo, por sua vez, concilia dedução com a modéstia. Isso ficará mais claro quando discutirmos o PF.

Por fim, o contrastivismo alega que aceitar o modelo ternário do conhecimento é mais adequado do que o aceitar o modelo indexical do contextualismo, pois consegue preservar o núcleo duro dos *insights* contextualistas enquanto resolve as objeções a que o contextualismo se sujeita. Para Schaffer “os *insights* contextualistas são mais bem compreendidos pela teoria contrastivista” (SCHAFFER 2004, p. 94). Para vermos isso, analisaremos a seguir o modo como o contrastivista lida com o princípio de fechamento e como esse tratamento ensejará a resolução do puzzle cético.

5.4. Fechamento Contrastivo

Schaffer defende que algumas versões do fechamento se sustentam. Há pelo menos três razões apresentadas para essa defesa: (i) a ideia de que conhecimento se expande através de implicação é intuitivamente sedutora (ii) Conhecimento matemático pressupõe essa expansão e (iii) Negar o fechamento permite conjunções abomináveis (SCHAFFER 2007, p. 233). Algumas versões do fechamento, entretanto, são controversas. Segundo Schaffer, parte dessas

controvérsias envolve o fato de se compreender a atribuição do conhecimento como uma relação binária.

O esquema mais simples do fecho é o seguinte $(Ksp_1 \& (p_1 \rightarrow p_2)) \rightarrow Ksp_2$. O que está dito na notação é que se S sabe que p_1 e p_1 implica p_2 , então S sabe que p_2 . Essa versão do fechamento é falsa por várias razões. Dentre elas temos que o fechamento não transfere crença, nem evidência de p_1 para p_2 . Para que esse esquema fosse válido nós deveríamos ser omniscientes. Uma maneira de melhorá-lo é fortalecer o antecedente, ou seja, a parte já conhecida. Poderíamos acrescentar a exigência de que o sujeito conheça a implicação. O esquema melhorado pode ser apresentado deste modo $(Ksp_1 \& Ks(p_1 \rightarrow p_2)) \rightarrow Ksp_2$, ou seja, se S sabe que p_1 e sabe que p_1 implica p_2 , então S sabe que p_2 . Essa versão melhorada também parece limitada. Tal versão não bloqueia, por exemplo, contraexemplos contra a carência de crença em Ksp_2 . Outro problema é que essa versão não proíbe que a crença em mesmo p_2 sofra de ausência de evidência ou base racional. Por exemplo, embora S conheça a implicação ele só crê que p_2 por razões alheias à implicação, tal como o horóscopo do dia.

Um bom caminho para melhorar o esquema de fechamento binário mencionado acima pode ser enfraquecer a consequência do fechamento. Ao invés de concluir, por exemplo, Ksp_2 (que S saiba p_2) deveríamos enfraquecer esta afirmação substituindo-a por algo mais fraco como Esp_2 , isto é, que S está em posição de saber que p_2 . Nas pegadas de John Hawthorne (2004) e Timothy Williamson (2000), Schaffer defende que o que é fechado sob implicação é a 'posição de conhecer', como se vê no seguinte esquema $(Ksp_1 \& (p_1 \rightarrow p_2)) \rightarrow Esp_2$. O que pode ser dito desse esquema é que, embora mais fraco que os anteriores, ele pode engendrar o paradoxo cético, além de excluir a modéstia epistêmica, já que alguém pode ser levado a crer que está em posição de saber a falsidade das hipóteses céticas. A aceitação desse esquema do fechamento nos levará ao velho conflito, entre a afirmação dogmática e a dúvida cética, do qual o contrastivista alega ser capaz de se desvencilhar.

As consequências de se assumir o princípio de fechamento binário são as seguintes: (i) O Fechamento binário engendra o puzzle cético (ii) Exclui a modéstia epistêmica. Além dessas consequências veremos que o fechamento binário conduz a uma disjunção excludente entre o dogmatismo e o ceticismo. É impossível conciliar a alegação dogmática com a dúvida cética sem que aceitemos a concepção

ternária do conhecimento em desfavor da binária. Assumindo essas preliminares, Schaffer defende que um esquema de fechamento ternário adequado deve satisfazer as seguintes condições: (i) Se adequar à atribuição contrastiva $Kspq$ “onde q é uma proposição contraste, e cujo componente evidencial $Espq$ é a eliminação de mundos- q ” (ii) preservar a modéstia epistêmica (iii) Dissolver o suposto paradoxo cético (SCHAFFER 2007, p. 234).

Segundo Schaffer o fechamento contrastivo, e a expansão do conhecimento, funcionam de dois modos. O primeiro se dá pela expansão de p e o segunda pela contração do contraste q . A expansão- p se configura da seguinte maneira ($Ksp_1q \ \& \ (p_1 \rightarrow p_2) \ \& \ \{p_2\} \cap \{q\} = \emptyset$) $\rightarrow Esp_2q$, ou seja, se S sabe que p_1 ao invés de q , e S deduz competentemente p_2 a partir de p_1 , enquanto mantém o conhecimento de p_1 , então S está em posição de saber que p_2 ao invés de q . A posição de conhecer está fechada sob a expansão de p limitada por q . Além de expandir através da expansão de p o conhecimento contrastivo também se expande pela contração de q de tal modo que ($Kspq_1 \ \& \ (q_2 \rightarrow q_1) \ \& \ \{q_2\} \neq \emptyset$) $\rightarrow Espq_2$, ou seja, a posição de saber é fechada sob a contração não vazia de q . É importante frisar que Schaffer, diferente de Lewis, não defende uma versão estrita do fechamento. Como vimos, a defesa contrastivista é de uma versão bem mais liberal e fraca do fechamento. Uma defesa estrita do fechamento, como em Lewis, está comprometida indelevelmente com o conhecimento imodesto (conhecimento de que as hipóteses céticas são falsas) em contextos ordinários. Schaffer, por outro lado, quer manter o conhecimento modesto ao mesmo tempo em que propõe um enfrentamento anticético. Isso não será possível com a defesa de uma versão estrita, forte do fechamento.

Juntando as duas versões do fechamento contrastivo apresentadas acima (expansão- p e contração- q), podemos formalizar o fechamento contrastivo do seguinte modo:

$$[((Ksp_1q \wedge (p_1 \rightarrow p_2)) \rightarrow Esp_2q) \wedge ((Kspq_1 \wedge (q_2 \rightarrow q_1)) \rightarrow Espq_2)] \rightarrow Esp_2q_2.$$

É possível perceber que o princípio acima permite tanto enfraquecer a proposição conhecida quanto fortalecer a proposição de contraste. Devemos compreender a relação entre o mais forte e o mais na implicação do seguinte modo: Se $x \rightarrow y$, então x é mais forte do que y . Para exemplificar como funciona o princípio acima vejamos um caso: S sabe que “Bidú é um cão ao invés de uma estátua de

pedra”. Bidú ser um cão implica que ele é um animal. Pela ‘expansão-p’ temos que S está em posição de saber que “Bidú é um animal ao invés de uma estátua de pedra”¹¹¹. Do mesmo modo podemos expandir o conhecimento de S pela ‘contração-q’. Ser uma estátua de carrara implica ser uma estátua de pedra. Portanto, S está em condições de saber que “Bidú é um animal ao invés de uma estátua de carrara”. O princípio parece funcionar adequadamente. Veremos, na seção 5.6, se ele resiste às críticas elaboradas por Kvanvig.

5.4.1. Rediscutindo o puzzle do Fechamento

O puzzle, segundo Schaffer, é formulado em termos binários. Relembremos:

- (A1) Moore sabe que tem mãos
- (A2) Moore não sabe que não é um cérebro numa cuba
- (A3) Se Moore não sabe que não é um cérebro numa cuba, então ele não sabe que tem mãos. (SCHAFFER 2005, p. 260).

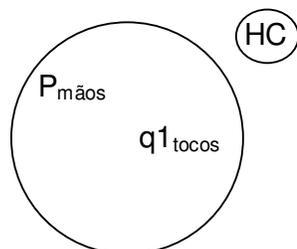
O puzzle se configura na medida em que as teses são individualmente plausíveis, mas conjuntamente inconsistentes (se juntarmos A2 e A3 podemos concluir que (A4) “Moore não sabe que tem mãos”, o que seria contraditório com (A1)). Há quatro estratégias já consolidadas na literatura para lidar com esse problema. A primeira delas é a cética. O cético, como Unger, resolve o puzzle negando (A1). A segunda vem do dogmático, aos moldes de Moore, que nega (A2). A terceira estratégia, que pode ser vista já em Austin, mas principalmente em Dretske, nega (A3). O quarto modo de resolver o puzzle é inovador, pois tenta resolver o problema denunciando-lhe os equívocos. Nessa estratégia temos os teóricos contextualistas, como David Lewis, que defende (A3), mas não veem contradição entre (A1) e (A2). Segundo os contextualistas, como já mostramos, o argumento em prol do puzzle é equivocado, pois desconsidera que o termo “saber” muda de um contexto para o outro. O puzzle surge, equivocadamente, porque o cético utiliza dois contextos distintos em um único argumento.

¹¹¹ Para complementar a história, deveríamos dizer que S deduz competentemente que “Bidú é um animal” do fato de que “Bidú é um cão”, e vem a crer que “Bidú é um animal” enquanto retém a crença de que “Bidú é um cão”. Retiramos deliberadamente essa parte da história, já que havíamos estabelecido, anteriormente, que era isso o que significava ‘Espq’. Queremos evitar com isso, a crítica comum de que, por exemplo, Schaffer não exige que ‘Ks’ ($p1 \rightarrow p2$), ou que ‘Ks’ ($q2 \rightarrow q1$).

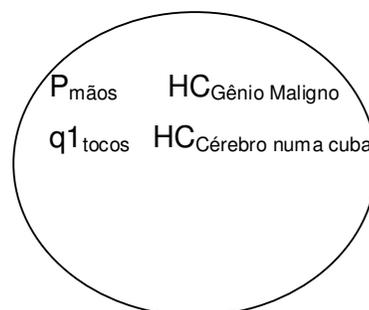
Para o contextualista, como vimos no capítulo precedente, o fechamento se sustenta na medida em que fixamos as alternativas relevantes que estruturam o contexto. Da perspectiva metalinguística a ideia contextualista pode ser expressa da seguinte maneira: “se um proferimento da forma “S sabe que p” é verdadeiro em um contexto C1 com alternativas relevantes R, e p1 implica p2, então um proferimento de “S sabe que p2” é verdadeiro em qualquer contexto C2 com alternativas relevantes R.” (SCHAFFER 2007, p. 237). Para os contextualistas há várias configurações possíveis para R. E em cada novo conjunto R a relação K é alterada, uma vez que se compreende o termo “saber” como um indexical. Expressando em linguagem objeto temos: $(K_{Rsp1} \ \& \ K_R(p1 \rightarrow p2)) \rightarrow K_{Rsp2}$. Quando se muda o conjunto R se muda o valor de K. Assim, o contextualista explica, porque as proposições (i) Moore sabe _{contexto ordinário} que tem mãos, dito pelo dogmático e (ii) Moore não sabe _{contexto cético} que tem mãos, dito pelo cético, não são contraditórias.

O grande problema do fechamento contextualista é que ele propicia conhecimento imodesto. Em um contexto ordinário onde p1 implica \sim BIV, S sabe \sim BIV. Já em contextos céticos S não sabe sequer que tem mãos. No contexto ordinário, entretanto, o alegado conhecimento de que \sim BIV é totalmente desprovido de evidência. É o que se chama de conhecimento barato (ou fácil). Gail Stine (1976) parece ter sido uma das primeiras a propor algo assim. Outro problema do fechamento para o contextualista é a expansão do conhecimento através de dedução de um contexto para outro. O conhecimento de que p proferido em um contexto de baixo padrão epistêmico C_o {p, q1, q2, q3}, segundo uma compreensão standard do contextualismo, não é capaz de se expandir para outros contextos mais exigentes, tal como os contextos céticos C_{HC} {p, q1, q2... q_{HC}}. A compreensão binária pressuposta pelos contextualistas faz com que o fechamento tenha a seguinte implicação: em C_o Moore sabe que tem mãos e sabe que não é um cérebro numa cuba tendo a ilusão de ter mãos. Em C_{HC} Moore não sabe que não é um cérebro numa cuba nem sabe que tem mãos. Vejamos no diagrama abaixo:

Contexto Ordinário- C_o



Contexto Cético- C_{HC}



O contexto, por assim dizer, indexa “saber/conhecer” de tal modo que é relativamente fácil satisfazê-lo em contextos ordinários. Todavia, o fechamento conduz à conclusão contraintuitiva de que em C_o S saiba $\sim HC$ sem qualquer evidência, simplesmente em função da sua irrelevância, uma vez que se encontra fora do contexto original do proferimento (por esta razão é fundamental fixar as alternativas relevantes que formam o contexto. Somente assim se pode defender uma concepção estrita do fechamento, já que, de antemão, a hipótese cética já foi deliberadamente deixada de fora das alternativas alcançadas pelo fechamento). Saber que $\sim HC$ é simplesmente impossível. HC não é o tipo de coisa que possamos saber. Nossas habilidades discriminatórias não nos permitem discriminar entre $\sim HC$ e HC , de tal modo que não podemos ter qualquer evidência positiva (ou razão) para crer em $\sim HC$ ao invés de HC . O contextualismo, reiteramos, permite conhecimento de $\sim HC$ sem evidência, algo que o contrastivismo de Schaffer não permite.

Ao defender como o conhecimento é possível em C_o , o contextualista se compromete com uma postura imodesta e difícil de defender, já que transforma a ignorância em virtude epistêmica¹¹². Dretske, com razão, afirma que “de acordo com este modo de lidar com o ceticismo, filósofos que gastam seu tempo preocupados [com as hipóteses céticas] são as pessoas mais ignorantes do mundo. [...] Este resultado, a mim me parece, é muito bizarro – *mais* bizarro, de fato, do que abandonar o fechamento” (DRETSKE 2014, p. 33).

É crucial para o sucesso do argumento contextualista que os contextos sejam incomensuráveis, já que, de outro modo, inserir a hipótese cética no contexto ordinário o transformaria em um contexto cético, o que, através do fechamento, conduziria à conclusão de que o conhecimento ordinário é impossível, como salientamos no final do capítulo anterior. Dado que, por hipótese, o contexto cético não toca o contexto ordinário, dentro dele o sujeito não sabe qualquer coisa. Ou seja, em um contexto cético temos ignorância imodesta (ignorância total. Não saberíamos sequer os nossos nomes? Resignamo-nos, com Moore, a acusar essa conclusão cética de absurda). Isso nos deixa desconfortáveis e mostra que o

112 Elgin defende em um texto muito preciso que nesses casos a ignorância, e não a posse de evidências, seria uma virtude muito maior para a posse de conhecimento. A seu modo Lewis defende algo parecido, já que quanto mais ignorante for o sujeito mais ele consegue ignorar propriamente alternativas que outros sujeitos, que possuem mais evidências, não conseguem. Para o diagnóstico completo acerca da desvalorização da evidência na epistemologia contemporânea ver: ELGIN, Catherine. *The Epistemic Efficacy of Stupidity*. **Synthese**, Vol. 74, No. 3, Internalism (Mar., 1988), pp. 297-311.

fechamento contextualista não consegue manter o *score* do jogo epistêmico estável, o que faz com que a atribuição de conhecimento seja demasiado inconsistente.

De acordo com a abordagem contrastivista negar (A1) e/ou (A2) parece absurdo. Todavia, é forçoso observar que tanto o cético quanto o dogmático distorcem, em parte, o conhecimento. A razão disso é o tratamento das proposições (A1) e (A2) como denotando relações binárias da forma Ksp . Negar (A3) parece igualmente absurdo porque seria o equivalente a negar que a dedução transmite conhecimento. Se nossa meta epistêmica é obter verdade e evitar falsidade não podemos nos livrar da dedução, haja visto, que a dedução preserva a verdade na inferência. Além do mais, negar o fechamento nos compromete com as conjunções abomináveis, do tipo, “você não sabe que não é um BIV (sem corpo), mas, ainda, você sabe que tem mãos” (DEROSE 1999b, p. 201).

A solução contextualista para o paradoxo, como observaremos, está susceptível a algumas críticas. A primeira delas é que parece altamente contraintuitivo afirmar que (A1) e (A2) são compatíveis, quando se aceita (A3). Como dissemos, são proposições conjuntamente inconsistentes. A segunda é que tanto o dogmático quanto o cético são absorvidos pelo contextualista que desse modo se torna um relativista (ou pluralista) epistêmico¹¹³. O cético, por exemplo, estaria correto em uma aula de filosofia, enquanto o dogmático estaria correto em uma feira livre. O problema aqui é que o contextualista autoriza o dogmático a ter conhecimento imodesto (saber \sim BIV) e o cético a ter ignorância imodesta (não saber que tem mãos). Parece altamente improvável que alguém saiba tanto em um contexto e tão pouco (ou nada) em outro. A terceira objeção à solução contextualista é que o mecanismo contextual que valora o termo “saber” parece esquizofrênico, já que passa do otimismo dogmático ao pessimismo cético de modo muito frouxo e volátil. Bastaria, como Lewis argumentou, lançar uma hipótese cética em um contexto ordinário e *the magic is done*. Do modo como o contextualista concebe o fechamento, todo conhecimento dogmático é implodido de uma só vez quando mudamos para um cenário cético. Essa postura sugere susceptibilidade à conflagração. Assim, o conhecimento perde uma das características mais fundamentais que é a estabilidade. Ter estabilidade equivale a manter o *score* da investigação da verdade consistente. De outro modo teríamos um vocabulário equívoco que seria incapaz de

¹¹³ Se isso é verdade, então o que Kvanvig afirma sobre o caráter ‘anti senso comum’ do contextualismo se assenta em fortes indícios. Conferir o que dissemos na nota de rodapé 92.

cruzar as barreiras contextuais. Teríamos uma incomensurabilidade epistêmica radical e não cremos que o conhecimento seja tão distorcido pelo contexto de proferimento. Como, então, o contrastivista pode conciliar o fechamento com a modéstia epistêmica e resolver o paradoxo? Veremos na seção abaixo.

5.5. Resolvendo o Puzzle

Diferente dos percalços que o enfrentamento contextualista do paradoxo cético enseja, Schaffer pretende que a dissolução do puzzle se dará de modo mais claro e intuitivo se adotarmos a perspectiva contrastivista. Em suas palavras,

O Contrastivismo dissolve o paradoxo revelando como conhecimento ordinário e a dúvida cética são compatíveis: eles concernem a diferentes contrastes. Moore sabe que tem mãos ao invés de tocos. Moore não sabe que ele tem *vat-images* de mãos. Em termos interrogativos, Moore sabe se ele tem mãos ou tocos, mas não sabe se tem mãos ou *vat-images* de mãos. Em geral, para qualquer sujeito S e proposição p, S está em posição de saber que p ao invés de q, para qualquer proposição q dentro do alcance discriminatório de S. Embora para qualquer q que se estenda para além do alcance discriminatório de S, $\sim K_{sp}$. (SCHAFFER 2005, p. 262).

O conhecimento contrastivo mantém uma relação estreita não apenas com a habilidade de responder perguntas, como apresentamos acima, mas também com o alcance discriminatório de S (a base evidencial do conhecimento). Schaffer defende dois esquemas válidos para preservar a discriminação da verdade. Os dois devem ser lidos como uma fórmula abreviada dos dois esquemas de fechamento apresentados na seção 4. São eles:

Expandir-p: Se $p_1 \rightarrow p_2$ então $K_{sp_1q} \rightarrow K_{sp_2q}$
 Contrair-q: Se $q_2 \rightarrow q_1$ então $K_{spq_1} \rightarrow K_{spq_2}$ ¹¹⁴

¹¹⁴ Esta fórmula pode ser provada do seguinte modo:

1. $K_s(p \& \sim q_1)$ (hipótese1)
2. $q_2 \rightarrow q_1$ (hipótese2)
3. $K_{sp} \& K_s \sim q_1$ (de 1)
4. $K_s \sim q_1$ (de 3)
5. $\sim q_1 \rightarrow \sim q_2$ (de 2)
6. $K_s \sim q_2$ (de 4 e 5)
7. K_{sp} (de 1)
8. $K_{sp} \& K_s \sim q_2$ (de 6 e 7)
9. $K_s(p \& \sim q_2)$ (de 8)

Os esquemas abaixo, entretanto, são formas inválidas e não preservam a discriminação da verdade.

- *Contrair-p: se $p_2 \rightarrow p_1$ então $Ksp_1q \rightarrow Ksp_2q$
- *Expandir-q: se $q_1 \rightarrow q_2$ então $Kspq_1 \rightarrow Kspq_2$
- *Substituir-p: $Ksp_1q \rightarrow Ksp_2q$
- *Substituir-q: $Kspq_1 \rightarrow Kspq_2$

A invalidade da Substituição-q e da Expansão-q explicam por que ninguém pode inferir que Moore sabe que tem mãos ao invés de *vat-image* de mãos do fato de que Moore sabe que tem mãos ao invés de tocos. Como assinalamos acima, a vinculação do conhecimento contrastivo com o alcance discriminatório é importante por que nos permite explicar como possibilidades que se encontram fora do alcance discriminatório não alteram as possibilidades que se encontram dentro do alcance discriminatório. Essa discussão é importante para desmistificar a tese aparentemente consensual dentre as teorias binárias de que hipóteses céticas ao serem inseridas no jogo de possibilidades funcionariam como verdadeiros buracos negros. A mera menção da hipótese cética em um contexto ordinário, por exemplo, o transformaria em um contexto cético. Vimos a dificuldade do contextualismo de Lewis para acomodar esse problema no capítulo anterior. Os cenários céticos, pela ótica contrastivista, não possuem essa espécie de campo gravitacional que atrai relevância para si.

O mérito das dúvidas céticas não é o de tolher todo o nosso conhecimento, mas o de mostrar o limite do nosso alcance discricionário ordinário, por conseguinte, do nosso conhecimento empírico. Peter Unger, lembremos, diz que o ceticismo serve à verdade, na medida em que nos impõe desafios que estimulam nossa investigação para além dos cômodos padrões do senso comum. Dito nas palavras de Schaffer,

Uma vez que a ausência de possibilidades fora do alcance discriminatório não implica a ausência de qualquer possibilidade dentro deste alcance, dúvidas céticas não implicam a ausência de qualquer conhecimento ordinário. Assim, conhecimento ordinário e a dúvida cética são compatíveis. Paradoxo dissolvido. (SCHAFFER 2005, p. 263)

As premissas que configuram o puzzle são aparentemente plausíveis por causa da sua superfície gramatical binária. Se colocarmos os contrastes nas premissas do argumento ver-se-á como o puzzle é desarmado.

- (A1*) Moore sabe que ele tem mãos *ao invés de* tocos
- (A2*) Moore não sabe que tem mãos *ao invés de* *vat-images* de mãos
- (A3*) Se Moore não sabe que ele não é um BIV *ao invés de* ser um BIV, então ele não sabe que tem mãos *ao invés de* *vat-images* de mãos.

Quando apresentado dessa forma vemos que o puzzle desaparece. Trata-se de contar a história completa das premissas para constatarmos que (A1*) e (A2*) são compatíveis. Diferente do contextualismo, o contrastivismo não sofre qualquer embaraço para explicar como o dogmático está correto em um contexto e o cético está correto em outro. Para o contrastivista “conhecimento ordinário e a dúvida cética não necessitam estar apeados (cordoned off) em contextos separados. Eles coexistem tanto no tribunal quanto na sala de aula”. E conclui que “Moore sempre sabe que tem mãos *ao invés de* tocos e nunca sabe que ele tem mãos *ao invés de* *vat-images* de mãos” (SCHAFFER 2005, p. 264-265). Ou seja, o contrastivista lida com o puzzle preenchendo a elipse da proposição contrastante, a fim de mostrar que as premissas do argumento são verdadeiras, mas que, juntas, não implicam contradição.

5.6. Críticas ao Contrastivismo de Schaffer

O contrastivismo é uma teoria muito recente e, por isso mesmo, deve pagar o preço do arrojo teórico e do vanguardismo epistêmico. A principal reação à teoria de Schaffer é negar-lhe a intuição fundamental, a saber, que o conhecimento é essencialmente ternário. Peter Bauman (2012), por exemplo, afirma que do fato de que algum tipo de conhecimento seja ternário, mais destacadamente o conhecimento empírico baseado na habilidade de discriminar, não se segue necessariamente que todo tipo de conhecimento seja ternário. O contrastivista defende que a atribuição de conhecimento é sempre ternária e que, portanto, a análise do conhecimento deve ser realizada em termos contrastivistas. Contudo, afirma Pritchard, “a ideia de que é da essência do conhecimento que ele seja

contrastivo – tal que *toda* atribuição de conhecimento deva ser analisada deste modo – está longe de ser óbvia” (PRITCHARD 2008, p. 2).

Para avaliarmos a solidez do contrastivismo de Schaffer o confrontaremos com três críticas importantes. A primeira delas vem de Peter Bauman, de acordo com quem o conhecimento ternário é apenas um dentre vários tipos possíveis. Ele defende, contra Schaffer, que o conhecimento matemático, por exemplo, não é ternário, mas binário. O conhecimento matemático é apresentado por Bauman como o paradigma de conhecimento *simpliciter*. Se todo conhecimento é ternário, como defendido pelo contrastivista, então basta demonstrar que há algum tipo de conhecimento que não se encaixa nesse modelo para que a teoria seja refutada (ou, no mínimo, drasticamente enfraquecida). Avaliaremos ainda, a crítica elaborada por Jonathan Kvanvig (2007) à defesa do fechamento elaborada por Schaffer. Por fim, exploraremos uma consequência da alegada neutralidade epistêmica aludida por Schaffer para o enfrentamento do ceticismo. Pritchard (2008) forçará o contrastivista a escolher entre o internalismo e o externalismo. Qualquer que seja a escolha, afirma Pritchard, o resultado seria desfavorável ao contrastivista. Veremos o impacto e o alcance destas críticas à teoria defendida por Schaffer.

Segundo Bauman, basta que:

Tomemos o conhecimento de óbvias verdades matemáticas como a de que $2+2=4$. Alguém que saiba isto o sabe em contraste a outra coisa? Em contraste ao que, então? A $2+2=5$ (ou $2+2=-7$? Ou $3+3=4$? Ou $12 \times 12 = 1212$?)? Simplesmente não parece haver um contraste plausível em lugar algum. O problema (especificamente) é que isso não parece se sustentar para este tipo de conhecimento. É difícil imaginar, por exemplo, como poderia haver dois números x e y (não iguais a 4) tal que S saiba que $2+2=4$ ao invés de $2+2=x$, mas que S não saiba que $2+2=4$ ao invés de $2+2=y$. Seria muito interessante encontrar alguém que, e.g., sabe que $2+2=4$ ao invés de 40, mas que não sabe que $2+2=4$ ao invés de $2+2=5$ (“muito próximo!”). (BAUMAN 2012 p. 397)

Se Bauman estiver correto na afirmação de que o conhecimento matemático não é contrastivo, então o contrastivismo parecerá bem mais frágil do que foi alardeado por Schaffer. Para responder a essa objeção Schaffer nos pede que imaginemos três pessoas. Ann, que é uma criança muito pequena e só domina os números de 1 a 9 e um pouco de adição. Ben, que é um adolescente e domina o

sistema de números naturais, mas não domina os números negativos. E, por último, Claire, que é adulta e professora de matemática.

Para Schaffer o alegado conhecimento de que $2 + 2 = 4$ apresenta situações epistêmicas distintas para Ann, Ben e Claire e expõe o caráter contrastivo do conhecimento matemático. Vejamos, Ann pode saber que $2 + 2 = 4$ em contraste com números dentro do seu domínio (de 1 a 9), mas pode ficar confusa quando perguntada se ela sabe que $2 + 2 = 4$ ao invés de 100. Se a pergunta for suficiente para retirar a indubitabilidade restrita requerida para o conhecimento, então ela pode deixar de saber que $2 + 2 = 4$. O mesmo acontece com Ben. Ele pode saber se $2 + 2 = 4$ ao invés de qualquer outro número natural, mas pode vir a titubear quando confrontado com a pergunta de $2 + 2 = -4$. Lembremos, para o bem do argumento, que não se trata aqui apenas da verdade da proposição matemática. Conhecimento envolve além da verdade, pelo menos, crença e justificação. Basta que o contraste enfraqueça ou leve à suspensão de um desses dois últimos elementos para que o conhecimento seja perdido (ou suspenso). Por fim, Claire está em condições de saber que $2 + 2 = 4$ contra qualquer contraste matemático, mas podemos supor que ela leve muito a sério uma possibilidade cética, ao estilo gênio maligno, e conclua que, no final das contas, ela pode não saber $2 + 2 = 4$ ao invés de outro número que nos é desconhecido em função de um engano sensorio massivo. Schaffer defende que Claire está em uma posição epistêmica melhor do que Ben e Ann e que Ben está em uma posição melhor do Ann. Contudo, o grande problema deste caso particular é que $2 + 2 = 4$ é uma operação tão elementar que torna o exemplo enganador, capcioso. Se tomarmos uma operação um pouco mais complexa nossas intuições provavelmente seriam diferentes. Vejamos $27 * 513 * -1$ é 13851 ou -13851? Com apenas essas duas opções contrastantes fica fácil de saber que a resposta é -13851, por causa do -1. Todavia, se a pergunta sobre o resultado da multiplicação acima fosse -13851 ou -13951? A resposta nesse caso já não pode ser dada de pronto. Schaffer defende, diante disso, que alguém “poderia saber que $27 * 513 * -1 = -13851$ ao invés de 13851, sem, contudo, saber que $27 * 513 * -1 = -13851$ ao invés de -13951” (SCHAFFER 2012b, p. 412). Assim, em desfavor da acusação de Bauman, Schaffer alega que seu contrastivismo é compatível com o conhecimento matemático.

Outra questão central do anticeticismo contrastivista concentra-se na defesa do fechamento (ao menos em umas das suas muitas versões). Jonathan Kvanvig

(2007) pretende mostrar que a versão do fechamento defendida por Schaffer é falsa. Vejamos como ele argumenta em favor desta tese.

O contrastivismo, como vimos, promete ser uma teoria que busca oferecer um argumento anticético preservando o fechamento. Kvanvig resume bem a tese central do contrastivismo do seguinte modo,

De acordo com o contrastivismo todas as locuções da forma ‘S sabe que p’ são elípticas, relativas, como são, a um contraste implícito (i.e., alguma contrária lógica de p). Assim, por exemplo, ninguém sabe *simpliciter* que tem mãos. Na realidade, tem-se o conhecimento de tal alegação relativo a um contraste implícito formulável em termos de uma questão tal como ‘mãos ou tocos?’, ‘mãos ou um membro artificial?’, e mesmo ‘mãos ou cérebro numa cuba estimulado a pensar que tem mãos quando não há mão alguma?’. (KVANVIG 2007, p. 131)

Por especificar a necessidade do contraste o contrastivista alega ser capaz de evitar o ceticismo para proposições do tipo ‘mãos ou tocos’, já que considera as dúvidas céticas que formam outro contraste ‘mãos ou BIV’ como irrelevantes para o primeiro contraste. Além de evitar o ceticismo, Schaffer alega algo que parece problemático para alguém que defende o conhecimento modesto, a saber, defender certos tipos de princípio de fechamento. Lembremos que a recusa do fechamento operada por Dretske, como vimos no segundo capítulo, se deu por que o fechamento o comprometia com o conhecimento imodesto, que, lembremos, é o conhecimento de que as hipóteses céticas são falsas.

O princípio do fechamento em sua versão mais básica é patentemente falso por, dentre outras razões, não implicar a crença de S na proposição implicada por p. Dentre os possíveis modos de melhorar essa versão do fechamento encontram-se (i) fortalecer o antecedente e (ii) enfraquecer o conseqüente. Um fortalecimento do antecedente pode se dar pela exigência de que S *saiba* que p implica q, como adiantamos oportunamente em seções anteriores. Para enfraquecer o conseqüente, entretanto, podemos substituir a alegação de que S saiba q, por uma alegação mais fraca, como a de que S *está em posição de saber* q. O próprio Kvanvig, seguindo a linha legada por Williamson (2000) e Hawthorne (2004), sugere fortalecer o antecedente incluindo a ideia de que “q vem a ser crido sobre as bases de uma dedução competente de p” (KVANVIG 2007 p. 132). Esse refinamento do fechamento, embora promissor, não serve para o contrastivista uma vez que foi elaborado para uma concepção binária do conhecimento.

Para Schaffer o conhecimento contrastivo está fechado sob implicação “tanto pelo enfraquecimento da proposição conhecida quanto pelo fortalecimento do contraste” (KVANVIG 2007, p. 133). O princípio (contração-q) é o *motif* na sustentação do anticeticismo. Schaffer é explícito quanto à rejeição da expansão e substituição do contraste. A razão disto para Kvanvig é clara: “Só se pode espelhar a virtude do contextualismo com relação ao ceticismo mantendo o mesmo contraste ou fortalecendo-o” (*Ibidem*).

Para Kvanvig não é possível ao contrastivismo espelhar as virtudes anticéticas do contextualismo, sem que isso implique em solapar a possibilidade de qualquer princípio do fechamento contrastivo. Desse modo o contrastivista estaria no seguinte dilema (i) preservar a virtude anticética contextualista ou (ii) preservar o fechamento. Schaffer, como já apresentamos, se afasta da solução contextualista e busca através do fechamento um modo de compatibilizar o conhecimento ordinário e a dúvida cética. Para Kvanvig, entretanto, a versão do fechamento contrastivo defendida por Schaffer é falsa.

Para provar que o fechamento contrastivista é falso Kvanvig sugere o seguinte exemplo:

Suponha que você saiba: O animal de estimação de Jack é um cachorro ao invés de um gato. Ser um cachorro implica ser um animal. [...] Note que o conhecimento contrastivo alegado não pode ser: O animal de estimação de Jack é um animal ao invés de um gato. O problema é que ser um animal não contrasta com ser um gato. Assim, o princípio de fechamento contrastivo é falso. (KVANVIG 2007, p. 134)

Kvanvig conclui que, uma vez que o contrastivismo não é compatível com o fechamento, o contextualismo está em uma posição epistêmica mais forte. Essa objeção, na visão de Schaffer, parece sem sentido na medida em que uma das condições para que um contraste se estabeleça é que as proposições que formam tal contraste sejam logicamente excludentes. Uma classe de contraste é formada por contrárias lógicas. O fato de que ser um gato implica ser um animal não faz parte do conjunto de contraste de ‘é gato’. Ser um animal é algo pressuposto (não contrastante), faz parte das certezas compartilhadas pelos falantes quando se afirma que um determinado bicho é um gato. A teoria de Schaffer, portanto, não permite o conhecimento de proposições tais como a que está em disputa, a saber, que o bicho

de estimação de Jack é um animal ao invés de um gato. A resposta, como apresentada, não é boa e apela para algo que está, por assim dizer, fora do fechamento apresentado por Schaffer. Apesar da teoria de Schaffer prever que proposições contrastantes devam ser logicamente excludentes, Kvanvig, de fato, apontou um problema grave no fechamento contrastivo, já que, “há casos claros onde uma proposição implicada pelo conhecimento da proposição não é um contraste verdadeiro da proposição contrastante” (HUGHES 2013, p. 581). Esse é um problema que deve ser resolvido pelo fechamento contrastivo.

Uma maneira que encontramos de consertar o fechamento contrastivo, para que ele não sucumba a casos como o que apresentamos acima é estabelecer uma exigência extra. Devemos acrescentar que $[Ksp1q \wedge ((p1 \rightarrow p2) \wedge Es(p2 \rightarrow \sim q))] \rightarrow Esp2q$. Requerer que a proposição implicada $p2$, contraste com a proposição contrastante q , bloqueia o caso em que, como vimos no caso do cão do Jack, a proposição implicada não contrasta com o contraste original.

O antídoto definitivo contra o problema do fechamento contrastivo, todavia, vem do mesmo filósofo que inoculou o veneno. Kvanvig (2008) propôs um modelo que se propõe a atrelar a modéstia epistêmica e espelhar as virtudes anticéticas pretendidas por Schaffer. Para isso, entretanto, Kvanvig alterou alguns dos critérios estabelecidos por Schaffer. A mais importante é a permissão do enfraquecimento e substituição da proposição de contraste.

Segundo Kvanvig, um esquema de fechamento contrastivo correto deve atender a três condições:

Condição 1: Se S sabe que p ao invés de q, e p implica r, então, S sabe que r ao invés de t, somente se t é um contraste saliente de r para S.

Condição 2: Se S sabe que p ao invés de q, e p implica r, então, S sabe que r ao invés de t, somente se S excluiu a possibilidade de que t.

Condição 3: Se S sabe que p ao invés de q, e p implica r, então, S sabe que r ao invés de t, somente se S está em posição de saber que r ao invés de t, por ter deduzido competentemente r de p. (KVANVIG 2008 p. 7-8)

Juntando as três condições acima, temos a versão final do fechamento contrastivo como segue:

C-Winner: Se S sabe que p ao invés de q, então se p implica r, t é um contraste saliente de r para S (a possibilidade que S excluiu), e S está em posição de saber que r ao invés de t, por deduzir competentemente r de p, então S sabe que r ao invés de t. (KVANVIG 2008 p. 8)

O enfraquecimento ou a substituição do contraste, entretanto, não podem ocorrer irrestritamente, do contrário traríamos de volta o puzzle cético do qual queremos nos afastar. Senão vejamos, se S sabe que “há um pintassilgo no jardim ao invés de um corvo”, então você poderia deduzir que o pássaro é um pintassilgo *do fato* de que é um pintassilgo, e, com isso, vir a saber que o pássaro é um pintassilgo ao invés de uma *vat-image* de pintassilgo. O princípio C-Winner, como vimos, impede que esse tipo de inferência ocorra já que obriga que S esteja em condições de excluir a possibilidade r, o novo contraste, e é justamente isso que o agente não pode fazer, não pode excluir a possibilidade *Vat-image* de pintassilgo. Desse modo o princípio C-Winner impede que alguém possa saber através de dedução que sabe que “é um pintassilgo ao invés de uma *vat-image* de pintassilgo”, do fato de que S sabe que “é um pintassilgo ao invés de um corvo”. Com essa nova versão, é possível demonstrar que o contrastivismo pode compatibilizar a modéstia epistêmica com a preservação do fechamento.

Para finalizarmos essa avaliação do contrastivismo enfrentaremos o argumento de Duncan Pritchard. Segundo Pritchard há uma ambiguidade sobre o tratamento da evidência na teoria de Schaffer que pode trazer consequências indesejadas. Como já dissemos anteriormente, o contrastivismo alega certa neutralidade epistemológica o que acarreta, dentre muitas dúvidas possíveis, a indefinição quanto ao caráter internalista ou externalista da evidência. Pritchard argumentará que o contrastivista ficará preso ao seguinte dilema (i) defender uma concepção internalista da evidência e enfrentar o ceticismo de modo *ad hoc* ou (ii) defender uma concepção externalista da evidência e ser uma teoria desnecessária.

Lembremos que as vantagens teóricas do contrastivismo dependem, em larga medida, do revisionismo epistêmico operado sobre o termo “saber/conhecer”. Tal revisionismo visa demonstrar que “não devemos tomar as premissas de um argumento de cara, antes devemos perguntar qual é o contraste implícito em cada caso” (PRITCHARD 2008, p.3). Ou seja, ao rever a semântica do conhecimento e defini-lo como ternário o contrastivista construiu as ferramentas teóricas para explicar que há um sentido em que tanto o cético quanto o não cético estão corretos.

Para Schaffer, rememoremos, o problema do cético se dá porque há uma “mudança ilícita da classe de contraste para uma na qual carecemos de conhecimento da proposição alvo” (*Ibidem*). Carecer de conhecimento relativo a um contraste cético não quer dizer que carecemos de conhecimento relativo a um contraste ordinário não cético. O conhecimento ordinário é o tipo de conhecimento que devemos proteger dos argumentos céticos.

Como bem assinala Pritchard, o contrastivismo é uma proposta epistemicamente modesta, ou seja, nega que possamos conhecer que as hipóteses céticas são falsas e “neste sentido, então, o contrastivismo tem o mesmo espírito que as propostas anticéticas que rejeitam o fechamento” (*ibidem*). Contudo, o contrastivista quer manter a modéstia em compatibilidade com o fechamento (pelo menos em uma das versões adaptadas à teoria, como aludimos), como discutimos com Kvanvig, logo acima. Neste sentido, o contrastivismo possui uma vantagem dialética quanto aos que negam o fecho, já que, para Pritchard, “tentar refutar o problema cético pela rejeição do fechamento é uma causa perdida” (*ibidem*). Com efeito, o que queremos com Pritchard é descobrir se a resposta contrastivista goza de uma vantagem dialética frente a outras teses anticéticas epistemicamente imodestas, uma vez que o contrastivismo arroga-se de oferecer a teoria que melhor captura a natureza do conhecimento, o que Pritchard discorda.

No combate ao argumento cético as teorias epistemológicas devem tomar partido quanto ao estatuto da evidência que adotam. O contrastivismo, como já assinalamos, é fugidio quanto a isso. Schaffer defende que a evidência está atrelada à habilidade de discriminar. Discriminação é uma capacidade compatível tanto com uma teoria internalista quanto com uma teoria externalista. Segundo Pritchard, entretanto, qualquer teoria internalista modesta terá que pagar o preço de um anticeticismo *ad hoc*. A acusação é fundamentada no princípio de subdeterminação, como veremos adiante. Em outra linha defende que o externalismo é capaz de se esquivar de um anticeticismo *ad hoc* e não necessita de qualquer revisionismo epistêmico, nem de uma teoria modesta, tal como proposto por Schaffer. Assim, defende que é possível a uma teoria binária externalista oferecer um anticeticismo imodesto. Desse modo, Pritchard assinala que ou o contrastivismo é internalista e insatisfatório, ou é externalista e desnecessário.

Pritchard estabelece a contenda entre internalistas e externalistas nos seguintes termos: “eu compreendo internalismo sobre conhecimento como sendo

uma visão que argumenta que uma condição interna epistemicamente substantiva é condição necessária para a posse do conhecimento, com externalismo sobre o conhecimento como a negação desta tese” (PRITCHARD 2008, p. 4). O principal problema de uma abordagem internalista contra o argumento cético reside na negação da premissa cética (a premissa (A2) do argumento da seção anterior). Pritchard acertadamente argumenta que a negação da hipótese cética não é do tipo que podemos saber através do acesso reflexivo às bases da crença. Lembremos que *ex-hypothesi* a base evidencial da crença em BIV é compatível com a crença em p , de tal modo que a introspecção é incapaz, por si só, de habilitar o sujeito a saber a falsidade de hipóteses céticas e, via fechamento, teríamos que negar o conhecimento das proposições ordinárias. A única opção para o internalista seria argumentar em favor de crenças inacessíveis de estatuto especial, crenças que não precisassem de evidência [tais como as certezas de Wittgenstein, ou os truísmos de Moore, talvez]. A questão é que se tais crenças são inacessíveis para o sujeito, como o internalismo poderia defendê-las?

Outro problema para as abordagens internalistas vem do princípio epistêmico bastante intuitivo que parece fazer parte, assim como o fechamento, das nossas práticas epistêmicas ordinárias. Trata-se do princípio de subdeterminação (PS). Segundo o (PS), para todo S , φ , ψ , se S carece de evidência adequada que favoreça φ sobre ψ , e S sabe que $\varphi \rightarrow \sim\psi$, então S não sabe φ .

Esse princípio é intuitivo se concebermos que a evidência desempenha algum papel no conhecimento, como julgamos ser o caso. Para Schaffer, aliás, não há conhecimento sem evidência, ou conhecimento barato. Para o internalista esse princípio conduz ao coração do problema cético, uma vez que não há crenças ordinárias que favoreçam a crença em p sobre a alternativa cética. Isso mostra que o argumento cético não é parasitário do fechamento¹¹⁵, como acusou Dretske. Para Pritchard o contrastivismo estaria susceptível ao mesmo embaraço se assumisse uma concepção internalista da evidência. Uma vez que não há qualquer evidência que seja capaz de favorecer uma proposição ordinária sobre uma hipótese cética, segue-se que temos que estipular, *ad hoc*, a irrelevância de tais hipóteses, sem qualquer evidência, para asseguramos nossas alegações ordinárias.

¹¹⁵ Jonathan Vogel defendeu no importante artigo *Sceptical Arguments*. *Philosophical Issues* 14, *Epistemology*: p. 426-455. 2004, que o Princípio de Subdeterminação é mais amplo do que o princípio de fechamento, de tal modo que o ceticismo ancorado no primeiro seria ainda mais radical do que o ancorado no segundo.

Por outro lado o contrastivismo pode assumir uma concepção externalista de evidência. Por este viés, o favorecimento de uma crença p sobre outra contrária lógica q não precisaria ser acessível reflexivamente ao sujeito. Tomemos como exemplo a teoria externalista de Ernest Sosa baseada na ideia de que o caráter distintivo do conhecimento é que a crença verdadeira seja ‘segura’. Por crença segura pode-se compreender “a crença [que] não pudesse ser facilmente falsa, tal que em mundos mais próximos possíveis em que o sujeito continuasse a crer na proposição alvo (sobre a mesma base) esta proposição continuaria sendo verdadeira” (PRITCHARD 2008, p. 6). Assumindo que o mundo real é como o tomamos, então, a crença na falsidade das hipóteses céticas tende a ser segura, uma vez que creríamos nela nos mundos mais próximos possíveis e a crença seria verdadeira nesses mundos também. Se é possível ter crença segura na falsidade das hipóteses céticas, então é possível saber que tais hipóteses (em tese, diga-se) são falsas. Essa teoria externalista seria, portanto, imodesta. Nesse ponto percebemos claramente a tese de Pritchard de que é possível um anticeticismo externalista imodesto que não faz qualquer alusão ao revisionismo proposto pelo contrastivista. De sorte que o contrastivismo parece, deste modo, desnecessário como uma teoria anticética externalista. Para ajudar a explicar como seria possível saber, em algum sentido, que as hipóteses céticas são falsas poderíamos aliar essa concepção com um contextualismo como o de Lewis. Diríamos que S pode saber a falsidade das hipóteses céticas nos mundos mais próximos relativos a baixos padrões de exigência epistêmica e não saber a falsidade das hipóteses céticas em contextos mais austeros.

Segundo Pritchard o contrastivista nega o PS, uma vez que alega que a evidência só é capaz de favorecer certos conjuntos de contrastes mais estreitos, mas não outros mais exigentes, isto é, que nossa evidência favorece nossas crenças ordinárias apenas sobre um conjunto não cético de contraste, enquanto tal evidência não nos favorece a crença ordinária contra as alternativas céticas. A negação do PS, com efeito, seria um problema para o contrastivista já que tal princípio parece uma característica fundamental da concepção ordinária dos nossos termos epistêmicos. É incoerente para o internalista rejeitar PS.

Um internalismo contrastivista terá que se defrontar com a seguinte questão. Imaginemos que S tenha evidências acessíveis reflexivamente para saber que o animal no cercado é uma zebra ao invés de uma girafa, mas de posse das mesmas

evidências falhe em saber que o animal é uma zebra ao invés de uma mula disfarçada. As evidências, defende Pritchard, deveriam cumprir o mesmo papel independente do contraste. Em suas palavras,

O que a consideração do contraste cético demonstra é que nós somente temos a suposta base adequada acessível reflexivamente para nossas crenças ordinárias nos contextos ordinários em que os contrastes céticos são deixados de lado (bracketed), *porque* estamos ignorando contrastes céticos sem fundamento (groundlessly)” (PRITCHARD 2008, p. 14).

A resposta contrastivista para o ceticismo parece, assim, *ad hoc*. Pritchard acusa o contrastivista de agir com má-fé epistêmica, já que,

Ao invés de descobrir uma característica contrastiva geral do conhecimento, o contrastivista demonstrou meramente a necessidade de ignorar contrastes céticos se nós queremos ter o suporte evidencial adequado para nossas crenças ordinárias. [...] O problema permanece que tal suporte evidencial somente conta como suporte evidencial porque nós temos infundadamente colocado entre parentes (bracketed) os contrastes céticos (*Ibidem*).

As críticas de Pritchard são duras. Muito contundentes. Mas creio que o contrastivismo de Schaffer pode fornecer-lhes respostas. O primeiro ponto em que discordamos de Pritchard é sobre a indefinição da teoria contrastivista acerca posicionamento epistemológico entre o internalismo e o externalismo. Esse ponto é secundário e não afeta diretamente o contrastivismo uma vez que a teoria é, virtualmente, compatível tanto com o internalismo quanto com o externalismo. Vemos como falsa, outrossim, a acusação de que uma concepção internalista do contrastivismo é incompatível com o princípio de subdeterminação, o que tornaria seu anticeticismo contrastivista *ad hoc*. Essa acusação, a nosso ver, também não se firma em pé. A jogada de Pritchard aqui é colocar o PS como um princípio irrestrito, portanto, cético. Entretanto, assim como foi feito com o PF, é possível, em tese, formular uma versão restrita do PS que acomode a evidência ordinária.

O problema de Pritchard foi o de tirar consequências do PS ignorando o fato de que o conhecimento para o contrastivista não é binário, mas ternário. Se o PS afirma que para todo S , φ , ψ , se S carece de evidência adequada que favoreça φ sobre ψ , e S saiba que $\varphi \rightarrow \sim\psi$, então S não sabe φ o contrastivista dirá, em coerência aos seus postulados, que de fato se S não é capaz de responder à

pergunta ' φ ou ψ '? Onde φ é uma proposição ordinária e ψ uma hipótese cética, e S saiba que $\varphi \rightarrow \sim\psi$, então é óbvio que S não sabe S sabe φ . O erro de Pritchard, portanto, é achar que do fato de que é impossível a S saber que φ quando o contraste ψ é uma hipótese cética, é igualmente impossível S saber que φ quando o contraste ψ é um contraste ordinário não cético. É uma tentativa de colocar a análise epistêmica como um jogo de tudo ou nada, como se ψ representasse 'todas' as possibilidades irrestritamente para φ . Já vimos anteriormente, ao compreender o conhecimento como fruto de habilidades epistêmicas, que o que a hipótese cética faz é mostrar que tais habilidades são limitadas, mas não inexistentes. Isto teria a absurda implicação de que se não consigo distinguir uma zebra de uma mula pintada, então não conseguiria distinguir entre uma zebra e um elefante. Do fato de que não consigo responder à pergunta 'Zebra ou Mula disfarçada?' Não se segue que não posso responder à pergunta 'Zebra ou Elefante?'. É justamente por reconhecer a impossibilidade de se conhecer em contraste a hipóteses céticas que Schaffer defende que sua teoria é modesta. Parece uma conclusão bastante razoável.

Pritchard acusa a saída anticética contrastivista de ser *ad hoc*, já que o suporte evidencial para nossas proposições ordinárias somente contam como suporte evidencial porque nós colocamos os contrastes céticos a parte sem qualquer fundamento. Se equivoca mais uma vez Pritchard, a nosso ver, já que a retirada ou inclusão de um contraste, cético ou não cético, é regulado, como expusemos no início do capítulo, por uma pergunta implícita ou explícita que baliza a atribuição do conhecimento. Se a atribuição é codificada pelo sujeito, uma proposição alvo e um contraste específico que satura a relação, então, o fato de as hipóteses céticas ficarem de fora em atribuições ordinárias não pode ser considerado *ad hoc*, e sim uma virtude prevista na teoria contrastivista. Rechaçamos, deste modo, a acusação de má-fé epistêmica atribuída por Pritchard ao contrastivismo. A teoria funciona como previsto. Questões céticas são irrespondíveis, o componente evidencial do conhecimento encontra-se atrelado à capacidade de responder, nunca podemos, por isso, ter conhecimento da falsidade de hipóteses céticas, por isso, só podemos ter conhecimento modesto. Isso não é má-fé, e sim, a conclusão necessária de que o contrastivismo é compatível com a modéstia epistêmica.

O segundo ponto que Pritchard levantou é o de que se considerarmos o contrastivismo por um matiz externalista, então, teríamos uma teoria desnecessária.

Segundo ponderou, a teoria baseada na 'crença segura' possui a prerrogativa de enfrentar o ceticismo sem modéstia, já que afirma ser possível, em algum sentido não especificado, ter conhecimento da falsidade das hipóteses céticas. Segundo concluiu, o externalismo encontra-se intimamente ligado com uma epistemologia imodesta, o que não daria espaço à teoria modesta de Schaffer.

A concepção de evidência do contrastivismo, ao contrário do que sugeriu Pritchard, é compatível com uma teoria externalista. S pode ser capaz de responder, e, portanto, vir a saber, que o animal em sua frente é um 'marreco ao invés de um pato' sem qualquer acesso reflexivo às bases da sua crença. Ele simplesmente é capaz de discriminar confiavelmente marrecos de patos sem ser capaz de explicar as sutis diferenças anatômicas e biológicas entre ambos.

Pritchard também parece ter focado na tese de que o externalismo, por dispensar o sujeito do acesso reflexivo ao justificador da sua crença, permite conhecimento sem evidência. Inclua-se no rol desses conhecimentos a falsidade das hipóteses céticas, o que faz com que as teorias externalistas sejam, invariavelmente, imodestas. Discordamos da tese de que é possível conhecimento sem evidência. Conforme Schaffer o componente evidencial do conhecimento está na capacidade de responder à pergunta subjacente à proposição alvo. Pritchard parece ter manobrado o conceito de evidência como dizendo respeito apenas à visão internalista e, uma vez demonstrado as limitações da teoria internalista, deu um salto, aparentemente arbitrário, para afirmação de que podemos conhecer externalisticamente sem evidência. Uma vez que se reconheça, como Schaffer faz corretamente, a impossibilidade de se obter evidência positiva para a falsidade das hipóteses céticas estipula-se de maneira *ad hoc* que a *mera* crença na falsidade de tais hipóteses, sem qualquer evidência, constituiria conhecimento. Podemos concluir que é a imodéstia defendida por Pritchard que parece *ad hoc*, já que não há razão alguma para defender ou insistirmos na tese contraintuitiva de que sabemos que as hipóteses céticas são falsas. Vimos a dificuldade com que Lewis tratou deste mesmo ponto no capítulo anterior, uma vez que ele defende que é possível saber, não apenas em função de evidência, como também pela ignorância das alternativas. Contudo, a defesa do fechamento estrito faz com que a mera menção das hipóteses céticas em contextos de baixo padrão (através da regra da crença, e da atenção) nunca possam ser propriamente ignoradas, ou seja, nunca podem ser conhecidas. A modéstia, deste modo, parece a melhor opção para enfrentar o cético.

5.6.1. Considerando Algumas críticas adicionais

Ao concluir esse capítulo, temos ainda alguns esclarecimentos teóricos a serem feitos. São três questões que podem desencaminhar o leitor, por esta razão às responderei sucintamente cada uma. São elas: (i) Schaffer trata a relação $Kspq$ como uma proposição atômica? (ii) Afirmar que “Moore sabe que tem mãos ao invés de tocos”, mas “não sabe que tem mãos ao invés de uma ilusão maligna de mãos”, não é uma conjunção abominável? E (iii) É possível resolver o puzzle sem refutar o cético?

A primeira questão possui uma resposta direta, não. Obviamente a relação K é formada por, pelo menos, duas proposições distintas. Contudo, essas proposições se unem em um “todo completo”. $Kspq$ não é uma proposição atômica, mas pode ser considerada uma relação atômica, no sentido de que, uma vez que *slot* q é saturada a relação está completa. O estado epistêmico representado pela relação $Kspq_1$ é, portanto, distinto do estado epistêmico representado pela relação $Kspq_2$, mesmo quando o S e o p em questão são os mesmos. Isso nos leva à segunda pergunta. Não seria o contrastivismo vítima de conjunções abomináveis?

A resposta para a segunda questão mais uma vez é negativa. Acusar o contrastivismo de admitir que as proposições descritas em (ii) são contraditórias seria o mesmo que afirmar que elas representam, meramente, relações lógicas binárias e não uma relação *epistêmica* ternária. A relação K , como afirmado no parágrafo anterior, é um “todo completo”. Uma atribuição da forma Ksp é insaturada, incompleta, por esta razão quando a saturamos com um q específico atribuímos à relação uma nova referência, um novo valor de verdade. Imaginemos que um professor M acabou de prestar um concurso público em que respondeu uma prova contendo dez questões. Após conferir o gabarito da prova constatou, e veio a saber com base nessa evidência, que acertou as dez questões, ao invés de nove (chamemos esta relação de K_1). Entretanto, minutos depois surgiram *falsos* rumores de que o gabarito divulgado era falso e todas as respostas contidas nele estavam erradas. Assim, temos um par de casos intrigantes. M pode vir a saber que acertou dez questões ao invés de nove, mas não saber que acertou dez questões ao invés de ter tirado zero em função de um erro no gabarito (chamemos essa outra relação de K_2). Concedamos, em prol do argumento, que o gabarito está correto e que os

rumores sobre o erro são apenas boatos. Nos parece que, enquanto a hipótese do gabarito falso não entra no rol de alternativas contrastante de M (ou seja, não estão entre as alternativas que ajudam a saturar a relação) ele sabe que acertou dez ao invés de nove. Mas quando a falso rumor entra no jogo das alternativas contrastantes, então, sua evidência se torna impotente para excluí-la. Deste modo $K1$ e $\sim K2$ não são conjunções abomináveis, já que denotam relações, estados epistêmicos, diferentes.

Por fim, nos resta enfrentar uma questão que possui um apelo retórico considerável. Ela quer saber se é possível resolver o problema do ceticismo, sem ter refutado o cético. Ou seja, ter elucidado um crime e sem ter levado o criminoso à força. Cremos que não apenas é possível, mas o caminho mais razoável. Uma teoria modesta, como o contrastivismo, reconhece a limitação dos agentes epistêmicos ordinários. Ao passo que reconhece a força do argumento cético. O navegador modesto não encara o mar tenebroso e turbulento, o imodesto, talvez por arrogância, naufraga sistematicamente nos mares céticos. O que Schaffer propôs, e nós defendemos aqui, foi justamente uma convivência amistosa entre o conhecimento ordinário e as dúvidas céticas. É como um lutador de boxe iniciante que, por sua modéstia, jamais ousaria enfrentar Mike Tyson no auge da sua forma. A melhor maneira de garantir sua integridade física (e, em nosso caso, epistêmica) é evitar o confronto. Talvez quem quiser, de fato, refutar o cético, seja lá o que isso for, deveria avizinhar-se da metafísica e tomar partido na querela milenar entre realistas e idealistas.

O objetivo de Schaffer com seu contrastivismo nunca foi o de refutar o ceticismo, mas mantê-lo a uma distância segura da nossa prática epistêmica ordinária. Refutar o ceticismo foi uma tarefa tentada e fracassada por diversas vezes. A ideia aqui foi se esquivar do problema mostrando que a concepção de conhecimento binária engessava a discussão e fazia o cético triunfar sem qualquer esforço. Ao propor uma teoria revisionária, ao contrário, Schaffer foi capaz de apontar um caminho novo e promissor através do qual foi possível reconhecer nossas limitações epistêmicas, ao passo que asseguramos modestamente algum conhecimento. Muitas e duras críticas foram dirigidas a esta teoria, mas temos a convicção de que a chave para avanços maiores na epistemologia contemporânea passará, seguramente, pela discussão da teoria contrastivista do conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesta tese um modo de enfrentar o ceticismo utilizando uma ideia bastante intuitiva, a nosso ver, que foi a demarcação da irrelevância do ceticismo filosófico para as nossas práticas epistêmicas ordinárias. Esse incômodo filosófico causado pela força teórica e ineficácia prática dos argumentos céticos motivou o interesse de muitos filósofos. Hume foi particularmente incisivo nesse ponto. Moore e Austin, cada um a seu modo, também revelaram esse mesmo sentimento diante do ceticismo. Segundo Hume os argumentos céticos, embora logicamente impecáveis, eram supérfluos e asseverou que ninguém jamais compartilharia seu credo filosófico seriamente com o do cético. Moore assinalou que as conclusões céticas eram absurdas por negarem as óbvias verdades do senso comum, enquanto Austin as considerou falaciosas por, supostamente, infringir nossa linguagem ordinária. Foi um ponto pacífico entre esses dois últimos filósofos a tese de que havia algum equívoco nas maquinações céticas que deveria ser denunciado. Eles não conseguiram resolver o problema, mas, certamente, pavimentaram o caminho que levou a isso.

Um dos pontos denunciados por ambos foi quanto à confusão com que as hipóteses céticas eram estipuladas e contrapostas às nossas alegações ordinárias. Alguns dos argumentos como os dos cérebros numa cuba e gênio maligno, por exemplo, foram utilizados tanto como ceticismo epistêmico quanto ontológico. Alguns filósofos com Thomas Nagel (2004) e Michael Williams (1996), inclusive, defendem que qualquer resolução para o problema do ceticismo passará pela discussão do realismo, hipótese a qual não nos ativemos nesta tese. Essas questões que, de fato, aturdiram Moore e Austin, foram pacificadas, a nosso sentir, com a guinada cética trazida por Peter Unger (1975). Como vimos, Unger resolve essa aparente confusão por motivar o ceticismo a partir da nossa linguagem ordinária. Apesar de manter a estrutura do argumento cartesiano Unger desenvolveu um ceticismo derivado linguisticamente, o que o tornou mais intuitivo e poderoso.

A ideia de que a semântica da linguagem ordinária abriga um ceticismo radical exorcizou as imbricadas questões metafísicas presentes nos argumentos tradicionais e tornou-se o padrão de ceticismo a ser combatido nos últimos 40 anos. Unger estabeleceu que conhecimento é um termo absoluto, isto é, um termo que denota um limite semântico absoluto. Para que o conhecimento fosse atribuído

corretamente, as condições seriam tão exigentes que nos conduziriam naturalmente ao ceticismo. O conhecimento, para Unger, implica certeza. Certeza implica eliminação de *toda* dúvida. É impossível que eliminemos todas as dúvidas em uma alegação de conhecimento ordinário, portanto quando dizemos que ‘S sabe que p’ dizemos algo falso. O ceticismo derivado da nossa linguagem comum, em que pese alguns equívocos evidentes, como a tese autocontraditória de que ninguém pode saber absolutamente nada, revelou-se filosoficamente profícua.

O primeiro grande filósofo a reagir contra este novo argumento cético foi Fred Dretske. A Teoria das Alternativas Relevantes centrou grande parte do seu ímpeto filosófico em tentar desmontar o argumento cético denunciando-lhe um problema estrutural. Como vimos no segundo capítulo, Dretske nega que o princípio de fechamento seja um princípio válido que regule o uso comum do conhecimento. Segundo este filósofo o cético faz um uso ilegítimo desse princípio para derivar nossa ignorância de proposições de senso comum. Segundo sua teoria, é impossível saber que as hipóteses céticas são falsas. E embora reconheça que as proposições de senso comum impliquem logicamente a falsidade de tais hipóteses, defendeu resolutamente que a ignorância das hipóteses céticas não afetavam de qualquer modo nossas proposições ordinárias. Para Dretske, as hipóteses céticas não afetam nosso conhecimento ordinário porque são irrelevantes.

Em outra linha Dretske defendeu, contra Unger, que o caráter absoluto do conhecimento não implica ceticismo. Todo termo absoluto possui sua semântica regulada por um padrão maleável, relativo a aspectos contextuais e pragmáticos. A teoria de Dretske nos foi muito útil porque estabeleceu um modelo de enfrentamento com o cético que buscava desarmá-lo, como sugeriu Stroud, ao invés de tentar refutá-lo, como Moore tentou sem sucesso. Sua teoria, entretanto, não conseguiu estabelecer adequadamente um critério de demarcação entre as alternativas relevantes e irrelevantes, de sorte que o incômodo rótulo de teoria *ad hoc* pareceu-lhe incontornável. Qualquer teoria que queira enfrentar o cético dissolvendo o argumento deve fazê-lo de modo legítimo. Não se pode aceitar que as hipóteses céticas são irrelevantes somente por serem hipóteses céticas. Reações como a de Jonathan Vogel, por exemplo, expõem a insatisfação com que a solução dretskeana do ceticismo foi recebida por grande parte da literatura. A teoria, diz Vogel, “é profundamente defectiva”. E continua afirmando que “ela falha como uma resposta ao ceticismo e é insustentável como um tratamento positivo do que e de como nós

sabemos” (1999, p. 155) e concluiu, de modo apressado a nosso ver, que a Teoria das Alternativas Relevantes não passava de um modismo epistemológico, algo que pode ser visto “como uma ideia que o tempo trouxe e levará” (*Idem*, p. 172). Discordamos de Vogel quanto ao caráter efêmero da teoria de Dretske. Apesar de aceitarmos que ela não resolve adequadamente o problema do ceticismo, há nela *insights* valiosos que foram rearranjados em outra teoria mais ampla e mais completa com Jonathan Schaffer.

Tentamos, alternativamente, com David Lewis explorar outra frente anticética que buscava, assim como Dretske, dissolver o problema ao invés de refutá-lo. A solução contextualista de Lewis nos trouxe como elemento novo um revisionismo semântico. Segundo estabeleceu, “conhecimento” é um termo indexical que possui suas condições de verdade (e de assertibilidade), atreladas a um domínio de alternativas relevantes contextualmente estabelecido. Lewis comungou com Unger a tese dos termos absolutos, mas rejeitou a conclusão cética que seria derivada deste fato.

O conhecimento é absoluto porque requer a eliminação de *todas* as alternativas para a proposição alvo. Contudo, o quantificador *todos* possui um alcance semântico restrito. Portanto, Lewis concordou que para que ‘S saiba que p’ S deve excluir *todas* as alternativas indexadas pelo quantificador que formam um domínio. O que está fora do domínio é irrelevante para a verdade do que foi dito. Segundo Lewis, nossa evidência deve excluir todas as alternativas relevantes, que configuram o domínio, e devemos ignorar apropriadamente as alternativas que se encontram fora do domínio, ou seja, as alternativas irrelevantes. Para delimitar quais alternativas podem ser propriamente ignoradas e quais não podem Lewis estabeleceu um conjunto de regras. Todavia, pelo menos duas delas se mostraram problemáticas. A regra da atenção e a regra da semelhança, em conjunto, tornam quase impossível qualquer conhecimento, por mais ordinário que seja.

A teoria de Lewis é muito feliz em demonstrar como temos conhecimento ordinário. Ele explica que em nossos proferimentos de senso comum as hipóteses céticas estão fora do domínio, são irrelevantes. Contudo, David Lewis é defensor de uma versão estrita do princípio de fechamento. Com isso, ele criou um grande problema para seu tratamento anticético. Uma das consequências da aceitação do fechamento é que nos comprometemos com o conhecimento da falsidade das hipóteses céticas. É impossível, segundo o próprio Lewis, ter evidência que elimine

tais hipóteses, por isso, nosso conhecimento da falsidade delas se daria pelo ignorar apropriadamente. Mas não podemos ignorar uma hipótese para a qual damos atenção. Teríamos que criar algo como uma aberração epistêmica para acomodar a tese de que conhecemos uma determinada proposição sem crer, sem evidência ou justificação. Teríamos que inferir que a ignorância é o único modo de conhecermos. Essa conclusão é algo totalmente contraintuitivo. O anticeticismo apresentado por Lewis apesar de bastante sofisticado nos pareceu insatisfatório como uma resposta ao ceticismo.

Por fim, buscamos enfrentar o ceticismo a partir de uma teoria que aliasse o que havia de melhor na teoria de Dretske e de Lewis. Encontramos no Contrastivismo de Schaffer o que precisávamos para dar uma resposta robusta ao problema do ceticismo. Schaffer conseguiu retirar da teoria de Dretske o que havia de melhor, a nosso ver, que foi o reconhecimento da nossa modéstia epistêmica, isto é, que nos é impossível saber a falsidade das hipóteses céticas, e a intuição primordial de que a atribuição de conhecimento deve ser feita, sempre, em contraposição a um contraste formado por alternativas relevantes que configuram o caso em análise. Da teoria de Lewis foi aproveitada a ideia de que a atribuição de conhecimento possui um elemento relativístico e que o fechamento é um princípio válido.

Assim como Lewis, Schaffer utilizou-se de um recurso linguístico para estabelecer as bases da sua epistemologia. Seu revisionismo semântico-epistêmico trouxe um elemento inovador, qual seja, a ideia de que o conhecimento é essencialmente ternário. Ou seja, segundo Schaffer, conhecimento é um termo semântica e epistemologicamente ternário. Isto quer dizer que toda vez que o atribuímos levamos em consideração um sujeito, uma proposição e um contraste. Esse contraste é variável (é o elemento relativo do conhecimento) e nem sempre é explícito. Às vezes o contraste está elíptico, então Schaffer propõe que ao invés de atribuímos conhecimento/ignorância *simpliciter* deveríamos, antes, fazer a seguinte pergunta: 'S sabe que p ao invés de que?' Esse terceiro elemento da relação de conhecimento, implícito ou explícito, é constitutivo da atribuição de conhecimento, quer estejamos cômicos ou não.

Ao atrelar a capacidade epistêmica de discriminar a alternativa verdadeira dentre várias possibilidades à capacidade de responder uma pergunta implícita ou explícita na atribuição de conhecimento, Schaffer estabeleceu um critério não *ad hoc*

para demarcar as alternativas relevantes das alternativas irrelevantes. Ao codificar na atribuição de conhecimento as alternativas contra as quais devemos ser capazes de discriminar da alternativa verdadeira, Schaffer fecha a porta para o cético, desarmando-o. Assim, o contrastivista pode legitimamente afirmar que Moore sabe que tem mãos ao invés de próteses, mas não sabe que tem mãos ao invés de uma ilusão maligna do Gênio cartesiano. Ao codificar ternariamente a atribuição de conhecimento, Schaffer pretendeu ter mostrado de modo claro que não há qualquer contradição entre ambas as afirmações acima. Relativamente ao contraste contra o qual o conhecimento ou ignorância de Moore foi atribuído, Moore sabe e não sabe que tem mãos, sem contradição.

Como toda teoria nova, o Contrastivismo vem sendo alvo de inúmeros ataques, alguns dos quais discutimos na derradeira seção do último capítulo, mas acreditamos que dentre as teorias disponíveis nos últimos 40 anos esta foi a que melhor apresentou um modelo para proteger o conhecimento ordinário das garras do cético. Fez isso, segundo mostramos, utilizando-se de um novo instrumento semântico-epistêmico, mas, principalmente, sem recorrer a qualquer artifício *ad hoc*. Esses resultados nos persuadem de que a teoria é sólida, promissora e digna de ser defendida como a que melhor desarma o complicado problema cético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. **Outras Mentes** (Coleção os pensadores). São Paulo-SP, Abril Cultural, 1980.

_____. **Sentido e Percepção**. São Paulo-SP, Ed. Martins Fontes, 2004.

AYER, A. J. **O Problema do Conhecimento**. Lisboa – Rio de Janeiro: Ed. Ulisseia, 1967.

BAUMANN, Peter. *Contrastivism rather than Something Else? – On the Limits of Epistemic Contrastivism*. Originally published in **Erkenntnis** 69 (2008), pp. 189– 200. Reprinted by **The Concept of Knowledge**, ed. Tolksdorf (2012), pp. 395-409.

BLAAUW, Martijn. (Ed.) **Contrastivism in Philosophy** (Routledge studies in contemporary philosophy; 39) First published. New York, NY; Routledge. 2013. E

BURNYEAT, Myles. *The Sceptic in His Place and Time*. In: **The Original Sceptics: a Controversy**. Editado por BURNYEAT, Myles e FREDE, Michael. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1998.

COHEN, Stewart. *How to be a Fallibilist*. **Philosophical Perspectives**, 2 ed. p. 91-123. 1988.

_____. *Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons*. **Philosophical perspectives** 13: p. 57-89. 1999.

DEROSE, Keith. *Contextualism and knowledge attribution*. *Philosophy and Phenomenological Research* 52: p. 913 – 929. 1992. Reimpresso em: Huemer, M ed., **Epistemology: Contemporary Readings**. New York and London: Routledge: p. 491-506. 2002.

_____. *Introduction: Responding to Skepticism*. In Keith DeRose and Ted A. Warfield eds., **Skepticism: A Contemporary Reader**. New York Oxford: Oxford University Press: p. 1-25. 1999.

_____. *Contextualism: An Explanation and Defense*. in J. Greco and E. Sosa, ed., **The Blackwell Guide to Epistemology**, Blackwell Publishers: p. 187-205. 1999a.

_____. *Solving the Skeptical Problem*. In Keith DeRose and Ted A. Warfield eds., **Skepticism: A Contemporary Reader**. New York Oxford: Oxford University Press: p.183-219. 1999b.

DESCARTES, René. **Meditações**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DRETSKE, Fred **Seeing and Knowing**. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

_____. *Epistemic operators*. in: *The Journal of Philosophy* 67: p 1007 – 1023. 1970; reimpresso em **Skepticism: A Contemporary Reader**. New York Oxford: Oxford University Press: p. 129-44. 1999.

_____. *Conclusive Reasons*. in: **Australasian Journal of Philosophy** 49: p. 1 – 22. 1971.

_____. *The Pragmatic Dimension of Knowledge*, in: *Philosophical Studies* 40: p. 363 – 378. 1981; reimpresso em: Huemer, M ed., **Epistemology: Contemporary Readings**. New York and London: Routledge: p. 539-551. 2002.

_____. **Knowledge and the Flow of Information**. Cambridge: MIT press, Bradford books, 1981a.

_____. *The Case Against Closure*. In **Contemporary Debates in Epistemology**. Edited by Matthias Steup, John Turri, Ernest Sosa. – Second Edition. 2014, p. 27-39.

EMPIRICUS, Sextus. **Outlines of Scepticism** [edited by Julia Annas and Jonathan Barnes]. New York: Ed. Cambridge University Press. 2000.

FREGE, Gottlob. *Função e Conceito*. Em **Lógica e Filosofia da Linguagem** [trad. Paulo Alcofrado]. 2ª ed. amp. e rev. São Paulo, Edusp, 2009.

GAIL, Stine. *Skepticism, Relevant Alternatives, and Closure*. In: *Philosophical Studies* 29: p. 249 – 261. 1976. Reimpresso em **Skepticism: A Contemporary Reader**. New York Oxford: Oxford University Press: p. 145 – 155. 1999.

GETTIER, Edmund. *Is justified true belief knowledge?*, in: **Analysis** 23: p. 121 – 123. 1963.

GOLDMAN, Alvin. *Discrimination and Perceptual Knowledge*. *The Journal of Philosophy* 73: 771-791. 1976. Reimpresso em: Moser, Paul K and Vander Nat, eds., **Human Knowledge: Classical and Contemporary Approaches**, Oxford University Press: 269-281. 1987.

GRECO, John. **Putting Sceptics in Their Place**. New York: Ed. Cambridge University Press. 2000.

HAWTHORNE, John. **Knowledge and Lotteries**. Oxford: Clarendon Press, 2004.

_____. *The Case for Closure*. In **Contemporary Debates in Epistemology**. Edited by Matthias Steup, John Turri, Ernest Sosa. – Second Edition. 2014, p. 40-56.

HUGHES, Michael. *Problems for contrastive closure: resolved and regained*. **Philos Stud** (2013) 163: 577-590.

HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KANT, Immanuel. **Prolegómenos a toda a Metafísica Futura**. Lisboa: Ed. Edições 70, 1982.

KLEIN, Peter. *Skepticism*. In: **The Oxford Handbook of Epistemology**. Paul K. Moser ed. Oxford: Oxford University Press, 2002. P. (336-361)

_____. *Closure matters: academic skepticism and easy knowledge*, IN: SOSA, Ernest and VILLANUEVA, Enrique, eds., p. 165 – 184. P. 2004.

_____. *Skepticism*. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2015 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/skepticism/>>.

KVANVIG, J. L. (2007). *Contextualism, Contrastivism, Relevant Alternatives, and Closure*. **Philosophical Studies**, 134:131-140.

_____. *Contrastivism and Closure*. Disponível em: <https://jonathankvanvig.wordpress.com/publications/>. 2008. 1-13. acesso em 10/06/2016.

_____. (2008a) *Frustration with Elusive Knowledge*. In: <http://el-prod.baylor.edu/certain_doubts/?p=2192> acessado em 24/06/2011 21:10.

LANDESMAN, Charles. **Ceticismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

LAURENCE, Bonjour. **The Structure of Empirical Knowledge**. Cambridge, MA: Ed. Harvard University Press. 1985.

LEWIS, David. *Elusive Knowledge*. Australasian Journal of Philosophy 74: p. 549-567. Reimpresso em **Skepticism: A Contemporary Reader**. New York Oxford: Oxford University Press: p. 220-239. 1999.

_____. *Scorekeeping in a Language Game*. **Journal of Philosophical Logic**. Vol 8, pp. 339-359, 1979.

MEDEIROS, Stanley. *Fecho Epistêmico, Ceticismo e Razões Conclusivas*. **Dialektiké**, v.1, novembro 2014, p. 109-133.

MOORE, G. E. *Certainty*. In: **Philosophical Papers**. New York: Ed. Collier Books, 1962. [p. 223 – 246].

_____. **Uma Defesa do Senso Comum**. São Paulo: Abril Cultural [Coleção os Pensadores], 1974.

_____. **Prova de um mundo Exterior**. São Paulo: Abril Cultural [Coleção os Pensadores], 1974a.

_____. *Hume's Theory Examined*. In: **Some Main Problems of Philosophy**. New York; The MacMillan Company, 1953.

NAGEL, Thomas. **Visão a Partir de Lugar Nenhum**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

NOZICK, Robert. **Philosophical Explanations** – (Selections). Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1981. Reimpresso em: Keith DeRose and Ted A. Warfield eds., *Skepticism: A Contemporary Reader*. New York Oxford: Oxford University Press: p. 156-179. 1999.

PORCHAT, O. **Vida comum e ceticismo**. São Paulo-SP, Editora Unesp, 2007.

PRITCHARD, D. *Contrastivism, Evidence, and Scepticism*. In: **Social Epistemology: A Journal of Knowledge, Culture and Policy**. Oxford, vol. 22, n. 3, pp. 305-323, 2008.

PUTNAM, Hilary. **Reason, Truth and History**. Cambridge University Press, 2004.

RASMUSSEN, D. B. *Austin and Wittgenstein on “doubt” and “knowledge”*. **Reason Papers** nº I. Marquette University. 1984.

RUSSELL, Bertand. **Human Knowledge: Its Scope and Limits** [Routledge Classics]. New York. Routledge University Press, 2009.

SANFORD, David H. *Knowledge and relevant alternatives: comments on Dretske*, in: **Philosophical studies** 40: p. 379 – 388. 1981.

SANTAYANA, George. **Escepticismo y Fe animal**. Madri: Ed. Losada, 2002.

SCHAFFER, Jonathan. *Knowledge, Relevant Alternatives and Missed Clues*. **Analysis** 61: p. 202-208. 2001

_____. *From contextualism to contrastivism*. **Philosophical Studies** 119 (1–2): 73–103. 2004.

_____. *Skepticism, Contextualism, and Discrimination*. **Philosophy and Phenomenological Research**, 69: p. 138–155. 2004a

_____. *Contrastive knowledge*. In **Oxford studies in epistemology** 1, edited by T. Gendler and J. Hawthorne, pp. 235–72. Oxford: Oxford University Press. 2005.

_____. *Closure, Contrast, and Answer*. **Philosophical Studies** 133.2, 233-55 (2007).

_____. *What is Contrastivism?*. In: **The Concept of Knowledge**, ed. Tolksdorf (2012), 353-56: Ed. Gruyter.

_____. *Contrastive Knowledge: Reply to Baumann*. In: **The Concept of Knowledge**, ed. Tolksdorf (2012), 411-24: Ed. Gruyter.

SINNOTT-ARMSTRONG, W. *A Contrastivist Manifesto*. **Social Epistemology** Vol. 22, No. 3, July–September 2008, pp. 257–270.

SMITH, Joshua A. *Relevant possibilities*. in **Philos Stud** 138: p. 55–71. 2008

SMITH, P. J. **Ceticismo** [col. Passo-a-passo filosofia]. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004.

SOSA, Ernest. *On knowledge and context*. In: **The Journal of Philosophy**: p. 584 – 585. 1986.

_____. *Relevant alternatives, contextualism included*. In: **Philosophical Studies** 119: p. 35 – 65. 2004.

_____. **Conhecimento reflexivo - vol. II: Crença apta e conhecimento reflexivo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

STANLEY, Jason. *Précis of knowledge and practical interests*. **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. LXXV nº 1, July 2007.

_____. *Falibilismo e Atribuições de Conhecimento Concessivo*. **Kinesis**, vol. III, nº 05, julho-2011, p.341-348.

STEUP, Matthias. **Epistemology in the 20th Century**. Forthcoming in the Routledge Companion to 20th Century Philosophy: p. 1-38. 2006.

STRAWSON, P. F. **Ceticismo e Naturalismo: algumas variedades**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

_____. **Individuals**. New York: Routledge, 1990.

STROLL, Avrum. **Moore and Wittgenstein on Certainty**. New York/Oxford: Ed. Oxford University Press, 2004.

STROUD, Barry. **El Escepticismo Filosófico y su Significación**. México (DF): Ed. Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **Understanding Human Knowledge**. New York: Ed. Oxford University Press. 2000.

UNGER, Peter. **Ignorance: a Case for Scepticism**. Oxford: Oxford university press, 1975.

YOURGRAU, Palle. *Knowledge and Relevant Alternatives*. In: **Synthese** 55: p. 175 – 190. 1983.

VAN FRAASSEN, Bas. C. **The Scientific Image**. New York. Oxford University Press, 1980.

VOGEL, J. *The New Relevant Alternatives Theory*. **Philosophical Perspectives** 13: p. 155–180. 1999.

_____. *Skeptical Arguments*. **Philosophical Issues** 14, Epistemology: p. 426-455. 2004.

WILLIAMS, Michael. **Unnatural Doubts**. New Jersey. Princeton University Press, 1996.

_____. *Ceticismo*. Em **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo-SP, Edições Loyola, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da Certeza**. Lisboa: Ed. Edições 70, 2012.